LATUS

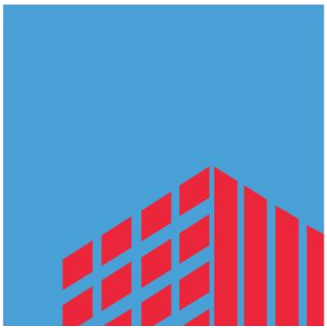
CONSULTORIA, PESQUISA E ASSESSORIA DE PROJETOS LTDA.

QUATRO PONTES / 2019

REVISÃO DO PDM

ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA – PARTE II

Revisão 2019



Plano Diretor Municipal

Quatro Pontes

LATUS CONSULTORIA PESQUISA E ASSESSORIA DE PROJETOS LTDA.

CNPJ | 080198080001-22

SEDE | Gonçalo de Carvalho, 76 – Conjunto3 – Bairro Floresta – CEP 90035-170 – Porto Alegre /RS

CAIXA POSTAL | 21.437 CEP 90560-970

FONE | (51) 98416.6347 – (51) 98416.6074

www.latus.com.br – latus@latus.com.br

COORDENAÇÃO TÉCNICA

ARQUITETA E URBANISTA Cláudia Pilla Damásio

ARQUITETA E URBANISTA Jacqueline Menegassi

ARQUITETA E URBANISTA Manoela Cagliari Tosin

RESPONSABILIDADE TÉCNICA

ARQUITETA E URBANISTA Claudia Danasio

ARQUITETA E URBANISTA Jacqueline Menegassi

EQUIPE TÉCNICA

ECONOMISTA Tiago Da Silva Silveira

ADVOGADA Ingrid Pantoja

ENGENHEIRO CIVIL Davi Sboinski

ENGENHEIRA AMBIENTAL Camila Frolihch

FACILITADORA Manoela Tosin

ACADÊMICA Raquel Werner de Vargas

RESPONSÁVEL PELO RELATÓRIO

ARQUITETA E URBANISTA Jacqueline Menegassi

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO PONTES – PARANÁ

PREFEITO João Inácio Laufer

COORDENAÇÃO

ENGENHEIRO CIVIL Jefferson Luis Martiny

SECRETARIA DE GABINETE E PLANEJAMENTO Sirlei A. W. Nyland Wickert

EQUIPE MUNICIPAL

SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO Tiago Fernando Hansel

SECRETARIO MUNICIPAL DE FINANÇAS Silvestre Rohden

PROCURADORA JURIDICA DO MUNICÍPIO Jordana de Carvalho Uliano

DIRETORA DO DEPTO. DE PLANEJAMENTO E ENGENHARIA Heloisa Fernanda Hitz

ENGENHEIRA CIVIL DO DEPTO. ENGENHARIA Luana Leticia Tenroller Krug

CONTADOR Juliano Lang

FISCAL DE TRIBUTOS Marcia Cilene H. Gouveia

FISCAL DE OBRAS Leandro Luis Anschau

TÉCNICO AGRÍCOLA Giandrei Dudek

ASSISTENTE SOCIAL Luciane Denise G. Gerhard

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO Luis Nelson Kraemer

ASSITENTE ADMINISTRATIVO Luis Paulo Schaedler

OPERADOR DE MÁQUINAS Jeferson Luis Risse

APRESENTAÇÃO

O presente documento constitui-se como a parte 2 do produto “Análise Temática Integrada” relativo ao contrato nº 179/2018 realizado entre a empresa Latus Consultoria e a Prefeitura Municipal de Quatro Pontes que estabelece a assessoria no processo de Revisão do Plano Diretor Municipal e demais legislações pertinentes. O produto ora entregue finaliza a Leitura Técnica, apresenta a Leitura Comunitária e faz a síntese final apontando para os temas identificados preliminarmente como prioritários para o desenvolvimento municipal sustentável do município de Quatro Pontes e para a reformulação da legislação.

ARQ. JACQUELINE MENEGASSI

CAU: A5825-4

SOCIA-DIRETORA DA LATUS CONSULTORIA E ASSESSORIA DE PROJETOS LDA

CNPJ: 08019808000122

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 9
1.1 ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA – PARTE II 10
2 LEITURA TÉCNICA – EIXOS 5 E 6 11
2.1 ANÁLISE DA INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS 11
2.1.1 SISTEMA VIÁRIO, MOBILIDADE E TRÂNSITO. 12
2.1.2 ENERGIA ELETRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA 20
2.1.3 SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS E DE LAZER 22
a. Saúde: 22
b. Assistência Social 24
c. Educação, Cultura e Esportes 25
2.1.4 SANEAMENTO BASICO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL. 30
a. Saneamento Básico 32
a.1. Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário 32
a.2. Águas Pluviais 36
a.3. Resíduos Sólidos 38
b. Ocupação do território e preservação ambiental 39
b.1 Preservação Ambiental e Zoneamento Municipal 39
b.2 Áreas de Preservação Permanente 40
i. APP, Vegetação Nativa e Reserva Legal (SICAR) 40
ii. APP Cursos d'água naturais e nascentes 43
iii. APP Banhados, lagos e lagoas 44
iv. APP por Altitude, declividade ou inclinação 45
b.3 Condições ambientais para o uso e ocupação do território – análise de síntese 48
2.2 ANÁLISE DAS CAPACIDADES INSTITUCIONAL E DA LEGISLAÇÃO URBANISTICA 50
2.2.1 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E DE GESTAO DE QUATRO PONTES 50
2.2.2 CAPACIDADE DE ARRECADAÇÃO E INVESTIMENTOS DO MUNICÍPIO. 55
2.2.3 AVALIAÇÃO DA LEGISLAÇÃO URBANISTICA MUNICIPAL 59
a. Da Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal (Lei 004/2008) 59
b. Da Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo e Lei do Parcelamento do Solo 64
3 LEITURA PARTICIPATIVA 69
3.1 REUNIÕES COMUNITÁRIAS 70
3.1.1 REUNIÃO DAS COMUNIDADES LINHA SÃO JOSE E ENTORNO 70
3.1.2 REUNIÃO DAS COMUNIDADES DE FLOR DA SERRA E ENTORNO 72
3.1.3 REUNIÃO DAS COMUNIDADES URBANAS E LINHA ITA 74

3.2 REUNIÃO COM AGENTES PÚBLICOS E SOCIAIS 76
3.2.1 REUNIÃO COM COMISSAO DE ACOMPANHAMENTO 76
3.3 LEITURA DE SINTESE DAS REUNIÕES REALIZADAS 79
4 EIXOS PRIORITÁRIOS PARA O DESENVOLVIMENTO E REVISÃO DA LEGISLAÇÃO 83
5 RELATÓRIO DAS ATIVIDADES REALIZADAS 85
5.1 REGISTRO DAS REUNIÕES DA LEITURA PARTICIPATIVA 86
5.1.1 LISTA DE PRESENÇA REUNIÃO COMUNITARIA LINHA SÃO JOSE 86
5.1.2 LISTA DE PRESENÇA REUNIÃO COMUNITARIA LINHA FLOR DA SERRA 88
5.1.3 LISTA DE PRESENÇA REUNIÃO COMUNITARIA SEDE 90
5.1.4 LISTA DE PRESENÇA REUNIÃO COMISSAO DE ACOMPANHAMENTO 92
5.1.5 REGISTRO FOTOGRÁFICO REUNIÕES PARTICIPATIVAS 94
5.1.6 APRESENTAÇÕES REUNIÕES PARTICIPATIVAS 95
5.2 REGISTRO DAS REUNIÕES SECRETARIAS 110
5.3 REGISTRO DA AUDIENCIA PÚBLICA 113
5.3.1 MEMÓRIA DE REUNIÃO 113
5.3.2 LISTA DE PRESENÇA 114
5.3.3 REGISTRO FOTOGRÁFICO 116
5.3.4 APRESENTAÇÃO 117

FIGURAS

Figura 1 - Acessos Viários a Quatro Pontes 13
Figura 2- Estrutura Viária do Município de Quatro Pontes 14
Figura 3 - Programa de Asfaltamento Rural- Município de Quatro Pontes 15
Figura 4 - Hierarquia Viária Urbana 16
Figura 5 - Situação Atual de Pavimentação 17
Figura 6 - Projeto de Sinalização de Trânsito 19
Figura 7 - Projetos em Andamento – Prefeitura Muncipal de Quatro Pontes 23
Figura 8 - Localização do Loteamento de Interesse Social (em tramitação) 25
Figura 9 - Projeto Rua Coberta de Quatro Pontes (em execução) 28
Figura 10 - Estudo de Concepção do Parque Urbano 28
Figura 11 - Distribuição Territorial dos Equipamentos na Área Urbana 29
Figura 12 - Circunvizinhança de Quatro Pontes e Desague dos Cursos Hídricos 31
Figura 13 - Mapa representativo dos poços e reservatórios de água existentes em Quatro Pontes 33
Figura 14 - Dispositivos de drenagem existente no município de Quatro Pontes 37
Figura 15 - Preservação Ambiental, Zoneamento Urbano e Macrozoneamento Municipal 39

Figura 16 - Mapa dos imóveis com Cadastro Ambiental Rural (CAR) de Quatro Pontes 41
Figura 17 - Imagem de satélite do Município de Quatro Pontes 42
Figura 18 - Mapa das áreas de preservação permanente dos cursos hídricos 44
Figura 19 - Mapa hipsométrico do município de Quatro Pontes..... 46
Figura 20 - Mapa das declividades do Município de Quatro Pontes..... 47
Figura 21 - Mapa Síntese da Análise Territorial 49
Figura 22 - Organograma da atual estrutura instituída pela lei 51
Figura 23 - Oportunidades territoriais para o Fomento ao Turismo..... 82
Figura 24 - Campos de Atuação (eixos estratégicos) do Desenvolvimento Futuro de Quatro Pontes.. 84

GRÁFICO

Gráfico 1 - Evolução Anual do Consumo de Energia Elétrica 21
Gráfico 2 - Evolução Anual do Consumo de Energia Elétrica por Setores..... 21
Gráfico 3 - IFGF e componentes 56
Gráfico 4 - Classificação da Gestão dos Municípios do Paraná 57
Gráfico 5 - Evolução do IFGF geral e por seus componentes - 2006 a 2016..... 58

QUADRO

Quadro 1 - Sumario Síntese da Lei Municipal do Plano Diretor do Desenvolvimento Municipal 60
Quadro 2 - Síntese da Leitura Participativa – Aspectos Positivos e Negativos..... 81

TABELAS

Tabela 1 - Evolução do Consumo de Energia Elétrica por Setor 20

I INTRODUÇÃO

O Município de Quatro Pontes iniciou ao final de 2018 as ações necessárias para revisão da sua legislação urbanística, o que culminou com a contratação da Latus Consultoria. O processo de revisão tem por finalidade adequar as principais leis que regulam o uso e ocupação do solo e orientam o desenvolvimento municipal, às mudanças transcorridas no município passados 12 anos da formulação e aprovação da lei do Plano Diretor Municipal.

O Plano Diretor Municipal de Quatro Pontes foi aprovado sob a égide do Estatuto da Cidade no ano de 2008 através da Lei Complementar nº 004 que dispõe sobre o desenvolvimento municipal e diretrizes das políticas setoriais; sobre o sistema de planejamento e gestão democrática; os instrumentos da política urbana introduzidos pelo Estatuto da Cidade; e sobre o Plano de Ação e Investimentos (PAI). Complementarmente, o PDM é constituído pela seguinte legislação:

- Lei do Perímetro Urbano aprovado em 2008 pela lei 005/2008 e alterado pela lei complementar nº 011/2010;
- Lei de Zoneamento e Uso e Ocupação do Solo aprovado pela lei de nº006/2008 e alterações posteriores;
- Lei do Parcelamento do Solo aprovado pela lei de nº 007/2008 e alterações posteriores;
- Lei complementar 008/2008 que dispõe sobre o Código de Obras;
- Lei complementar 009/2008 que dispõe sobre a Utilização do Espaço e bem-estar Público (Posturas);

Integram, portanto este processo de revisão as legislações acima referidas e posteriores alterações; e as leis de nº 012/2012; 014/2012 relativas a loteamentos e condomínios industriais.

Passados mais de 10 anos de sua elaboração, o Plano Diretor Municipal, como também sua legislação complementar, já não respondem às transformações ocorridas no desenvolvimento municipal e na própria legislação, pelas inúmeras alterações ocorridas. Igualmente, sabe-se que os Planos Diretores Municipais elaborados pós Estatuto da Cidade, nem sempre alcançaram inserir e regulamentar efetivamente aqueles instrumentos de interesse local, resultando tão somente numa cópia do conteúdo existente na lei federal. A revisão prevista na própria lei municipal, as constantes alterações e complementações ocorridas e a necessidade de adequação às normativas federais mais recentes remetem a premência desta atualização.

O processo de Revisão do Plano Diretor de Quatro Pontes e legislação complementar, atendendo ao Termo de Referência do contrato, é realizado em 4 Fases:

A Fase I corresponde às atividades de organização do trabalho e definição do processo metodológico e de participação dos agentes e sociedade;

A Fase 2 realiza o diagnóstico municipal, aqui denominado de Análise Temática Integrada posto que propõe sua realização através de uma Leitura Técnica e uma Leitura Participativa. Propõe

ainda que esta fase aponte os eixos prioritários para o desenvolvimento municipal sustentável e da revisão da legislação;

A Fase 3 realiza o debate conjunto – gestores e sociedade, para estabelecer a Política de Desenvolvimento Urbano e efetivar as propostas para o Plano Diretor e sua gestão;

A Fase 4 elabora as minutas dos projetos de lei e o Plano de Ação Integrado - PAI.

A Fase 5 realiza a 1ª Conferencia do Plano Diretor Municipal de Quatro Pontes.

O presente documento finaliza a "Análise Temática Integrada" (Fase 2) conforme descrito no item seguinte.

1.1 ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA – PARTE II

A Fase 2 do trabalho de revisão do Plano Diretor Municipal de Quatro Pontes e legislação relacionada é denominada no Termo de Referência de Análise Temática Integrada e complementa o diagnóstico da realidade municipal. Realiza-se em duas partes, por meio de uma Leitura Técnica e uma Leitura Comunitária, organizadas conforme metodologia apresentada no Produto 1.

A Leitura Técnica é realizada com a sistematização e análise de dados e informações fornecidas pela Prefeitura Municipal; dados obtidos em fontes oficiais de pesquisa (IBGE, PNDU, IPEA, IPARDES e outras instituições governamentais), organizadas em torno de 6 eixos temáticos: (i) território físico, (ii) tendências socioespaciais, (iii) tendências econômicas, (iv) uso do solo e estrutura fundiária, (v) infraestrutura e serviços, (vi) legislação e capacidades institucionais. Sistematizado e avaliado preliminarmente pela consultoria, as análises são levadas para o debate e complementações junto às equipes municipais.

Atendendo ao especificado no Termo de Referência, o Eixo 1 da Leitura Técnica foi apresentado no primeiro produto entregue. O Produto 02, correspondente à análise dos Eixos 2, 3 e 4, incluiu a caracterização e processo de ocupação do município e sua inserção regional para melhor compreensão do quadro local.

A Parte 2 da Análise Temática Integrada de que trata o presente documento corresponde a complementação da Leitura Técnica com a análise dos dois outros eixos restantes (análise das infraestruturas, serviços e equipamentos, e análise institucional e da legislação); e realiza a Leitura Comunitária. Também faz a síntese das duas leituras apresentando as principais pautas do desenvolvimento municipal e da revisão do Plano Diretor.

Os dados e análises registradas na sequência foram obtidos junto à prefeitura municipal, sites oficiais de pesquisa, em entrevistas realizadas junto aos gestores responsáveis pelas pastas, e nos debates realizados com as equipes municipais e comunidades, conforme consta do capítulo 5 deste documento.

2 LEITURA TÉCNICA – EIXOS 5 E 6

2.1 ANÁLISE DA INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

Atendendo ao termo de referência cabe, neste eixo de análise, avaliar a situação atual e tendência de evolução das infraestruturas e dos serviços e equipamentos públicos no que se refere ao saneamento ambiental, infraestrutura viária, mobilidade e transporte; energia elétrica e iluminação pública; e equipamentos sociais.

Importante primeiramente, retomar aspectos que caracterizam a área urbana do município de Quatro Pontes quanto a sua evolução. A legislação municipal vem, desde a primeira regulação, definindo mecanismos de controle da expansão da malha urbana e estabelecendo as condições de contiguidade das vias implantadas e consolidação da ocupação efetiva dos lotes implantados. Desta forma a cidade de Quatro Pontes tem controlado as ocupações periféricas garantindo maior efetividade para a infraestrutura instalada.

Embora a cidade apresente muitos lotes vagos, parte proveniente da retenção da terra e parte de um incremento recente do parcelamento do solo, em um aspecto a cidade se diferencia. Não sofreu o processo de expansão da malha com subutilização de grandes vazios urbanos, tampouco promoveu a periferização das populações mais pobres gerando setores com maior carência de infraestrutura. As exigências legais permitiram um crescimento compacto e ordenado da cidade.

Conforme já observamos no relatório anterior que tratou sobre o tema do uso do solo, a cidade apresenta-se bastante homogênea no que se refere às infraestruturas. Pelo porte e ausência de periferização a localização dos equipamentos de saúde, educação e esportes igualmente não chegam a apresentar limitações ao acesso a estes serviços.

Na área rural, conforme visto no primeiro relatório, a população moradora vem reduzindo gradativamente, passando a habitar na cidade. O território municipal é pequeno, não existindo núcleos, localidades ou vilas. Predominam as pequenas e medias propriedades, não existindo localidades ou vilas no território rural, apenas as propriedades. Pela facilidade do deslocamento dentro do município (boas estradas e o uso absoluto do transporte individual privado pela população produtora) a população rural se utiliza dos serviços fornecidos na área urbana.

Cabe ainda, antes das análises, resgatar dos estudos produzidos na etapa anterior as estimativas de crescimento populacional/domiciliar. Verificou-se que mantidas as atuais tendências da dinâmica demográfica do município e da produção de novas unidades habitacionais, que o perímetro urbano atual abarca um espaço suficiente para o crescimento dos próximos 30 anos.

Dividimos a avaliação dos equipamentos e serviços em 4 sub-itens: (i) sistema viário, mobilidade e trânsito;(ii) energia elétrica e iluminação pública; (iii) serviços e equipamentos públicos sociais; (iv) e serviços e equipamentos de saneamento básico.

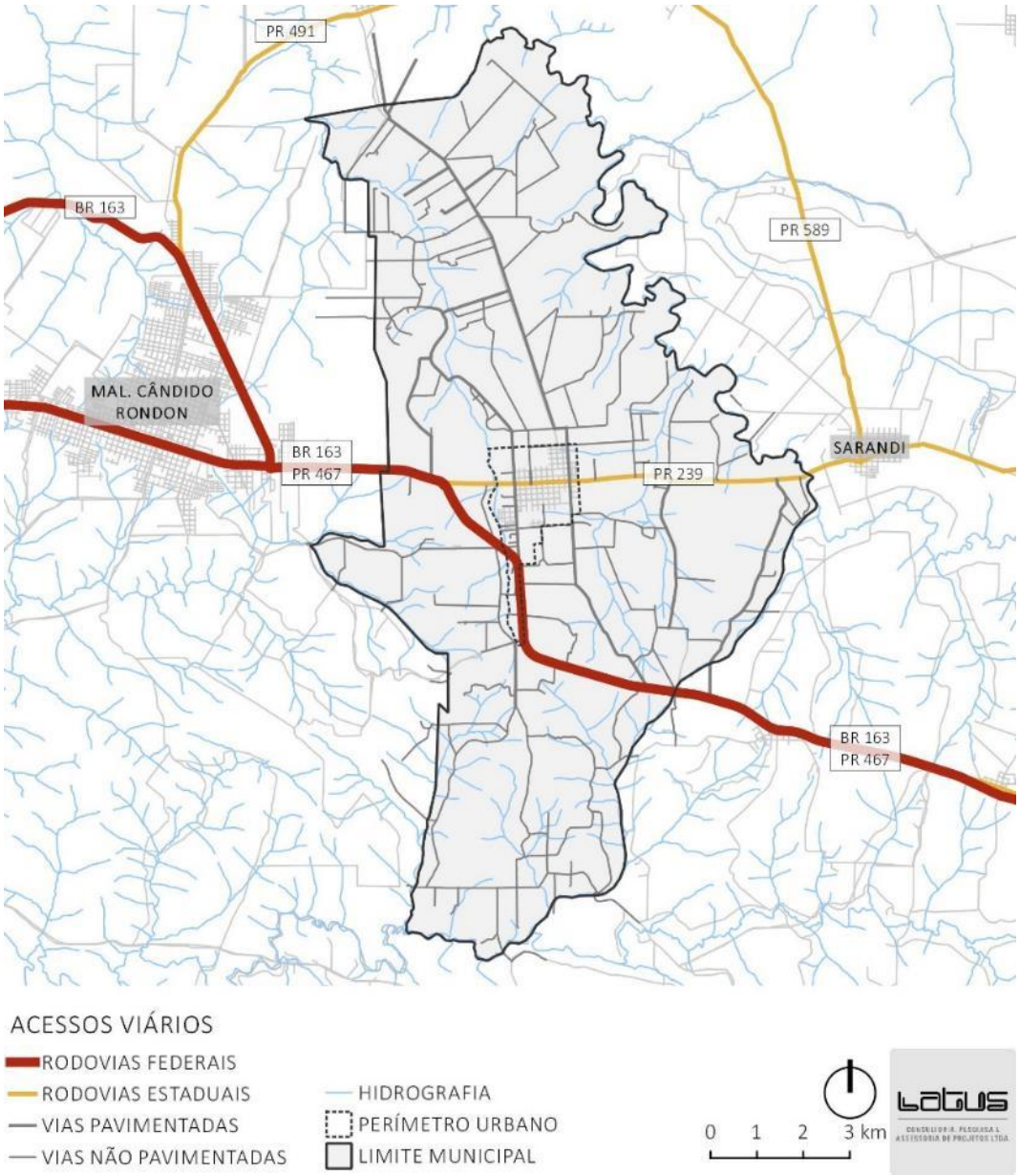
Conforme veremos na sequência, os itens de maior preocupação para uma expansão urbana e/ou o adensamento futuro de Quatro Pontes são os relacionados ao saneamento básico – mais especificamente os relacionados ao esgoto sanitário e abastecimento de água. Pela temática estar estritamente relacionada à capacidade de suporte ambiental do território, neste item avalia-se também as questões ambientais de maior relevância para o município de Quatro Pontes.

2.1.1 SISTEMA VIÁRIO, MOBILIDADE E TRÂNSITO.

O acesso à cidade de Quatro Pontes é realizado por importante rodovia federal a BR163/BR467, no trecho que interliga os municípios de Toledo e Marechal Candido Rondon, principais municípios da região Oeste do Paraná. Rota de escoamento de toda a produção agropecuária do oeste do Paraná e oeste do Mato Grosso, constitui-se como importante eixo de desenvolvimento regional.

O acesso ao município também se faz pela PR239 na direção Toledo – Marechal Candido Rondon. Esta rota atravessa todo município transversalmente e corta a área urbana, transformando-se na Avenida Presidente Epitácio, principal eixo urbano da cidade de Quatro Pontes. O acesso às localidades do entorno se faz por vias municipais.

Figura 1 - Acessos Viários a Quatro Pontes



Fonte: PMQP / Elaboração: Latus Consultoria

No território rural as vias são classificadas como municipais e de acesso às propriedades. A lei 144/1995 classifica como estradas municipais "aquelas que ligam a sede do município às linhas e localidades, e estas entre si". Estabelece também uma metragem de 7,00 metros para o leito da via e uma faixa de domínio total de 11,00 metros, proibindo o plantio de cultivos perenes, reflorestamento, ou quaisquer construções. Parte das estradas municipais já foi pavimentada com pedra irregular. Atualmente vem viabilizando recursos para a pavimentação em asfalto, principal demanda da comunidade para o território rural.

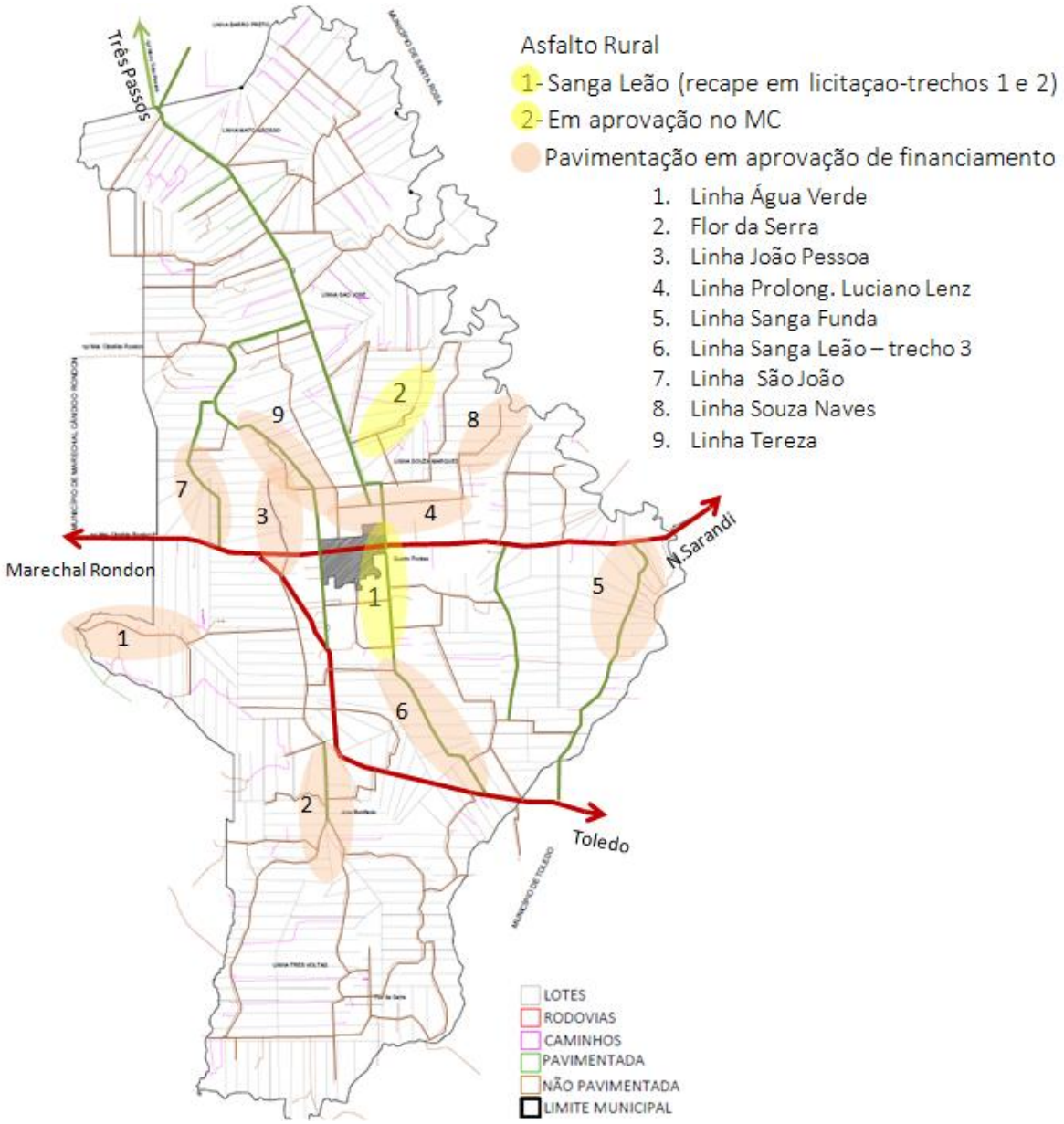
A Prefeitura realiza também, através da Secretaria de Obras, a conservação do leito das estradas municipais de forma sistemática e, na medida do possível, auxilia na melhoria dos acessos.

A situação atual das estradas municipais está registrada na figura seguinte, e na sequência, a figura 02 registra os trechos a serem pavimentados dentro do programa de asfaltamento rural.

Figura 2- Estrutura Viária do Município de Quatro Pontes

Fonte: PMQP / Elaboração: Latus Consultoria

Figura 3 - Programa de Asfaltamento Rural- Município de Quatro Pontes



Fonte: PMQP / Elaboração: Latus Consultoria

Além do registrado acima, mais cinco trechos estão planejados para receberem pavimentação poliédrica: (i) COPERFAM; (ii) CTG; (iii) Guaçu; (iv) Laticinios; Travessão.

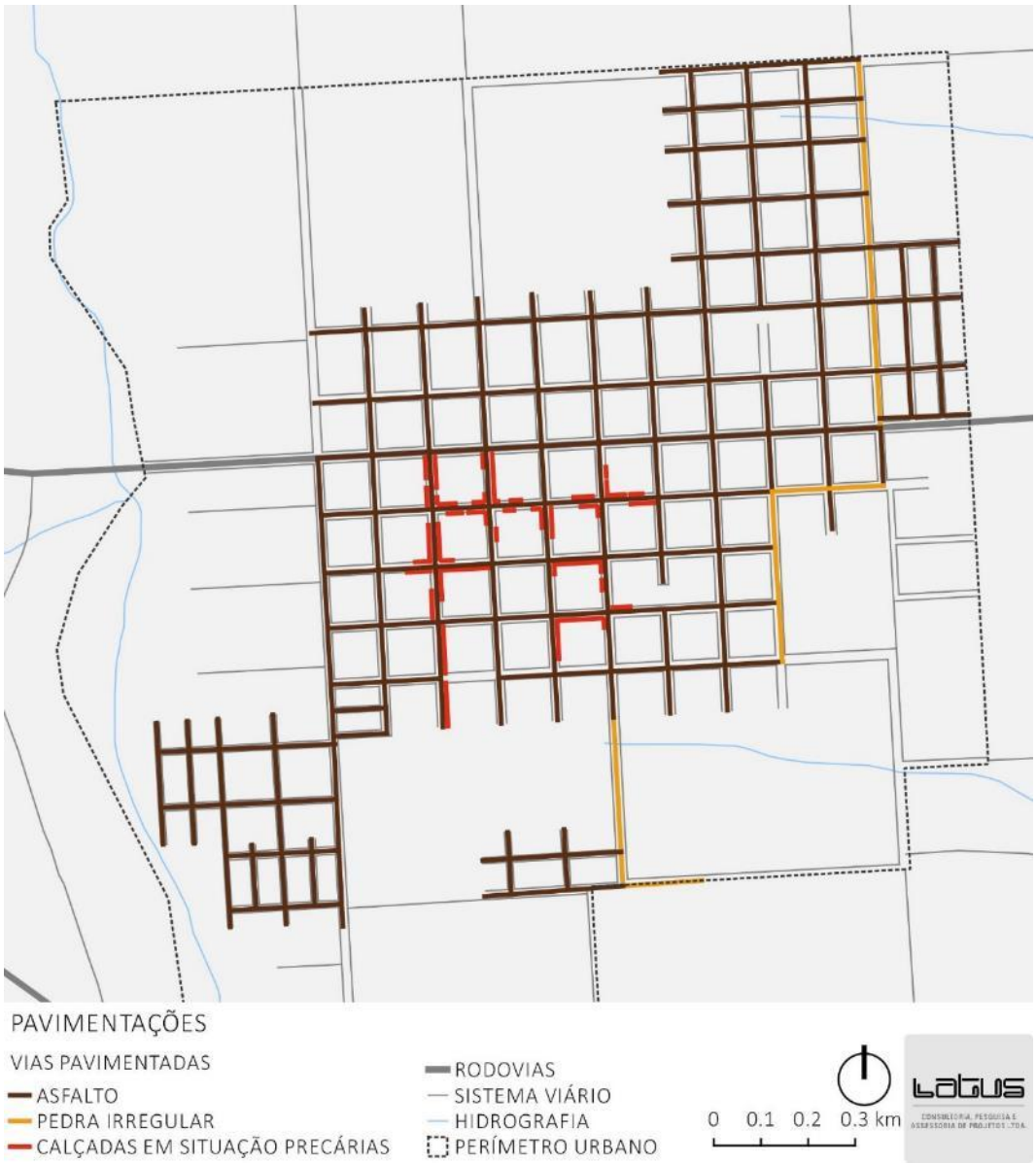
A malha urbana, toda em traçado ortogonal, tem hierarquia classificada pela lei vigente (lei 007/2008 do Parcelamento do Solo) em estruturais, coletoras e locais. Segundo definições da lei, as vias estruturais destinam-se a distribuição geral do trânsito e a interligação das principais áreas urbanas. As Vias Coletoras têm a função de desviar o tráfego pesado originado dos acessos rodoviários, evitando a circulação destes veículos pelo centro da cidade; e as Vias Locais tem como função dar acesso às propriedades, implicando em pequeno volume de tráfego.

São vias estruturais, além da avenida Presidente Epitácio, as ruas Bagé e São Borja. A avenida Santa Maria e as ruas Cachoeiro, Souza Naves, Pedro Balensiefer e Padre Aloísio de Baumeister são classificadas como coletoras. As demais são todas locais. Em relação à pavimentação da malha urbana, a quase totalidade das vias é asfaltada. Apenas alguns trechos das ruas Nelson Minks, São Leopoldo, Santa Cruz e Santa Rosa são pavimentados com pedra irregular. A figura seguinte registra a hierarquia viária e a situação de pavimentação do sistema viário urbano.

Figura 4 - Hierarquia Viária Urbana

Fonte: PMQP / Elaboração: Latus Consultoria

Figura 5 - Situação Atual de Pavimentação



Fonte: PMQP / Elaboração: Latus Consultoria

A lei do parcelamento do solo também determinou os gabaritos desta hierarquia viária. Entretanto a prefeitura tem adotado a sistemática de exigir o prolongamento do sistema viário existente mantendo o traçado ortogonal da malha inicial e os gabaritos atuais. Com esta concepção há que se avaliar se esta hierarquia se mantém adequada.

Foi também determinado pela lei de parcelamento do solo a realização de estudos e projetos para a implantação de uma "via de contorno" ao sul, com o objetivo de evitar o trafego pesado no centro da cidade. Estes estudos não foram realizados e deverão ser pautados nos próximos debates. Por possuir uma economia predominantemente agropecuária o trafego de veículos pesados e maquinários é significativo em Quatro Pontes, sendo as rodovias BR163/467 que tangenciam o

perímetro urbano rota de escoamento da produção da região. O mesmo ocorre, em menor proporção, com a PR 239 que atravessa a área urbana – Avenida Presidente Epitáfio. Por esta avenida também circula o transporte coletivo intermunicipal e grande parte do fluxo dos veículos da rota Toledo- Marechal Candido Rondon e adjacências.

De forma geral, como se pôde observar, é bastante satisfatória a qualidade das vias urbanas. As ruas com pavimentação asfáltica são dotadas de meio fio e sistema de escoamento e drenagem das águas de chuva. Os gabaritos atuais são adequados para o trânsito local e os passeios são na quase totalidade das vias também pavimentados. Não são muitas as situações em que este pavimento encontra-se em precárias condições, e a Prefeitura Municipal vem viabilizando recursos para a execução dos reparos. A figura anterior registra estas situações de precariedade dos passeios.

A pavimentação dos passeios, segundo o Código de Obras, é de responsabilidade do proprietário, inclusive para os lotes vagos, entretanto necessita melhorar procedimentos e regulamentação. Nas vias onde a prefeitura executa a pavimentação asfáltica é realizada também a pavimentação do passeio. Este serviço é posteriormente cobrado do proprietário.

Rampas de acessibilidade nas esquinas vêm sendo realizadas quando da realização de obras e pavimentações e/ou através das ações de requalificação das vias e nos novos loteamentos. Atualmente está em execução pela prefeitura o recapeamento asfáltico dos trechos da rua São Leopoldo e da requalificação e asfaltamento da rua Nelson Minks.

Algumas situações relatadas apontam a necessidade de novos regramentos ou estudos e ações especificas para qualificar o trânsito e a mobilidade. A frota atual conta com 3.630 veículos, onde 45% correspondem a automóvel e 22% a caminhão, caminhão trator e camionetes (Detran-PR). Nos últimos 10 anos a frota cresceu em 54%. Os últimos 3 anos registraram os menores números de acidentes no trânsito com uma média de 10,6 ocorrências.

Outros problemas relatados foram: o fluxo crescente de carros nos horários de entrada e saída das escolas, problema agravado pela falta de regramento para o uso das faixas laterais como estacionamento; a circulação e também o estacionamento de veículos de maior porte e maquinários na avenida central, a falta de garagem ou local adequado para os veículos e maquinas pública, entre outros. A carga e descarga para abastecimento em locais comerciais assim como o número de vagas de estacionamento são regulados pelo Código de Obras, mas não tem fiscalização.

Quanto à sinalização viária e de trânsito, esta foi avaliada como precária nas reuniões realizadas com gestores e comunidades, mas já existe projeto e recursos aprovados junto ao DETRAM aguardando início da execução.

Figura 6 - Projeto de Sinalização de Trânsito

Fonte: PMQP

Não existe transporte público no município, apenas o transporte escolar terceirizado pela prefeitura municipal que atende a população rural satisfatoriamente. Predomina na cidade o transporte motorizado individual e os deslocamentos a pé. Na área rural igualmente a população se desloca por meio de veículos privados e com o transporte escolar. O uso da bicicleta como meio de transporte na área urbana conta com pista exclusiva ao longo da avenida principal. Apesar de não existir faixas exclusivas no restante, a população se utiliza bastante da modalidade.

2.1.2 ENERGIA ELETRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

O fornecimento de energia em Quatro Pontes é realizado pela Companhia Paranaense de Energia – COPEL. O atendimento pela distribuidora, segundo os dados do IBGE de 2010, abrange a quase totalidade dos domicílios. Na área urbana o atendimento era de 100%; na área rural apenas 3 domicílios tinham outra forma de abastecimento, perfazendo um total de 99,3% de domicílios atendidos pela distribuidora. Dos domicílios da área urbana, 10 eram atendidos sem medidor, o que pode estar demonstrando a existência de irregularidade na ligação.

Conforme veremos na leitura comunitária, alguns setores manifestaram preocupação quanto ao crescimento do consumo e consequentemente da necessidade de aumento da produção de energia por parte da fornecedora. Importante avaliar nesta perspectiva de atendimento futuro a evolução do consumo segundo o tipo de atividades. Os dados foram obtidos junto ao IPARDES e podem ser analisados a partir da das planilhas e gráficos que seguem.

Tabela 1 - Evolução do Consumo de Energia Elétrica por Setor

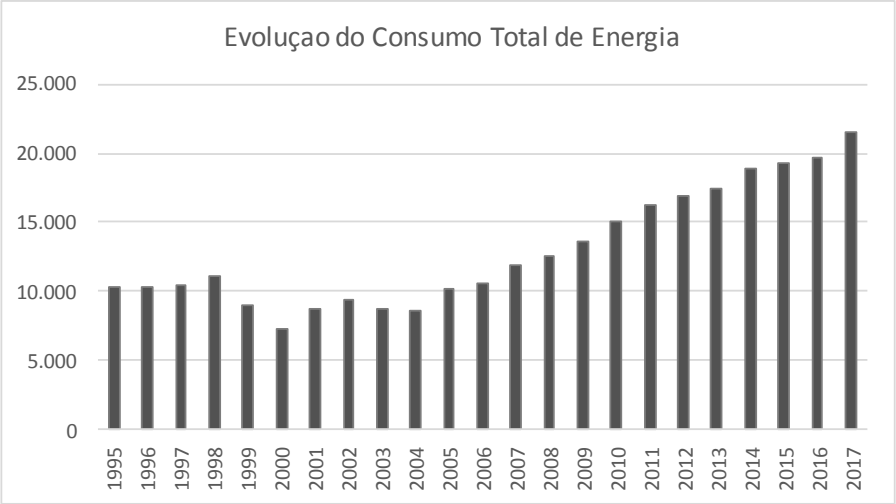
CONSUMO ENERGIA ELÉTRICA (Mhw)	ANO			CRESCIMENTO		
	2000	2010	2017	2000-10	2010-17	2000-17
CONSUMO TOTAL	7.322	15.117	21.517	106,5%	42,3%	193,9%
Consumo Residencial	1.258	1.788	2.680	42,1%	49,9%	113,0%
Consumo Setor Secundário	607	3.211	3.573	429,0%	11,3%	488,6%
Consumo Setor Comercial	496	862	1.093	73,8%	26,8%	120,4%
Consumo Rural	4.485	8.275	13.045	84,5%	57,6%	190,9%
Consumo Outras Classes	476	980	1.126	105,9%	14,9%	136,6%

Fonte: IPARDES

Verifica-se um crescimento do consumo total de energia elétrica em Quatro Pontes, considerado o período de 2000 a 2017, de 194%. Neste período, o setor que apresentou maior crescimento da demanda de consumo foi o setor Secundário (indústrias) que aumentou seu consumo em quase 490% passando de 607 Mhw para 3.573 Khw. Entretanto o setor que demanda maior consumo de energia elétrica é o setor rural que no ano de 2017 consumiu 13.045 Mhw, que representa mais de 60% do consumo total de energia elétrica para o município de Quatro Pontes.

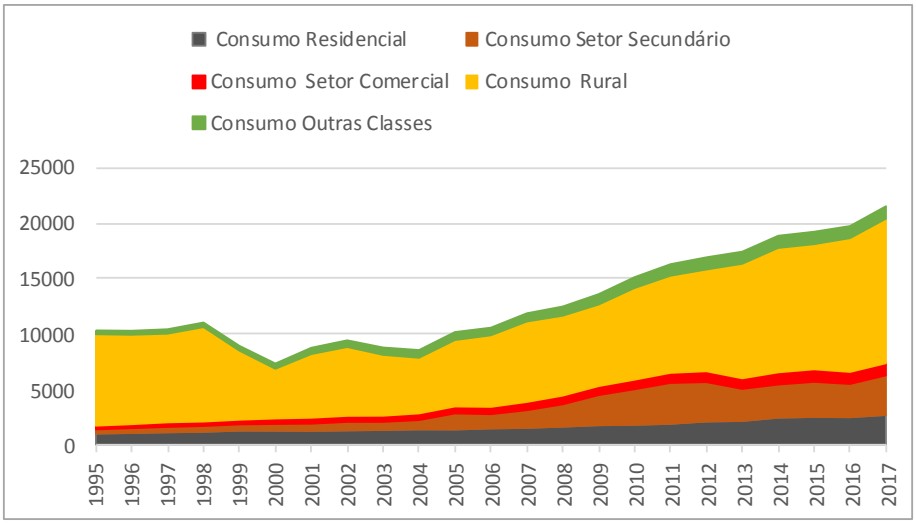
Outro dado importante de se observar é que a partir de 2005 o município começa a apresentar um crescimento mais constante no consumo da energia elétrica, e que neste período o setor que mais contribui para esta elevação é o rural, conforme se observa nos gráficos seguintes.

Gráfico 1 - Evolução Anual do Consumo de Energia Elétrica



Fonte: IPARDES

Gráfico 2 - Evolução Anual do Consumo de Energia Elétrica por Setores



Fonte: IPARDES

Em relação ao atendimento do serviço municipal de iluminação pública a informação da prefeitura é de atendimento de 100% dos domicílios urbanos. O dado do IBGE para 2010 apontava a existência de iluminação pública para 98% dos domicílios urbanos, sendo os 2% restantes classificados como ausência de informação e não inexistência do serviço.

2.1.3 SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS E DE LAZER

As políticas de Saúde, Assistência Social e Educação, Cultura e Esporte no município de Quatro Pontes são implementadas pelas respectivas Secretarias atendendo as demandas da população local, urbana e rural, nos serviços que competem ao âmbito municipal. Os dados aqui apresentados são obtidos junto aos órgãos oficiais competentes e em entrevista aos administradores locais.

A população de Quatro Pontes atinge hoje cerca de 4.000 habitantes. Estes serviços estão centralizados na sua totalidade, na área urbana. O acesso aos equipamentos pela população rural é facilitado pela pequena extensão do território municipal e pela facilidade do deslocamento viário. Os dados são apresentados na sequência. Todos os equipamentos levantados estão demarcados no mapa final.

a. Saúde:

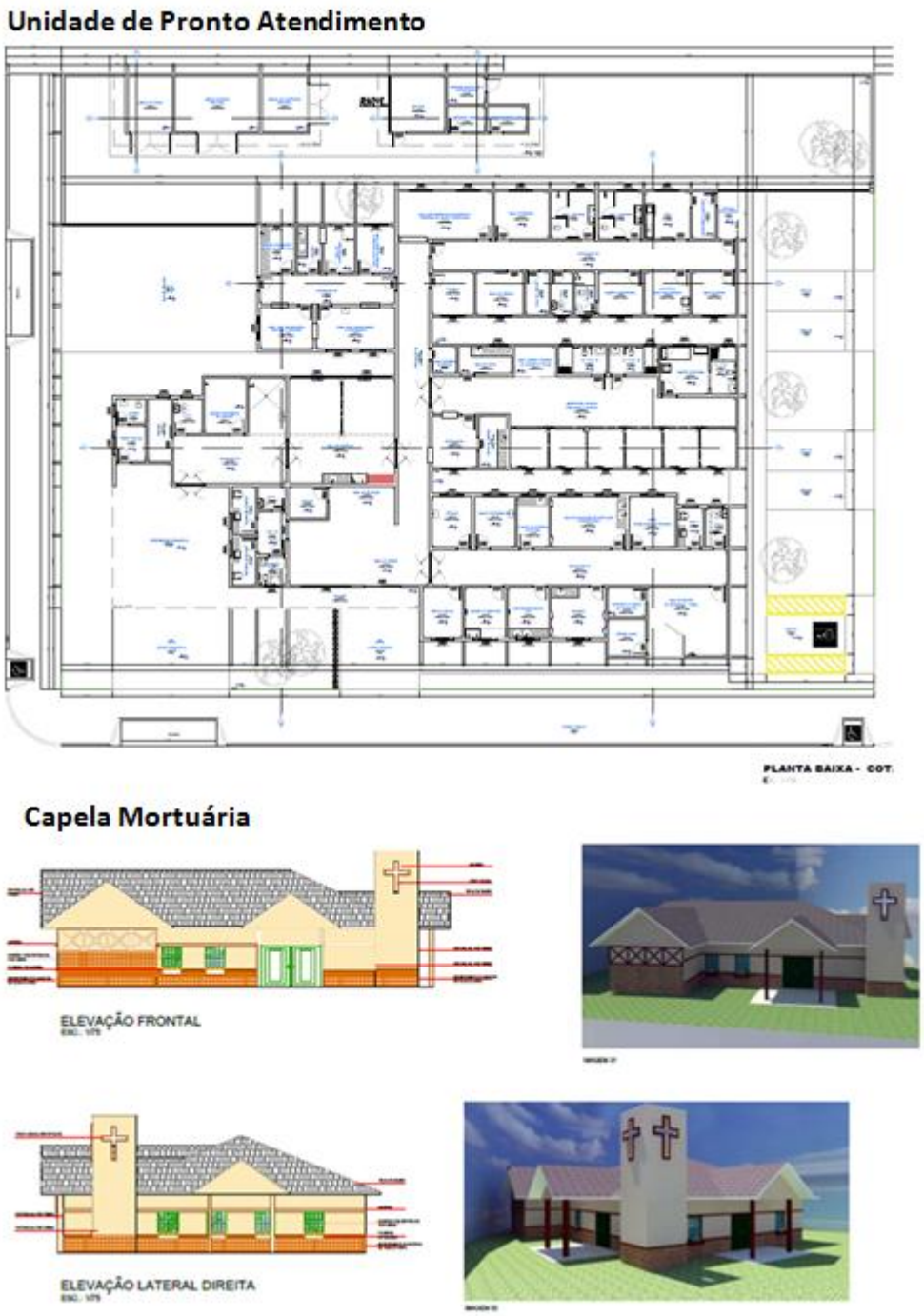
A Secretaria Municipal de Saúde atende à demanda local dentro da política estabelecida pelo Sistema Único de Saúde. Conta para isto com uma Unidade de Atendimento Básico (UBS) e um Posto de Saúde garantindo os serviços essenciais e os atendimentos da Atenção Básica e da Saúde da Família. A população atendida pelas equipes de Saúde da Família é de 100%. A demanda hospitalar da população é atendida na cidade de Entre Rios. Junto ao Posto de Saúde também funciona toda a área administrativa da Secretaria. A demanda por um espaço exclusivo para a administração foi registrada pelos gestores.

Está em tramitação a aprovação de projeto de construção de uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) que dentro da política do SUS permite ao município oferecer o serviço hospitalar de média complexidade. A prefeitura já dispõe de terreno e dos recursos para a construção. Os recursos são municipais. O projeto encontra-se em análise no setor de Vigilância Sanitária do Governo Estadual.

Indicadores da área de saúde para o município são, de forma geral, bastante positivos. Os dados avaliados são disponibilizados no site da Prefeitura Municipal – Cidades Sustentáveis. É reduzido o número de nascidos abaixo do peso. Considerado o período 2013-2017 a média fica em 5% do total de nascidos; mortalidade infantil (menores de 1 ano) não teve ocorrência nos últimos 5 anos; crianças desnutridas considerados os anos de dado disponível (2013 a 2015) foi nula no primeiro e último ano; não houve registro de pessoas infectadas por dengue ou similares. A avaliação dos moradores quanto ao atendimento oferecido pela Prefeitura é satisfatória. Estas análises constam do capítulo que apresenta a leitura comunitária.

Outro projeto em tramitação na prefeitura Municipal é a construção de Capela Mortuária junto ao Cemitério Municipal localizado na rua do cemitério junto com Avenida Bagé.

Figura 7 - Projetos em Andamento – Prefeitura Muncipal de Quatro Pontes



Fonte: Prefeitura MUncipal de Quatro Pontes

b. Assistência Social

A Secretaria de Desenvolvimento Social é responsável pela implementação dos programas e ações estabelecidos pela Política Nacional de Assistência Social através do SUAS - Sistema Único de Assistência Social.

Atua através de um CRAS – Centro de Referência da Assistência Social oferecendo a população local os serviços de proteção e atendimento integral a família (PAIF) e o serviço de convivência e de fortalecimento de vínculos (SCFV). Na unidade, os cidadãos também são orientados sobre os benefícios assistenciais e podem ser inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal que no Paraná é gerenciado pelo Estado. Estão cadastrados hoje no CadUnico do município 284 famílias; e 52 estão em acompanhamento pelo PAIF.

Segundo informação dos gestores não é grande a demanda pela população local dos benefícios assistenciais e atendimentos especiais. A população temporária é a principal demandante destes serviços. Entretanto verifica-se que esta demanda tem aumentado nos últimos anos. À exemplo, em 2013 eram distribuídas duas cestas básicas por mês; em 2018 são 20 por mês. A dificuldade de inserção da mulher chefe de família no mercado de trabalho também tem aparecido mais recentemente. Falta de vagas especificas para a mulher e dificuldades em relação aos filhos em idade escolar das primeiras series são os desafios.

O CRAS realiza ações com idosos e acompanhamento de adolescentes, mas sem o espaço apropriado para atividades especial. Esporadicamente ocorre a necessidade algum acompanhamento de drogadição, idosos negligenciados e jovens em conflito com a lei.

O município não tem um programa especifico para atendimento das demandas habitacionais. As demandas que chegam ao município são muito pontuais. Entretanto, quando do lançamento do programa Minha casa Minha Vida pela CEF, cerca de 300 famílias do município se cadastraram junto a COHAPAR. Os dados do censo de 2010 apontavam que 30% dos domicílios do município são alugados ou cedidos. Não se tem uma avaliação em relação ao comprometimento de renda familiar com a moradia e faixa de renda das famílias para avaliação se é demanda de interesse social, mas é um número significativo. Cabe registrar que está tramitando dentro da Prefeitura Municipal o projeto de um loteamento de interesse social – o Loteamento Bem Viver O projeto já está elaborado e busca financiamento para a implantação de 62 lotes destinados a população de menor renda.

As principais demandas por parte da Secretaria também se relacionam a melhoria dos espaços físicos. Considerada a condição de envelhecimento da população (elevadas taxas) é importante que a política municipal melhore seu atendimento para esta faixa. Um centro de convivência do idoso promoveria esta adequação.

A figura seguinte mostra a localização do loteamento de interesse social.

Figura 8 - Localização do Loteamento de Interesse Social (em tramitação)

Fonte: Prefeitura Municipal de Quatro Pontes

c. Educação, Cultura e Esportes

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes programa e implementa a política educacional na esfera municipal e as ações na área de cultura e esportes. Segundo informação dos gestores o município de Quatro Pontes conta com 4 estabelecimentos de ensino – três municipais e um estadual. São duas unidades municipais para a educação infantil (EMEI Dona Leopoldina e EMEI Cantinho Feliz) e uma para o ensino fundamental – Escola Dona Leopoldina. No âmbito estadual – o Colégio Estadual Quatro Pontes atende o ensino fundamental e ensino médio.

Segundo dados disponibilizados pelo IPARDES para o ano de 2017, o atendimento do ensino infantil foi de 247 crianças matriculadas. No ensino fundamental do município foram 218 matriculados. Segundo informações dos gestores o atendimento da demanda direcionada à escola municipal é atendido na totalidade para o ensino fundamental, e também no ensino infantil, mas nos últimos anos foi necessário criar vagas extras. Segundo os gestores a educação infantil opera na capacidade máxima de atendimento. A avaliação é de que é necessário ampliar as vagas no EMEI. Também existe a demanda para o atendimento em período integral.

O Colégio Estadual Quatro Pontes – EFM atendeu, no mesmo ano de 2017, um total de 303 alunos- 211 alunos no ensino fundamental e 92 no ensino médio.

O atendimento de jovens e adultos – EJA é realizado pela escola municipal e pela escola estadual. O Município atende até a 5ª serie, o Estado a partir da 6ª. Para o ano de 2017 não foram

registradas matriculas em nenhum dos estabelecimentos (IPARDES). Mas segundo dados obtidos nas entrevistas neste ano 7 alunos estão cursando o EJA na Escola Municipal.

De forma geral a avaliação é de que Estado e Município vem atendendo satisfatoriamente a demanda, não só numericamente, mas também em relação a qualidade do atendimento. No âmbito municipal são inúmeras atividades desenvolvidas pela escola e departamento de cultura e esportes junto aos alunos e comunidades locais que colocam o serviço como um dos mais bem avaliados pela comunidade, conforme veremos na leitura comunitária, registrada no capítulo seguinte.

Alguns indicadores podem ser destacados aqui. Os dados mais recentes que estão disponibilizados são os obtidos no site da prefeitura – "indicadores da cidade sustentável" Em 2012 a população analfabeta com idade superior a 15 anos era de 20 pessoas; em 2015 este número zerou. A comparação da população em idade escolar (de 4 a 17 anos) com o número de indivíduos frequentando escola em 2015 se equipara – significando que a escola abarcou toda a demanda. São disponibilizados também os dados referentes ao número de inscritos e número de matriculados no ensino fundamental e na pré-escola municipal. Para o período de 2012-2015, todos os anos apresentaram total atendimento da demanda inscrita.

Ainda em termos de equipamentos, importante destacar que o município concluiu recentemente a construção de nova unidade escolar. Ainda não liberado totalmente em relação à prestação de contas do financiamento com o governo federal (em andamento), o equipamento, quando liberado, certamente promoverá as condições físicas para o atendimento do crescimento da demanda educacional, dado importante na perspectiva do desenvolvimento projetado.

Na área da cultura e esportes são inúmeras as ações promovidas pela Secretaria. São 22 projetos na área da cultura e 8 modalidades de esportes. Atende a população desde a infância - crianças a partir dos 5 anos, à velhice (grupos de idosos). Na cultura são grupos de canto (coral), danças (especialmente as folclóricas), encenações diversas que ocorrem durante as festividades tradicionais - Páscoa, Natal, Final de Ano.... Também são organizados festivais, concursos, palestras, entre outros eventos

O coral hoje conta com 100 participantes – 20 adultos, 40 jovens, 40 crianças. Tem realizado apresentações até fora do município. O "Brincando na Praça" acontece de duas a três vezes por ano e toda a comunidade participa. O esporte chega a atingir 400 a 500 jovens por semana. O atendimento dos idosos disponibiliza 100 vagas com atividades de academia, mas este número é considerado limitado pela pouca disponibilidade do espaço físico, pois estima-se uma demanda latente de cerca de 600 idosos.

A população rural é atendida na cidade (utilizam o transporte escolar), mas algumas atividades já atingem também o território rural – campeonatos de futebol e bocha por exemplo. A

secretaria avalia hoje a possibilidade de levar atividades especificas, como os grupos de dança e academia (Flor da Serra). As festas de comunidades (Associações e Igrejas) tem apoio da Prefeitura.

As festividades tradicionais, que ocorrem anualmente no Município são: (i) a festa Junina a céu aberto; (ii) a FestPontes – festividade de 2 dias que traz artistas nacionais e realiza concursos de canto; (iii) Natal; (iv) Virada do Ano; (v) Páscoa; (vi) as festas gastronômicas das comunidades; (vii) e a festa do município – com o Leitão a Quatro Pontes.

O município conta hoje com a Casa de Cultura, o Museu, Biblioteca, (3) tres Ginásios de Esportes, o Centro de Eventos, duas praças públicas, a sede Social e Campestre do Clube Social Cultural Quatro Pontes., além das Associações de moradores das principais linhas rurais do município.

Cabe ainda, destacar os projetos em andamento que se somam aos atuais equipamentos na área de lazer, cultura e qualificação do espaço público. Está em execução na praça junto da prefeitura – Praça Cristo Rei uma "mini arena" que conta com quadra de futebol, quadra de basquete e quadra de skate. E em fase de liberação de recursos a Rua Coberta – na Avenida Santa Maria.

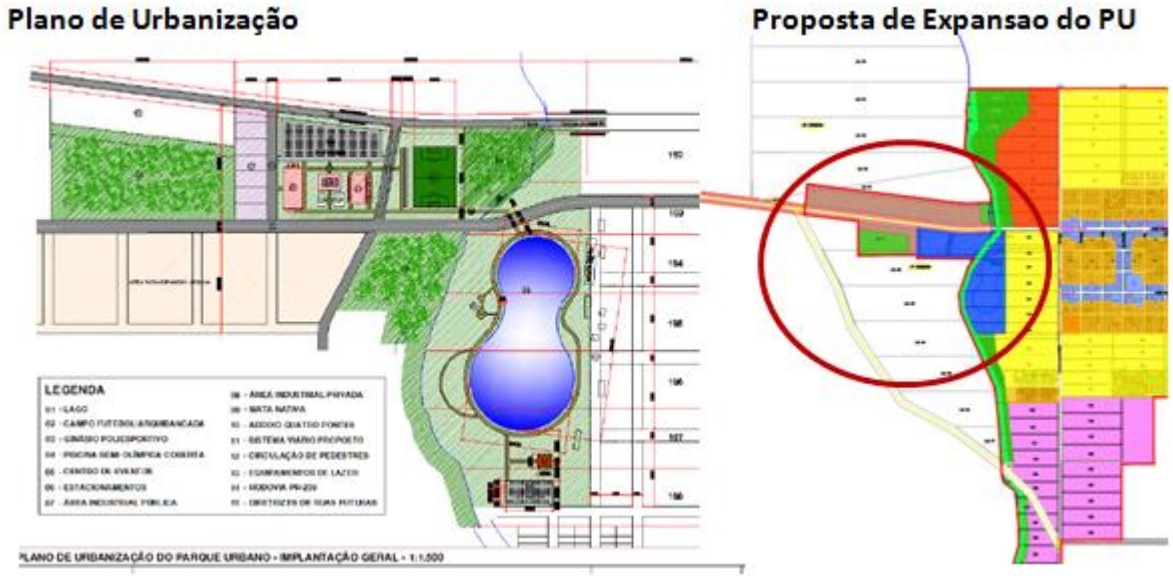
O Parque Urbano tem estudo urbanístico desenvolvido desde 2015 com o objetivo de oferecer aos habitantes da cidade um novo lugar de convívio, lazer e recreação, e de articular áreas de interesse e de preservação ambiental com a área consolidada da cidade. Dentro do espaço do parque passa o Arroio Quatro Pontes, que juntamente com seu córrego e mata nativa de fundo de vale, deve compor a paisagem do Parque Urbano. Contempla: lago, campo de futebol e arquibancada, ginásio poliesportivo, piscina semiolímpica coberta, centro de eventos, estacionamentos, sistema viário e diretrizes futuras, circulação (passeios), equipamentos de lazer. O plano desnvovido ainda concebe a expansão do perímetro urbano propondo para as adjacências do parque área industrial privada e pública para implantação de empreendimentos de baixo impacto.

As figuras seguintes apresentam os estudos propostos.

Figura 9 - Projeto Rua Coberta de Quatro Pontes (em execução)

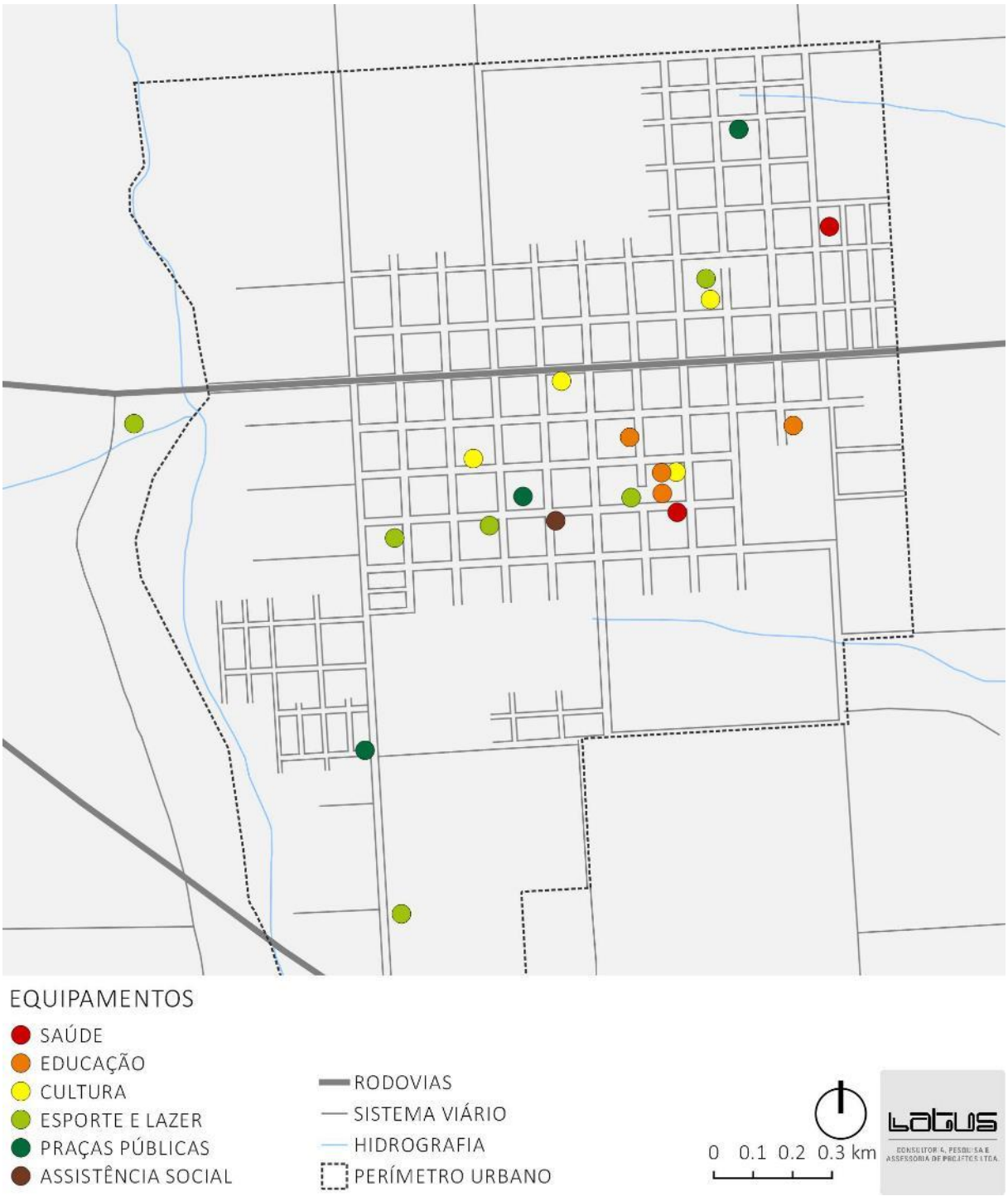
Fonte: Prefeitura Municipal de Quatro Pontes

Figura 10 - Estudo de Concepção do Parque Urbano



Fonte: Prefeitura Municipal de Quatro Pontes

Figura 11 - Distribuição Territorial dos Equipamentos na Área Urbana



Fonte: Prefeitura Municipal de Quatro Pontes / Elaboração: Latus Consultoria

2.1.4 SANEAMENTO BASICO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL.

Neste item aborda-se a questão dos serviços de saneamento básico na sua caracterização e avaliação da capacidade de atendimento das demandas, consideradas as 4 modalidades que o compõe (abastecimento de água, serviço de esgotamento sanitário, drenagem pluvial e urbana e coleta de lixo) e de maneira integralmente relacionada as qualidades e caracterizas do ambiente físico natural. Desta forma, retoma-se aqui a caracterização das áreas de preservação e de interesse ambiental do município posto que podem ser estas, as principais limitações territoriais da expansão, adensamento e desenvolvimento futuro de Quatro Pontes. Particularmente no caso de Quatro Pontes estas relações tornam-se substancias para orientar os debates de avaliação das capacidades e modalidades de atendimento futuro.

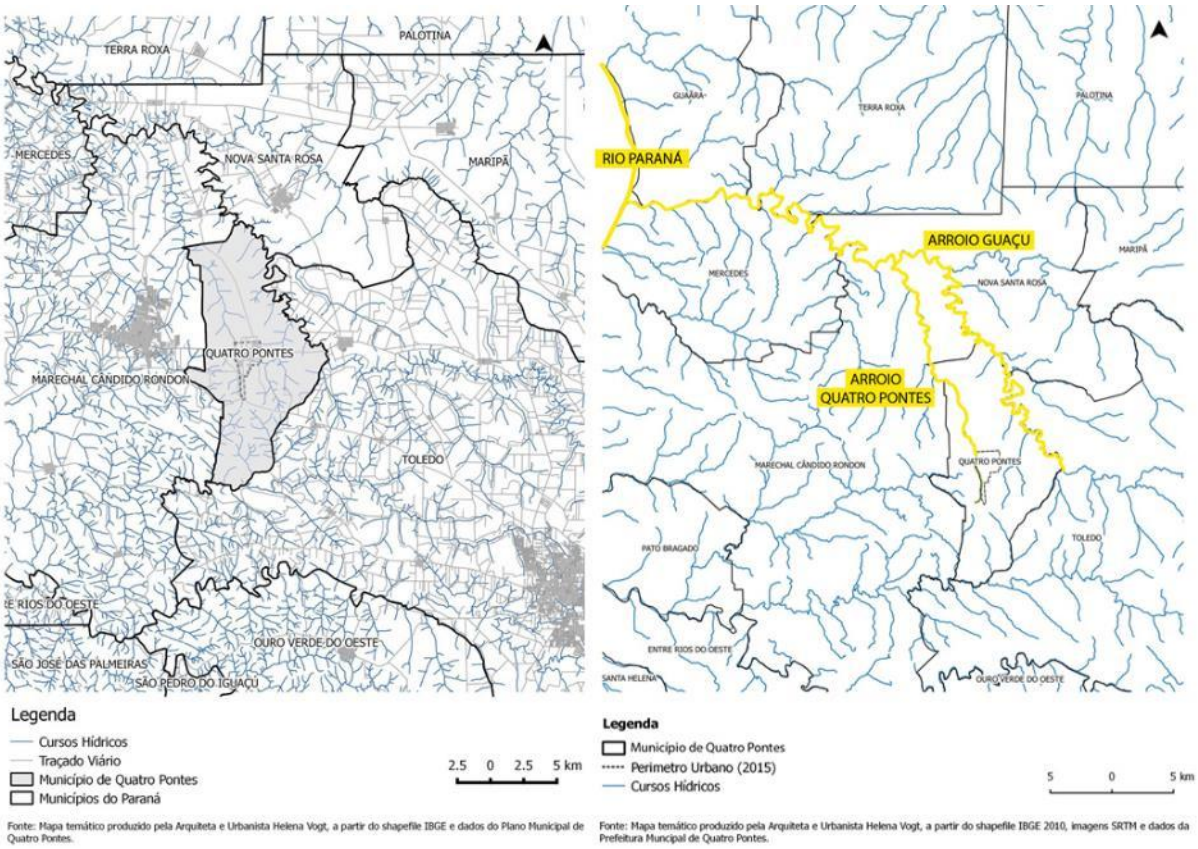
Neste debate importante acrescentar nas análises a circunvizinhança de Quatro Pontes pondo em destaque tanto as sedes urbanas como os corpos hídricos dos municípios que compartilham a mesma bacia e transferem para a jusante suas vazões, despejos e impactos, chamando para um planejamento mais acurado do saneamento em domicílios e indústrias. Neste sentido, dois principais aspectos da localização de Quatro Pontes importam destacar: sua inserção na bacia do Paraná 3 e na área territorial do aquífero da Serra Geral:

A Bacia do Paraná 3 é explorada intensamente pela agricultura mecanizada, o que pode vir a representar um problema regional caso essas atividades não possuam os cuidados necessários para a conservação e manutenção do ambiente. Considerando esta conjuntura e demais fatores de contribuição à contaminação e poluição das águas, tais como o saneamento deficiente, redução de matas ciliares e descarte inadequado de resíduos, as condições hídricas podem ser fortemente afetadas em nível regional e, inclusive, inter-regional.

Já em relação ao sistema aquífero Serra Geral (SASG), a recarga acontece principalmente pela precipitação pluvial. Este aquífero é considerado um importante sistema de abastecimento, suprindo mais de 70% dos núcleos urbanos do Estado do Paraná com água de ótima qualidade, segundo o Plano da Bacia Hidrográfica do Paraná 3 (2014). É válido, portanto ressaltar que toda a expansão urbana reflete em maiores percentuais de solo impermeabilizado, reduzindo, por consequência, a capacidade de recarga do aquífero.

O Arroio Guaçu é o curso hídrico de maior expressividade, cujo deságue ocorre no Rio Paraná (Vide Figura 05), assim como as demais vertentes hídricas deste município (Arroio Quatro Pontes, Lajeado Itá, Arroio Fundo, Arroio Marreco e Lajeado Três Voltas).

Figura 12 - Circunvizinhança de Quatro Pontes e Desague dos Cursos Hídricos



Fonte: Diagnóstico Ambiental para a revisão do Plano Diretor- Latus Consultoria

a. Saneamento Básico

Ancora-se este subitem em levantamentos de dados secundários calcados em Leis Municipais assim como na última versão do Plano Municipal de Saneamento Básico, datado de março de 2016, cujas abordagens pautam-se como instrumento de planejamento do abastecimento de água, do esgotamento sanitário, da gestão das águas pluviais e dos resíduos sólidos. Complementa-se com algumas análises obtidas nas entrevistas e reuniões municipais.

a.1. Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

O serviço de abastecimento de água é municipalizado, sendo este, de responsabilidade da Divisão de Abastecimento de Água da Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes. Essa divisão tem a função de manter, operar, conservar e explorar o serviço de abastecimento.

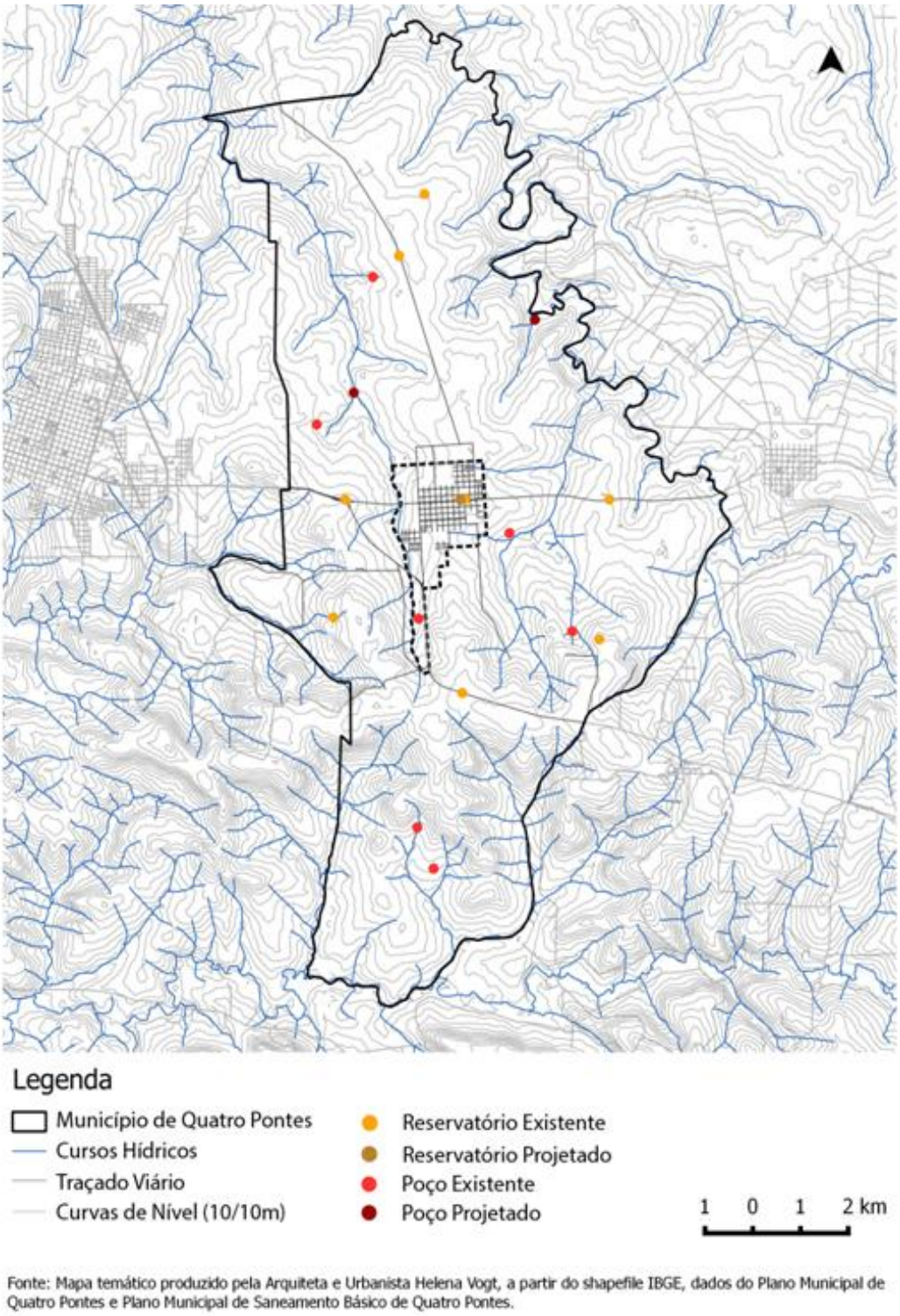
Segundo informações do PMSB, a captação da água acontece a partir de minas e poços subterrâneos e a água é canalizada e direcionada para os reservatórios existentes no município. Nas áreas rurais, esse serviço é prestado pelas associações de moradores que realizam sua própria gestão.

Portanto, 100% da água distribuída para a população de Quatro Pontes -tanto pelo serviço municipalizado de águas como pelas associações de moradores rurais- são provenientes de fontes subterrâneas. Por não se utilizar dos corpos hídricos superficiais naturais para o abastecimento de água da população, Quatro Pontes não foi enquadrado na política estadual do ICMS ecológico[1].

Para fins de espacialização, a figura seguinte localiza os poços e reservatórios de água do abastecimento. Destaca-se que o Plano Municipal de Saneamento datado de 2016 aponta para a deficiência de vazão de algumas fontes do abastecimento, para a reservação insuficiente às demandas de consumo, assim como para a baixa qualidade de algumas águas captadas.

[1] Para fins de esclarecimento, o ICMS Ecológico surgiu da aliança entre um movimento de municípios e o Poder Público estadual, mediado pela Assembleia Legislativa. Os municípios sentiam suas economias combalidas pela restrição de uso do solo, originada por serem mananciais de abastecimento para municípios vizinhos e por integrarem 53 unidades de conservação. Nascido sob a égide da compensação, o ICMS Ecológico evoluiu, transformando-se em mecanismo de incentivo à conservação ambiental, o que mais o caracteriza, representando uma promissora alternativa na composição dos instrumentos de política pública para a conservação ambiental no Brasil (LOUREIRO, 1997a e 1997b). O ICMS Ecológico trata da repartição dos recursos financeiros utilizando para tal o critério que induz à ação pela conservação ambiental. No caso paranaense, os critérios têm foco nos mananciais de abastecimento e nas unidades de conservação (LOUREIRO, 1997b).

Figura 13 - Mapa representativo dos poços e reservatórios de água existentes em Quatro Pontes



Fonte: Diagnóstico Ambiental elaborado para a revisão do Plano Diretor/ Latus Consultoria

Trata-se, portanto, de um problema estrutural: pensar a expansão urbana, o adensamento territorial e também novas atividades do desenvolvimento econômico posto que passa necessariamente por prever a capacidade de infraestrutura para dar suporte às demandas deste crescimento.

O ordenamento e a mitigação do contexto deficitário atual são técnica e economicamente possíveis, todavia, há de haver um empenho político para, primeiramente, revisão das tarifas praticadas na prestação dos serviços.

O mesmo é aplicável para o esgotamento sanitário. A sede do município não possui sistema de esgotamento sanitário, assim como nenhuma das outras localidades. As economias tratam o esgoto doméstico através de sistemas de fossa séptica e sumidouro individuais. Quando há necessidade de limpeza da fossa, o lodo gerado é encaminhado para tratamento a partir de lagoas no município de Marechal Cândido Rondon.

Na sede do município 72,6% das economias possuem fossa séptica, 27,4% fossa séptica, filtro anaeróbio seguido de sumidouro e destes, 85% não realizam limpeza das suas fossas e 79,5% possuem caixa de gordura antes do lançamento do esgoto, conforme informações do PMSB.

O PMSB (2016) propõe a implantação de redes de esgotamento sanitário com ligações domiciliares, estações elevatórias e unidades de tratamento de esgoto na área urbana do município, e para as propriedades rurais, tratamento individual. Entretanto, antes de prever qualquer solução para o esgotamento sanitário, é relevante que seja elaborado um estudo de concepção do respectivo sistema. A justificativa se pauta na possibilidade de talvez oferecer uma outra solução, mais particular e em consonância com as reais condições do município. Pois, se a administração municipal já possui dificuldades financeiras para melhoria dos sistemas, é importante que seja analisado tecnicamente o contexto local ao invés de propor uma solução mais universal.

Neste caminho, localizar todas fontes de captação, a profundidade do lençol d'água, seu fluxo de escoamento e a sua relação com a área urbana é um início. Mas requer o censo das fossas e sumidouros individuais para estabelecimento de correlações com o sistema de abastecimento de água. É possível que em algumas áreas urbanas seja possível permanecer com sistemas individuais por algum período mais longo de tempo, sem que seja necessário a implementação de redes coletoras e grandiosas obras de tratamento coletivo dos esgotos. Entretanto, somente um estudo minucioso de concepção do sistema é que vai apontar.

Enquanto isso é essencial que se garanta que a totalidade da população possua um sistema individual de tratamento dos seus esgotos; mas mais do que isso, que estes sistemas sejam limpos com a frequência adequada.

Toda esta gestão, controles e fiscalização são de responsabilidade do Órgão Municipal responsável, entretanto, para que seja eficiente, é necessário que primeiramente o serviço seja sustentável economicamente. Aí a necessidade já apontada anteriormente em revisar o sistema tarifário praticado utilizando-se do fluxo de caixa e do planejamento de despesas futuras deste.

O Artigo 101 do Plano Diretor de 2008 dispõe que:

> *São princípios e diretrizes básicas para ações e políticas na área administrativa e institucional além das demais previstas nesta Lei e seus respectivos anexos:*
>
> *X. Atualização de valores de taxas e impostos de serviços prestados pela administração pública do município;*
>
> *XI. Implementar a autosustentabilidade nos investimentos e subsídios dos recursos municipais para a população de forma não liberar nenhum recurso sem que haja a contrapartida estabelecida no Manual de Boas Práticas para cada Departamento.*

Complementarmente, são objetivos gerais do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Quatro Pontes, entre outros, o fortalecimento da autonomia municipal (Artigo 11 do Plano Diretor de 2008).

Neste mesmo caminho avalia-se que a prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário possam permanecer sob responsabilidade municipal uma vez que, se bem geridos, possibilitam uma relação mais próxima com a população, garantindo cobranças adequadas ao mesmo tempo em que se busca a sustentabilidade financeira. Para os investimentos em infraestrutura de esgotamento sanitário que, por sua vez, confere valores de investimentos mais elevados, as alianças com Deputados da região, bem como, a inscrição de propostas diretamente ao Governo Federal são alguns dos caminhos.

a.2. Águas Pluviais

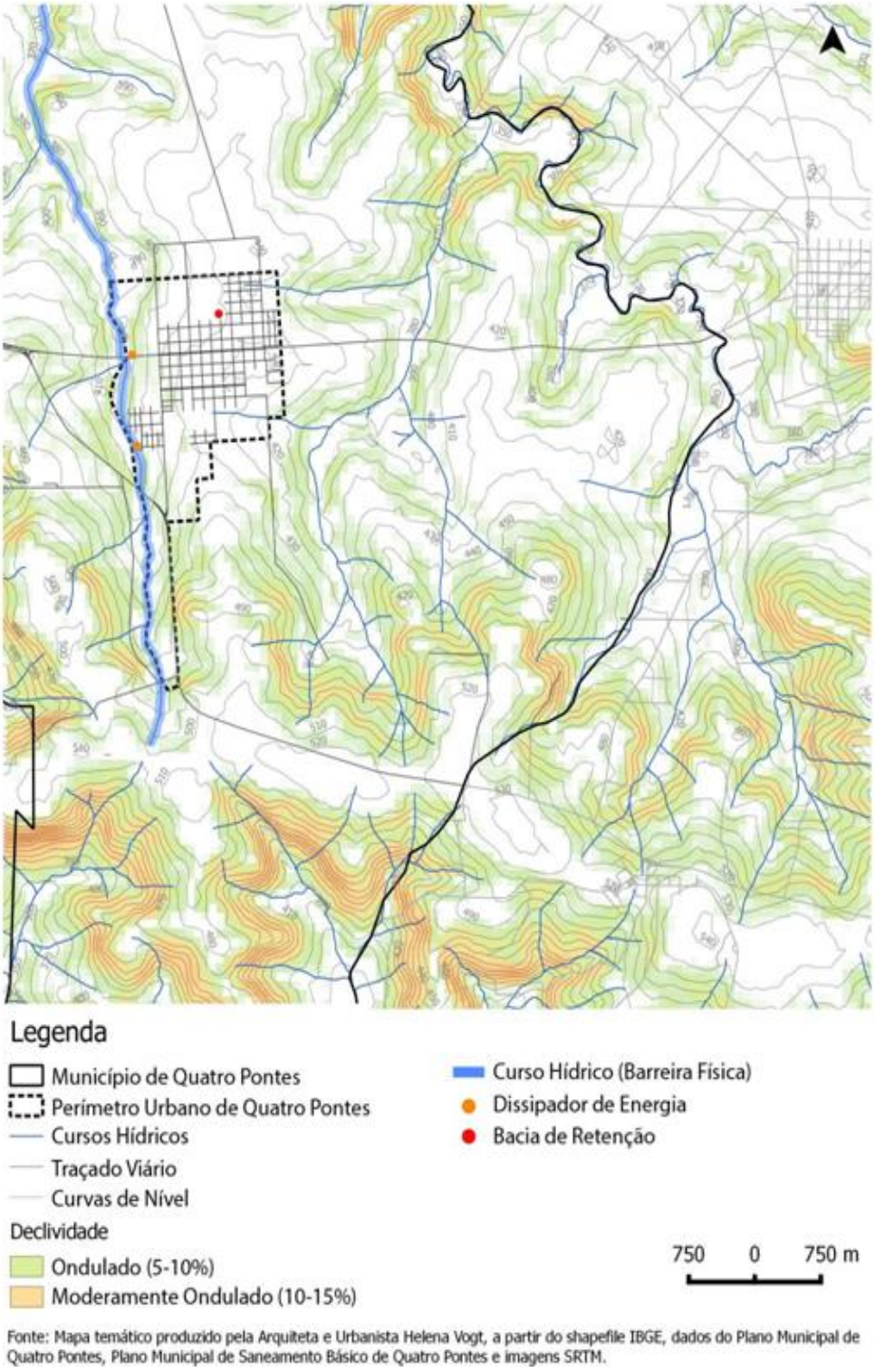
De acordo com o Plano Diretor de 2008 de Quatro Pontes, há necessidade de ampliar a oferta de recreação, esporte e lazer, através da implantação de parques públicos, incorporando as áreas sujeitas e alagamentos (solo hidromórficos e fundo de vale) com vistas à preservação ambiental. De similar importância são as áreas de preservação permanente ao longo de todos os córregos do município, uma vez que suas funções primordiais são garantir áreas para retenção das águas da chuva e proporcionar certa segurança quando do extravasamento das vazões de escoamento pela calha dos respectivos canais.

Assim, a tendência quanto à crescente urbanização e suas respectivas alterações nas características das bacias torna-se causa direta do aumento do pico de vazões de escoamento superficial, principalmente no que tange ao acréscimo das áreas de superfície impermeabilizadas. Nestes termos, Azevedo Neto (1998) explica:

> *"A água da chuva requer espaço para o escoamento e acumulação. O espaço natural é a várzea do rio e quando esse espaço é ocupado desordenadamente, sem critério que leve em consideração sua destinação natural, ocorrem inundações. É preciso ter em mente que para conter e diminuir os custos, quer dos prejuízos, quer das obras que visem disciplinar enchentes, são necessários espaços para infiltração, para retenção, para acumulação e para escoamento".*

Neste caminho, a microdrenagem pluvial urbana é solução técnica que, quando bem projetada, executada e gerenciada, evita problemas de alagamentos urbanos. Para o setor de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, a correlação com o planejamento habitacional da cidade é indispensável, tendo em vista que o crescimento urbano mal planejado é um dos principais fatores que determina o surgimento dos problemas de drenagem pluvial retenção (PMSB, 2016). De tal modo, a Figura xx registra a localização de dissipadores de energia e da bacia de retenção das águas com a finalidade de reter as vazões de escoamento superficial por um tempo mais prolongado até o seu deságue nos corpos hídricos.

Figura 14 - Dispositivos de drenagem existente no município de Quatro Pontes



Fonte: Diagnóstico Ambiental elaborado para a revisão do Plano Diretor - Latus Consultoria

Tendo em vista que os corpos hídricos sofrem constante influência das interferências e implicações que ocorrem em seu montante, sugere-se que a expansão urbana de Quatro Pontes não seja direcionada ao sul e a oeste, e que estabeleça adequados limites a leste.

Ao sul, especificamente, concentram-se muito veios d'água e declividades mais acentuadas do solo. Tal situação coloca o solo em condições de maior fragilidade, assim como possibilita o extravasamento das vazões da calha, conduzindo à situações de inundações aos seus arredores.

Ao leste aloca-se o principal corpo hídrico do município com montante perpassando outros territórios estando sujeito à maiores interferências de outros municípios. Há que se observar algum cuidado ao estabelecer limites adequados para a expansão futura. Toda a impermeabilização ocorrida na bacia de contribuição à montante, ocasionará acréscimo de vazões de escoamento superficial desembocando neste corpo hídrico, tensionando-o ao extravasamento.

A oeste o Arroio Quatro Pontes delimita atualmente a área urbana constituindo-se enquanto barreira física para expansão. Portanto, a porção norte e nordeste ainda é a melhor opção em termos de correlações com o manejo e a gestão das águas pluviais.

a.3. Resíduos Sólidos

O aprofundamento acerca da gestão dos resíduos sólidos em todas as suas tipologias, remete estritamente ao respectivo Plano Municipal de Saneamento Básico e ao Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos. Entretanto, ao que cabe enquanto estudos e apontamentos tangenciados ao Plano de Diretor são: delimitações de áreas para processamento de resíduos, distanciamentos necessários, conflitos de usos e zonas, índices urbanísticos específicos.

Nos termos do PMSB (2016), o município de Quatro Pontes possui uma associação de catadores de materiais recicláveis de modo que a central de triagem é cedida e mantida pela prefeitura municipal. Ademais, não há registros de áreas de antigos lixões neste município. De forma similar, todos os rejeitos coletados através da coleta municipal são destinados para aterro sanitário localizado fora dos limites territoriais de Quatro Pontes.

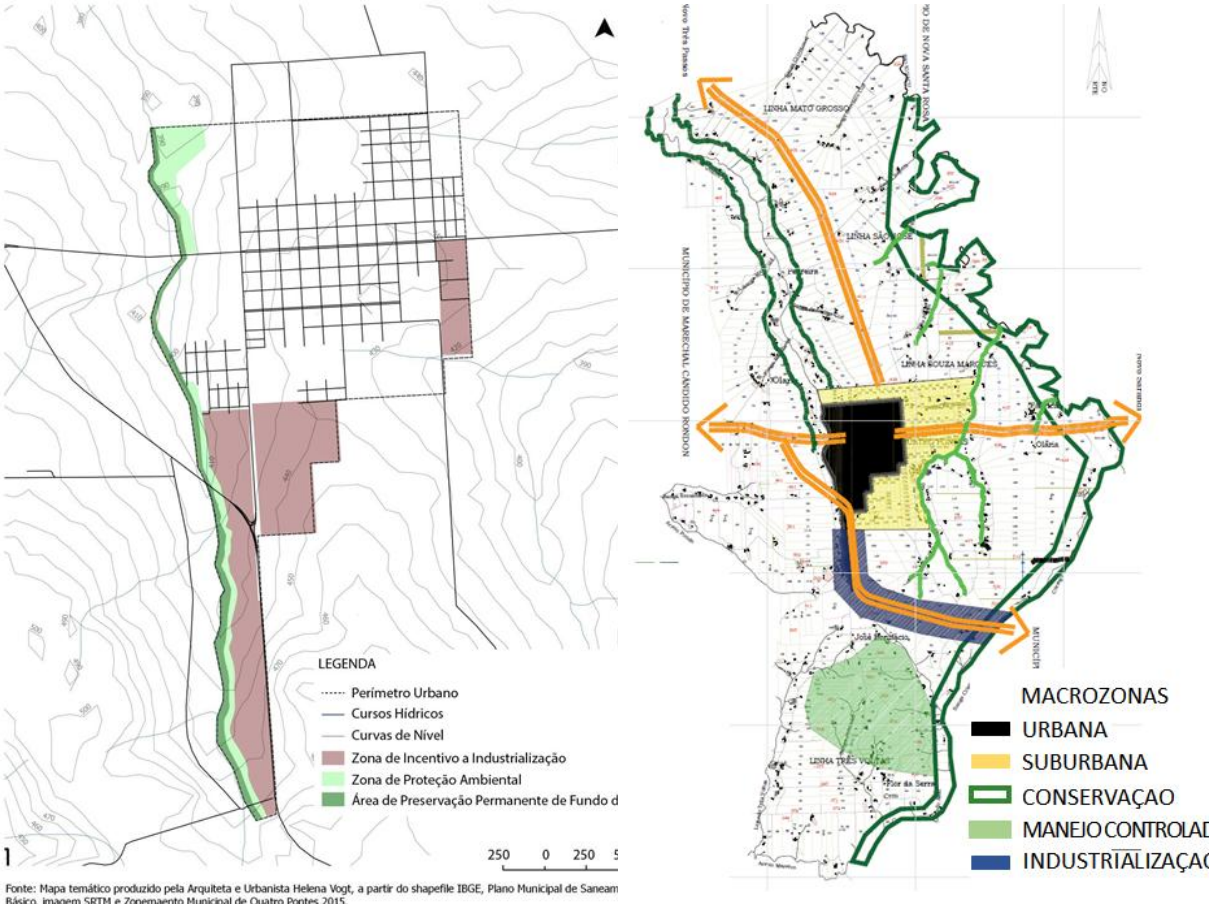
É relevante que a administração municipal discuta se a área atualmente destinada à triagem dos materiais recicláveis tem caráter permanente ou provisório, delimitando nos zoneamentos um local para processamento de resíduos cuja localização observe o distanciamento de concentrações residenciais bem como dos recursos hídricos. Neste sentido há que se debater a localização do projeto de reforma em estudo, posto que se localiza, embora em área de destinação industrial, bastante próximo de áreas habitacionais. É importante também, incluir nos debates a necessidade e viabilidade de definição de área prevista para o futuro sistema de compostagem, conforme disposto no Plano Diretor de 2008 em seu item "h" e inciso VII do Artigo 104.

b. Ocupação do território e preservação ambiental

b.1 Preservação Ambiental e Zoneamento Municipal

A Lei Municipal nº 006/2008 que dispõe sobre o zoneamento de uso e ocupação do solo de Quatro Pontes, define em seu Art. 24 as suas zonas de ocupação. Posteriormente, em 2015, novo perímetro urbano passa a ser espacializado conforme mapa que consta da figura seguinte que apresenta também o macrozoneamento municipal e a partir dos quais se destacam potenciais conflitos.

Figura 15 - Preservação Ambiental, Zoneamento Urbano e Macrozoneamento Municipal



Fonte: PMQP – Elaboração Diagnóstico Ambiental Latus Consultoria

Primeiramente, cabe mencionar que o zoneamento efetivo restringe-se à área urbana do município; não existem quaisquer regramentos ou recomendações para a área de expansão proposta (zona suburbana). Em relação aos limites demarcados verifica-se que o macrozoneamento não foi alterado segundo o novo perímetro. Mas cabe especialmente referirmos ao limite conferido a zona de expansão delimitada por curso hídrico como não recomendável.

Cabe ainda registrar que a alteração realizada passa a incluir áreas ao sul para Uso Industrial alocadas em porções mais sensíveis ambientalmente, cuja incidência de nascentes e corpos hídricos superficiais se destacam merecendo cuidados na liberação dos empreendimentos. Igualmente

ocorre com a Macrozona de incentivo à industrialização que pode requerer maiores cuidados no licenciamento ambiental. Por fim importante destacar a adequada identificação das Macrozonas de Manejo Controlado e de Conservação.

b.2 Áreas de Preservação Permanente

A Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012 e suas alterações posteriores dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, estabelecendo normas gerais para a proteção da vegetação, Áreas de Preservação Permanente (APP) e Áreas de Reserva Legal. A Área de Preservação Permanente é considerada:

> *área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (INCISO II DO ARTIGO 3º DA LEI FEDERAL Nº 12.651/2012).*

Estas são categorizadas conforme a tipologia geomorfológica da área. Nestes termos, as configurações que são passíveis da existência de Áreas de Preservação Permanente são corpos hídricos, lagos e lagoas naturais, reservatórios artificiais de corpos hídricos naturais, nascentes, encostas, restingas, manguezais, tabuleiros e chapadas, topos de morros e áreas de altitudes superiores a 1.800 metros. Neste ítem realizar-se-á a descrição e espacialização das distintas APP's que se apresentam em Quatro Pontes (PR).

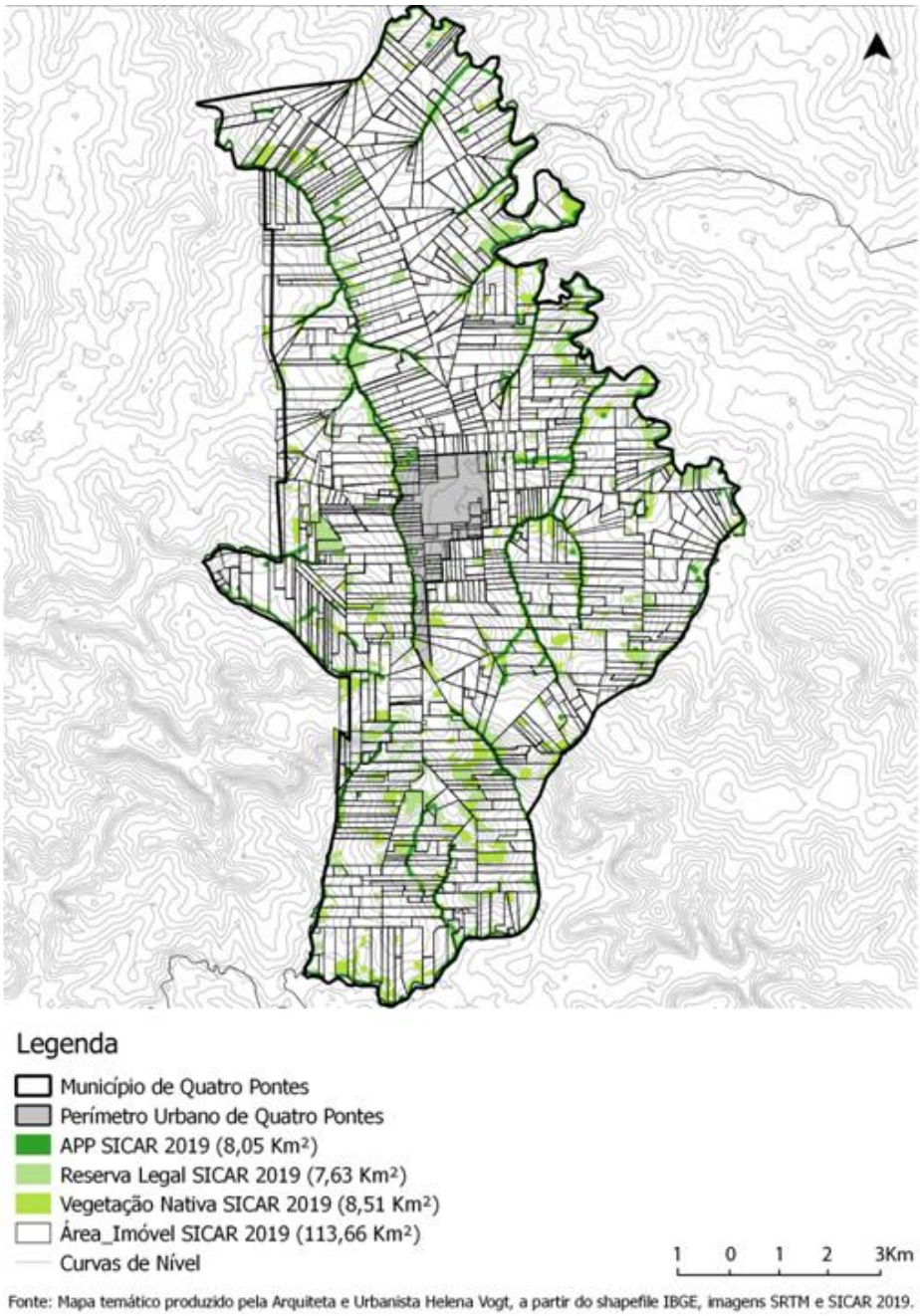
i. APP, Vegetação Nativa e Reserva Legal (SICAR)

No que tange às formações vegetais das zonas rurais, o Cadastro Ambiental Rural – CAR tem a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais referentes às Áreas de Preservação Permanente - APP, de uso restrito, de Reserva Legal, de remanescentes de florestas e demais formas de vegetação nativa, e das áreas consolidadas, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.

Criado pela Lei nº 12.651/2012, no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente - SINIMA, e regulamentado pela Instrução Normativa MMA nº 2, de 5 de maio de 2014, trata-se de um registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais. Deste modo, a inscrição no CAR é o primeiro passo para obtenção da regularidade ambiental do imóvel rural.

Dados do Sistema de Cadastro Ambiental Rural do Paraná, de setembro de 2017, indicam que 95,77% das áreas rurais de Quatro Pontes encontram-se devidamente cadastradas junto ao CAR, cuja área totaliza 10.954,98 hectares, conforme Figura 09. Destaca-se que muitas das propriedades cadastradas já não se caracterizam mais como rurais devido à expansão urbana que foram submetidas.

Figura 16 - Mapa dos imóveis com Cadastro Ambiental Rural (CAR) de Quatro Pontes



Fonte: Relatório Ambiental – Latus Consultoria

Visualmente a imagem supra revela a falta de preenchimento verde. As informações georreferenciadas sobre vegetação são escassas, de modo que existem mais áreas além das

apresentadas. Todavia, ainda assim as áreas florestadas são diminutas, conforme pode ser observado também na imagem de satélite apresentada pela Figura seguinte. Aliado a este fato, tratam-se de áreas fragmentadas que prejudicam a preservação da fauna.

Figura 17 - Imagem de satélite do Município de Quatro Pontes

Fonte: Relatório Ambiental – Latus Consultoria

A imagem demonstra propriedades rurais com um completo desmatamento de uma forma geral. A porção que ainda possui alguma salvaguarda florestal é o sul, corroborando com as argumentações de evitar a expansão urbana para esta porção. Destaca-se entretanto, que nos últimos anos o município vem implantando, através de programa junto a Itaipu, a recuperação das vegetação nas margens de várzea, o que já alterou a situação registrada.

ii. APP Cursos d'água naturais e nascentes

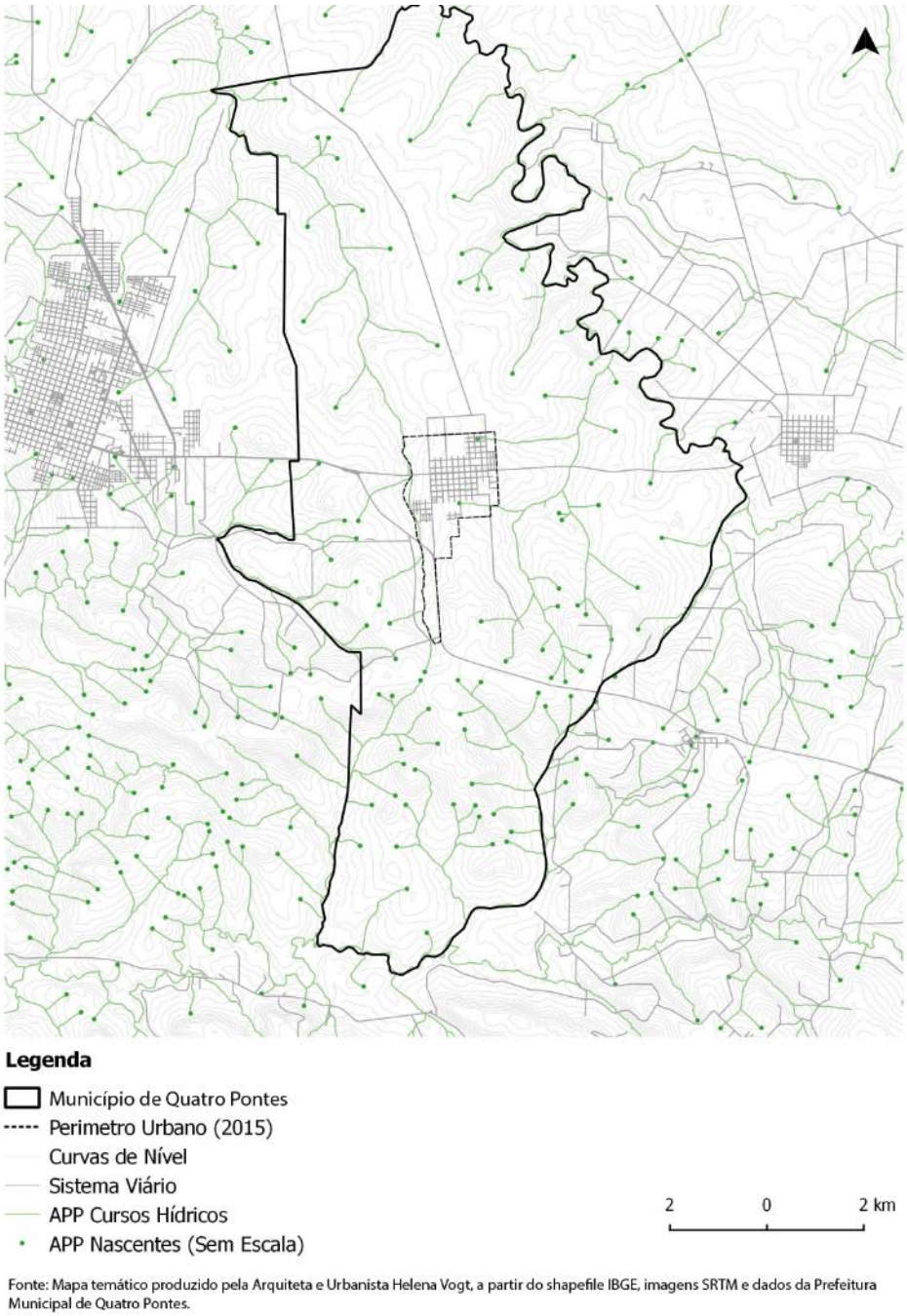
As Áreas de Preservação Permanente a partir da existência de cursos d'água e nascentes tem sua categorização, respectivamente, especificada nos incisos I e IV do Artigo 4º do Novo Código Florestal, abarcando tanto zonas urbanas como rurais:

> *Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei:*
>
> *I - as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de:* (Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012).
>
> *a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;*
>
> *b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;*
>
> *c) 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;*
>
> *d) 200 (duzentos) metros, para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;*
>
> *e) 500 (quinhentos) metros, para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros.*
>
> *IV - as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros.*

Nos termos supra, de acordo com a largura dos corpos hídricos, a lei federal dispõe a largura da faixa marginal necessária para compor a Área de Preservação Permanente em cada um dos lados do respectivo rio/arroio.

O município de Quatro Pontes (PR), conforme Figura 18, possui corpos hídricos mais estreitos, conferindo a largura mínima de preservação permanente discricionada em 30 metros para cada lado de sua calha.

Figura 18 - Mapa das áreas de preservação permanente dos cursos hídricos



Fonte: Relatorio Ambiental – Latus Consultoria

iii. APP Banhados, lagos e lagoas

Os lagos e lagoas naturais também se qualificam enquanto Áreas de Preservação Permanente, nas condições especificadas no inciso II do Artigo 4º do Novo Código Florestal:

> *II - as áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, em faixa com largura mínima de:*

a) 100 (cem) metros, em zonas rurais, exceto para o corpo d'água com até 20 (vinte) hectares de superfície, cuja faixa marginal será de 50 (cinquenta) metros;

b) 30 (trinta) metros, em zonas urbanas.

Cabe dar destaque ao fato de que a Lei Federal nº 12.651/2012 (Redação dada pela Lei nº 12.727, de 2012), no parágrafo 1º do artigo 4º, dispõe que "não será exigida Área de Preservação Permanente no entorno de reservatórios artificiais de água que não decorram de barramento ou represamento de cursos d'água naturais". Nos termos mencionados, não foram localizadas APP's para tais características nos bancos de dados pesquisados.

iv. APP por Altitude, declividade ou inclinação

O Artigo 4º do Novo Código Florestal traz algumas disposições normativas para qualificação de Áreas de Preservação Permanente a partir da altitude, declividade ou inclinação de alguns relevos, nas condições especificadas na sequência:

V - as encostas ou partes destas com declividade superior a 45°, equivalente a 100% (cem por cento) na linha de maior declive;

VIII - as bordas dos tabuleiros ou chapadas, até a linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais;

IX - no topo de morros, montes, montanhas e serras, com altura mínima de 100 (cem) metros e inclinação média maior que 25°, as áreas delimitadas a partir da curva de nível correspondente a 2/3 (dois terços) da altura mínima da elevação sempre em relação à base, sendo esta definida pelo plano horizontal determinado por planície ou espelho d'água adjacente ou, nos relevos ondulados, pela cota do ponto de sela mais próximo da elevação;

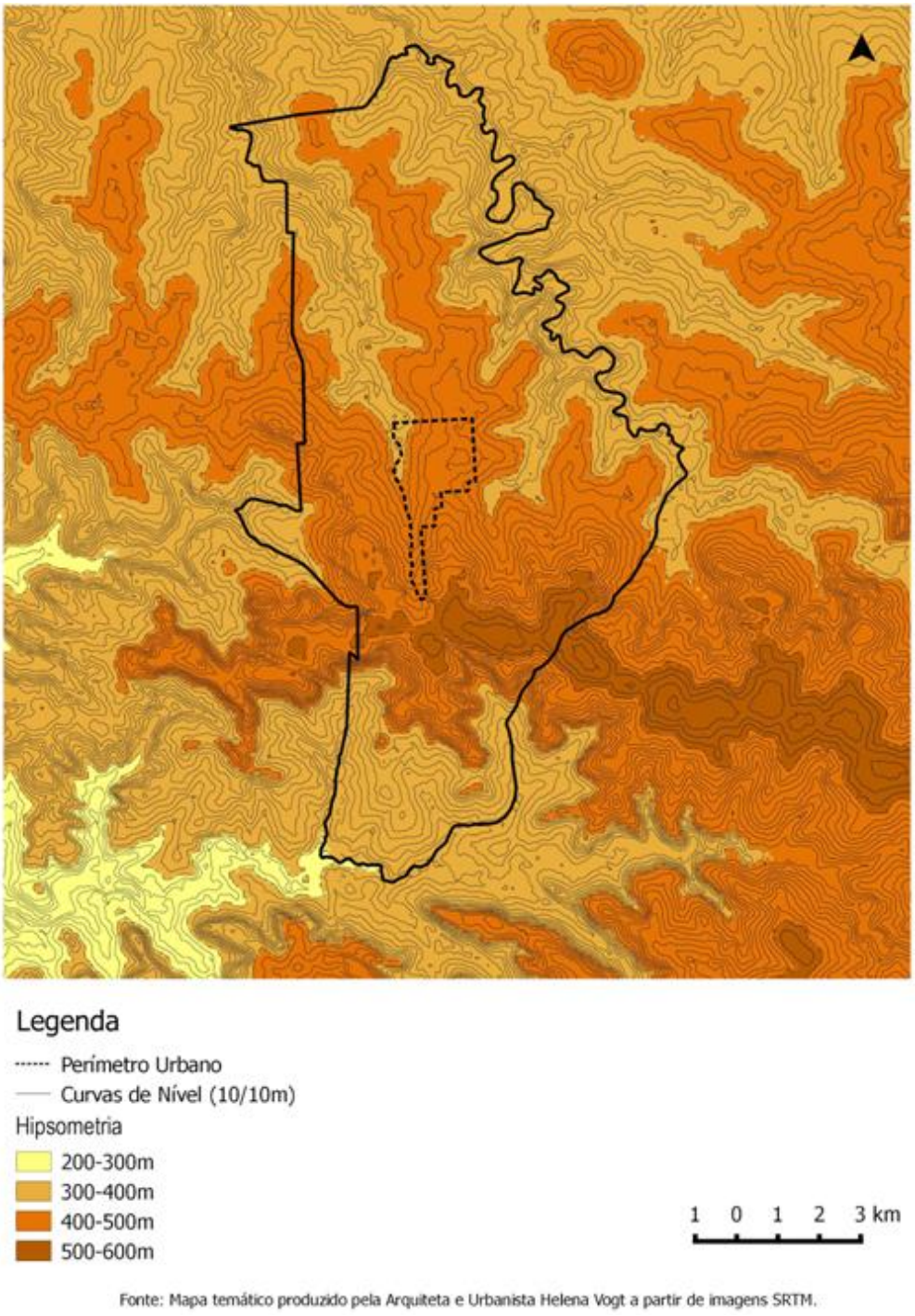
X - as áreas em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação.

Nos termos supra, a Figura 19 demonstra que o município de Quatro Pontes (PR) não possui Áreas de Preservação Permanente por existência de altitudes superiores a 1.800 metros.

O município possui relevo plano e pouco acidentado, ocupando cotas altimétricas máximas de 544 metros. Também, no que tange às possíveis áreas qualificadas como Áreas de Preservação

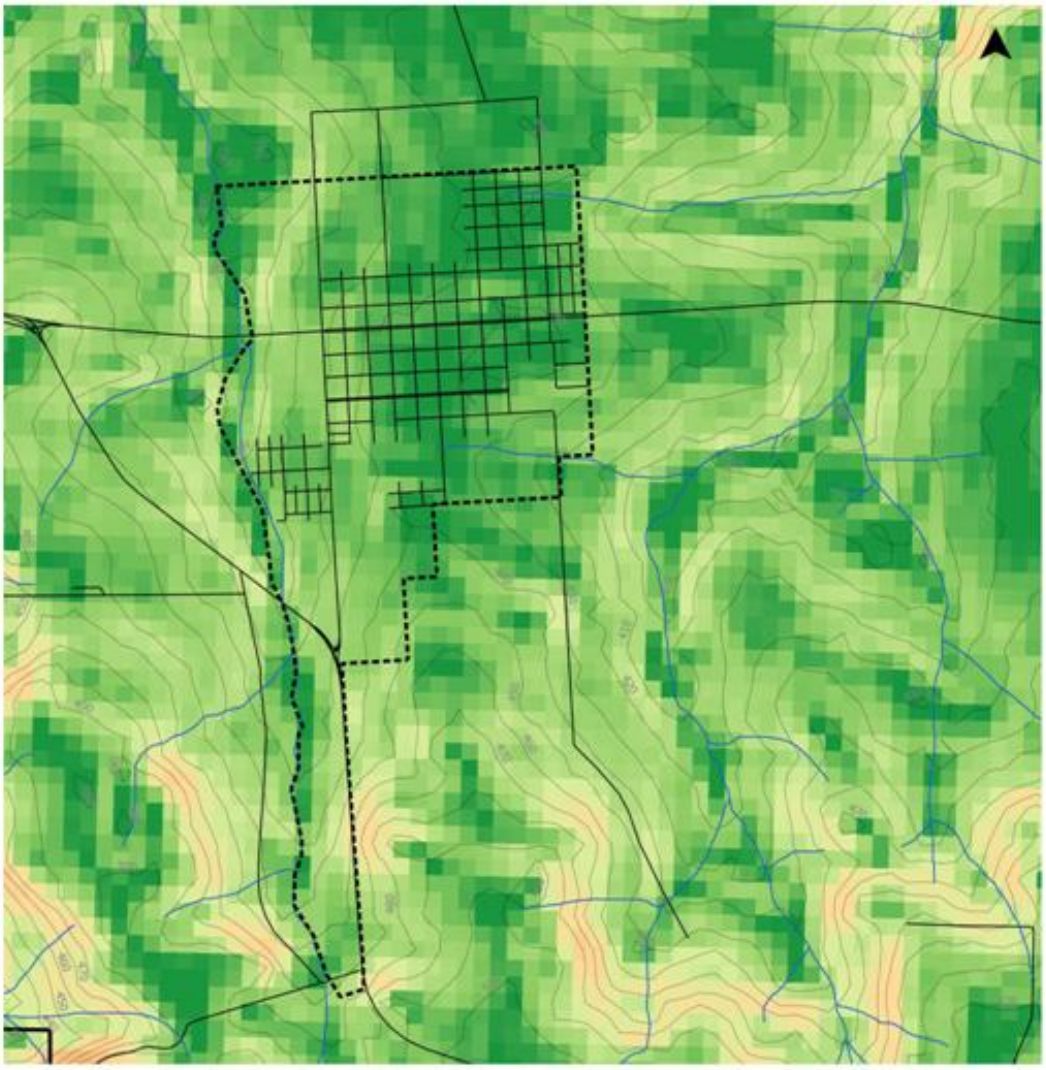
Permanente com inclinação maior que 25° (conforme IX do Artigo 4º do Novo Código Florestal), o município não apresenta atributos para esse, conforme Figura 20.

Figura 19 - Mapa hipsométrico do município de Quatro Pontes



Fonte: Relatório Ambiental – Latus Consultoria

Figura 20 - Mapa das declividades do Município de Quatro Pontes



Legenda

- Perímetro Urbano de Quatro Pontes
- Cursos Hídricos
- Traçado Viário
- Curvas de Nível

Declividade

- Plano (0-2%)
- Suave Ondulado (2-5%)
- Ondulado (5-10%)
- Moderamente Ondulado (10-15%)

250 0 250 500m

Fonte: Mapa temático produzido pela Arquiteta e Urbanista Helena Vogt, a partir do shapefile IBGE, Plano Municipal de Saneamento Básico de Quatro Pontes e imagens SRTM.

Fonte: Relatório Ambiental – Latus Consultoria

b.3 Condições ambientais para o uso e ocupação do território – análise de síntese

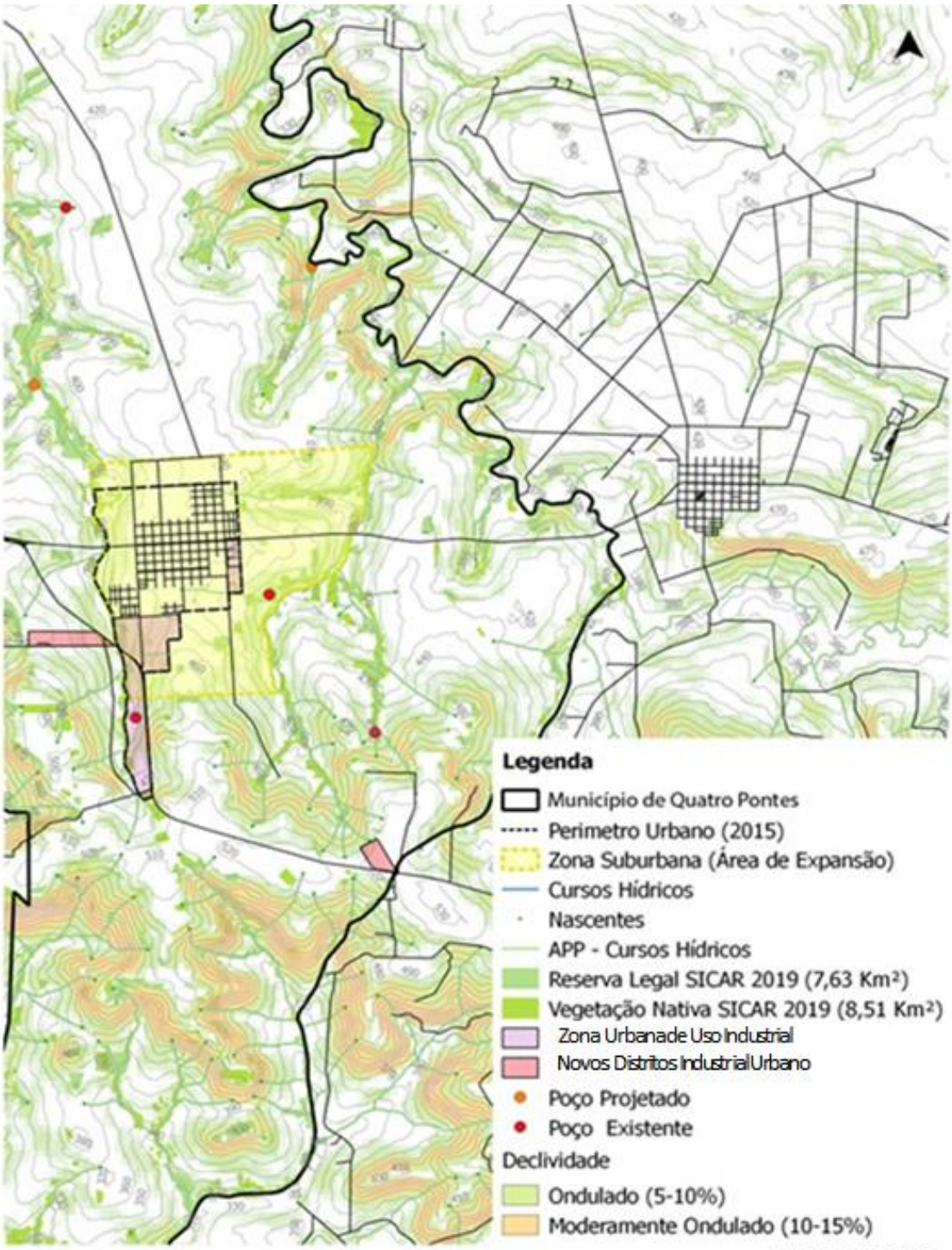
Para uma melhor visualização das principais informações ambientais de Quatro Pontes, disponibiliza-se a Figura 21. Com base na espacialização de informações apresentada nos itens anteriores, ficou evidente que não há declividade do solo tal que impeça o seu parcelamento. Entretanto, observa-se que ao sul e leste da área urbana conformam-se os declives mais acentuados, por onde se direciona a expansão industrial planejada. Sugere-se, a avaliação desta expansão, recomendando-se a preservação da paisagem geomorfologicamente configurada ao sul enquanto fator de valorização.

Percebe-se, ainda, que ao sul apresentam-se resquícios de vegetação nativa, as quais estão ausentes nas imediações norte da área urbana, corroborando nas argumentações de melhor eixo de expansão urbana. Por suas configurações, o sul tende a apresentar maiores problemas ambientais em termos de erosões e alagamentos, além de apresentar diversas nascentes cujas imediações remetem à preservação

De forma similar, a urbanização à oeste não é a mais recomendada uma vez que ao urbanizar para o outro lado do arroio, este se configurará enquanto uma barreira física na cidade, incitando a segregação.

Já ao leste da área urbanizada, onde já se prevê uma área de expansão (zona suburbana), verifica-se como limite a presença de um curso hídrico. Portanto, para um futuro parcelamento do solo ou expansão do perímetro urbano, indicamos o norte e parte do leste (mas que esse não seja delimitado pelo curso hídrico) já que os problemas ambientais e urbanísticos tendem a ser minimizados se comparados às demais direções.

Figura 21 - Mapa Síntese da Análise Territorial



Fonte: Mapa temático produzido pela Arquiteta e Urbanista Helena Vogt, a partir do shapefile IBGE 2010, Plano de Saneamento Básico, imagens SRTM, dados do Plano Muncipal de Quatro Pontes e SICAR 2019

Fonte: Relatório Ambiental – Latus Consultoria

O diagnóstico ambiental permite algumas reflexões que deverão ser levadas ao debate na etapa seguinte dos trabalhos onde serão pactuadas as proposições:

- Necessidade de preservação da vegetação existente, bem como da recuperação e/ou reflorestamento das áreas degradadas especialmente nas várzeas e APPs hídricas. Sugere-se o incentivo ao plantio de arborização frutífera como propulsora, inclusive, de um novo nicho econômico;
- Concretizar ações na implantação e melhoria do sistema de esgotamento sanitário, cujo descuido pode desencadear na proliferação de doenças de veiculação hídrica através da distribuição de água por captação subterrânea;
- Reanalisar o direcionamento da expansão urbana quanto ao seu limite por corpo hídrico; avaliar as Zona Industriais estabelecidas pelo atual Zoneamento Urbano dando destaque ao fato que estão muito próximos dos dois poços de abastecimento de água e nascentes de cursos hídricos do município, possibilitando percolação de contaminantes industriais às águas de abastecimento, no caso de vazamentos ou acidentes;
- Especificamente com relação aos Novos Distritos Urbanos, destaca-se que o localizado mais ao sul se apresenta próximo à APP de nascente, sendo veículo de transporte de contaminantes para toda a extensão do corpo hídrico à jusante. Quanto ao Novo Distrito Urbano localizado na porção oeste, a sua proximidade com a área residencial deve prever exatamente o tipo de indústria que permitirá instalação, considerando a menor perturbação da população com relação à emissão de odores, ruídos e vibrações.
- Evitar a verticalização ou qualquer forma de expansão e adensamento urbano enquanto as condições estruturais de abastecimento de água e esgotamento sanitário não forem avaliados suficientes para suprir ao menos a demanda atual;

2.2 ANÁLISE DAS CAPACIDADES INSTITUCIONAL E DA LEGISLAÇÃO URBANISTICA

Atendendo ao termo de referência cabe, neste eixo de análise, avaliar a atual situação da administração municipal considerada as estruturas administrativas e de gestão participativa mais diretamente relacionada com a implementação do PDM; sua capacidade de arrecadação e de investimentos para a priorização dos objetivos elencados pelo PDM; e a legislação urbanística relacionada considerando sua adequação a legislação federal e estadual, e mais particularmente na sua adequação a atual dinâmica do uso e ocupação do solo e seus impactos.

2.2.1 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E DE GESTAO DE QUATRO PONTES

A atual estrutura administrativa de Quatro Pontes é regulamentada pela lei 1572 de 2015, alterada pela lei 1945/2017 e decreto 172/2017 e 042/2018 que dispõe sobre alterações no desdobramento operacional da estrutura instituída e suas atribuições. Segundo a lei 1572/2015 e

alterações subsequentes a Estrutura Administrativa do município de Quatro Pontes é estabelecida na seguinte composição:

(i) São Órgãos de Aconselhamento da Administração os Conselhos Municipais instituídos por lei especifica;

(ii) São órgãos de Assessoramento Direto: a Secretaria de Gabinete e Planejamento;

(iii) São Órgãos de Consultoria e Controle: a Procuradoria Geral; e a Controladoria Geral;

(iv) São Órgãos da Administração Geral: a Secretaria da Administração; e a Secretaria de Finanças;

(v) e por fim, são Órgãos da Administração Especifica, as seguintes Secretarias:

- Secretaria de Educação, Cultura e Esportes,
- Secretaria da Saúde,
- Secretaria de Obras, Urbanismo e Transporte,
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico,
- Secretaria de Desenvolvimento Social

A figura seguinte representa, segundo as alterações inseridas na lei original, a atual estrutura administrativa municipal.

Figura 22 - Organograma da atual estrutura instituída pela lei

Elaboração: Latus Consultoria

Os Órgãos de Aconselhamento – os Conselhos Municipais, tem por finalidade "auxiliar o Prefeito nos atos decisórios" (artigo 2º da lei 1572/2015). Segundo a lei vigente os Conselhos legalmente instituídos nesta atribuição, constam do artigo 4º, nos termos que segue:

"A estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal conta com os seguintes Conselhos, vinculados ao Prefeito Municipal, por coordenação:

Conselho de Alimentação Escolar, criado pela Lei Municipal nº 139 de 18 de outubro de 1995;

Conselho Municipal de Saúde, criado pela Lei Municipal nº 028 de 05 de julho de 1993;

Conselho Municipal do Idoso, criado pela Lei Municipal nº 612 de 20 de junho de 2006;

Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, criado pela Lei Municipal nº 653 de 20 de março de 2007;

Conselho Municipal de Esporte e Lazer, criado pela Lei Municipal nº 1346 de 15 de julho de 2013;

Conselho Municipal de Educação, criado pela Lei Municipal nº 878 de 02 de dezembro de 2008;

Conselho Municipal da Mulher, criado pela Lei Municipal nº 046 de 18 de outubro de 1993;

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado pela Lei Municipal nº 183 de 13 de dezembro de 1996;

Conselho Municipal de Assistência Social, criado pela Lei Municipal nº 135 de 18 de outubro de 1995;

Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado pela Lei Municipal nº 183 de 13 de dezembro de 1996".

A relação fica em aberto, posto que a lei estabelece alterações e instituição de novos Conselhos por lei especifica. Entretanto, há que se destacar que o Conselho de Desenvolvimento Municipal, instituído pela própria lei do Plano Diretor em 2008, embora não integre esta relação, é um dos principais órgãos de aconselhamento da administração, especialmente no que se refere às matérias do desenvolvimento municipal, gestão do solo e implementação do Plano Diretor. Há que se rever a norma neste sentido.

O Conselho de Desenvolvimento Municipal é definido pela lei do Plano Diretor como "órgão colegiado, de caráter permanente, deliberador e fiscalizador da implementação do Plano Diretor".

A lei do Pano Diretor institui o Conselho de Desenvolvimento Municipal com a seguinte formação:

I. Um Representante do Departamento de Administração;

II. Um Representante do Departamento de Finanças;

III. Um Representante do Departamento de Viação, Obras e Serviços Públicos;

IV. Um Representante de Órgão Setorial Estadual

V. Um Representante de Órgão Setorial Federal;

VI. Três Representantes de Associações de Bairros;

VII. Três Representantes de Associações das Linhas Rurais

VIII. Dois Representantes de Associações Profissionais;

IX. Um Representante de Entidades de Assistência Social;

X. Um Representante de ONG de esfera Ambiental local;

XI. Um Representante das Comunidades Religiosas.

Estabelece ainda uma suplência para cada área de representatividade. O decreto 85/2010 regulamenta o funcionamento interno do Conselho de Desenvolvimento Municipal. Mas a lei do Plano Diretor determina que ocorra minimamente, no intervalo de 180 dias, uma reunião ordinária. As reuniões extraordinárias são convocadas pelo Prefeito Municipal, sendo este o principal modo de funcionamento do atual Conselho. Não se avaliou ainda junto aos gestores as competências atribuídas por lei e as efetivamente desenvolvidas.

Cabe destacar que o município não tem instituído outros Conselhos de Políticas Setoriais mais diretamente relacionados com o território como Saneamento Básico, Meio Ambiente, Habitação...

Dentro da estrutura institucional, considerados os seus órgãos internos, os órgãos mais diretamente relacionados à implementação do Plano Diretor e da legislação urbanística e de gestão do solo são a Secretaria de Gabinete e Planejamento a quem está subordinado o Departamento de Planejamento e Engenharia.

Neste aspecto, destacam-se as atribuições acrescidas pela lei 1945/2017 no artigo 5º da lei 1572/2015 definindo as novas competências da Secretaria de Gabinete e Planejamento por ela criada, relacionadas aos temas do planejamento e Plano Diretor. Importante destacar que também compete a esta Secretaria a elaboração e monitoramento do Plano de Investimentos e do planejamento orçamentário o que permite estreita vinculação com a implementação do PDM.

São as seguintes as novas atribuições conferidas a Secretaria do Gabinete e Planejamento relacionadas ao planejamento e gestão do solo:

XXII - promover a elaboração e o acompanhamento de diagnósticos, projetos e estudos voltados para o planejamento do Município; (Redação acrescida pela Lei nº 1945/2017)

XXIII - requisitar aos demais órgãos municipais dados e informações necessárias ao planejamento, organizando-os e mantendo-os devidamente atualizados; (Redação acrescida pela Lei nº 1945/2017)

XXIV - promover o cadastramento das fontes de recursos para o desenvolvimento do Município e a preparação de projetos para a captação de recursos; (Redação acrescida pela Lei nº 1945/2017)

XXV - promover a realização de pesquisas, levantamento e a atualização de dados estatísticos e informações básicas de interesse para o planejamento do Município; (Redação acrescida pela Lei nº 1945/2017)

XXVI - verificar a viabilidade técnica dos projetos a serem executados, suas conveniências, utilidade para o interesse público e aprovação dos mesmos; (Redação acrescida pela Lei nº 1945/2017)

XXVII. acompanhar a execução do Plano Diretor do Município; (Redação acrescida pela Lei nº 1945/2017)

XXVIII - acompanhar a execução físico-financeira dos planos e programas, assim como avaliar seus resultados; (Redação acrescida pela Lei nº 1945/2017)

XXIX - elaborar, em coordenação com os demais órgãos, as diretrizes orçamentárias, a proposta orçamentária anual e o Plano Plurianual, de acordo com as políticas estabelecidas pela legislação vigente; (Redação acrescida pela Lei nº 1945/2017)

XXX - executar outras atividades correlatas que forem determinadas pelo Prefeito. (Redação acrescida pela Lei nº 1945/2017)

A implementação e monitoramento do PDM e da legislação urbanística tem forte interface com outras secretarias, apesar de não muito bem definidas na legislação ou quanto a própria inserção na estrutura administrativa. Destacam-se: (i) a Secretaria de Obras, Urbanismo e Transporte, principalmente nas atribuições de planejamento que a lei estabelece para o Departamento de Urbanismo através da Divisão de Praças, Parques e Jardins, Divisão de Aguas e Divisão de Equipamentos Públicos, as quais de fato operam mais nas atividades de manutenção; (ii) a Secretaria de Finanças com as funções de fiscalização das obras e posturas e onde se fornece também os alvarás de conclusão da obra e funcionamento de atividades, que acabam por ser desenvolvidas com a finalidade de cobranças de taxas e tributos; (III) e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico que tem sob sua competência o Departamento de Ação Ambiental responsável por fiscalizar instalações industriais e manter/estabelecer formas de controle e de

preservação do território do município assim como programas de recuperação do ambiente degradado. Estas interfaces deverão ser avaliadas e, se necessário, melhor desenhadas na estrutura e nos instrumentos legais. Alguns técnicos já apontaram indefinição das competências e sobreposição de funções.

2.2.2 CAPACIDADE DE ARRECADAÇÃO E INVESTIMENTOS DO MUNICÍPIO.

Quanto às receitas municipais, podemos observar o último ano consolidado, 2017, como uma fotografia do momento. O município de Quatro Pontes teve o montante de R$ 22.582.000,00 de Receita Corrente. Destes, 6,1% (R$ 1.377.000,00) foram provenientes de receitas tributárias, 87,03% (R$ 19.653.000,00) de receitas de transferências intergovernamentais e 6,87% de outras receitas correntes. Das receitas provenientes de outros entes do governo, temos que 44% (do montante geral), ou seja, R$ 10.149.000,00 são receitas da união, 36% (R$ 8.237.000,00) receitas provenientes do Estado e 5% (R$ 1.269.000,00) de transferências multigovernamentais. (STN/BR, 2017)

As receitas próprias, receitas tributárias, compõem 6% das receitas correntes. Destas temos o ISS (imposto sobre serviços) é o principal tributo, gerando 2% do montante geral de receitas (R$ 489.000,00), seguido do Imposto sobre a Renda, também 1% e do ITBI, responsável por 0,8% e do IPTU, responsável por também 0,8% (R$ 190.000,00) (STN/BR, 2017)

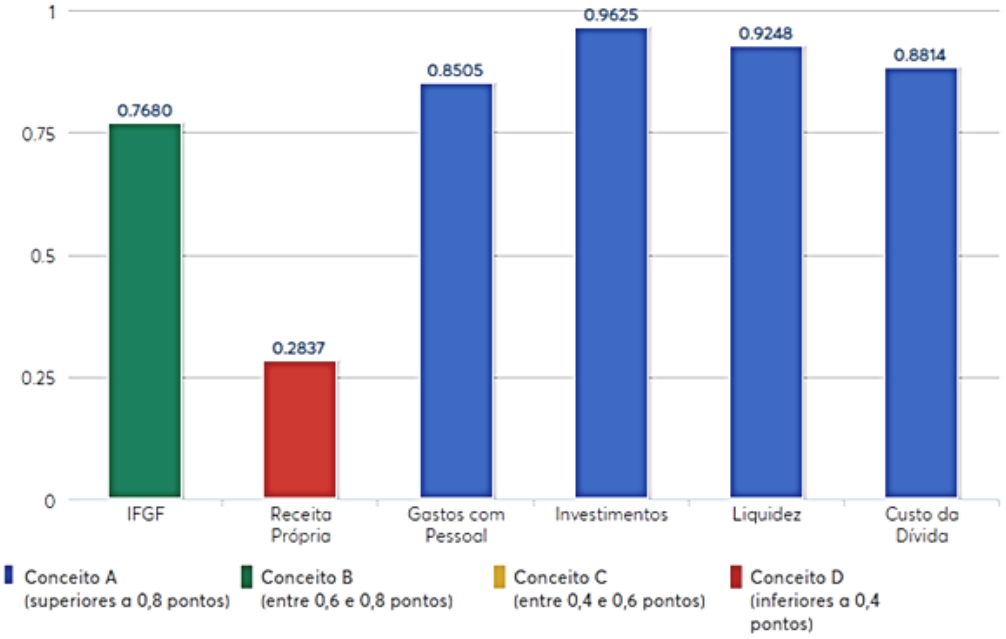
Para contribuir com uma gestão pública eficiente e democrática, o Sistema FIRJAN desenvolveu o Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF). O Índice é construído a partir dos resultados fiscais das próprias prefeituras – informações de declaração obrigatória e disponibilizadas anualmente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que revelam onde foram alocados os recursos arrecadados. Por esse motivo, ele é considerado uma ferramenta de controle social capaz de aprimorar a gestão fiscal dos municípios.

As variáveis utilizadas para a construção do IFGF vêm de cinco grandes grupos de indicadores: receita própria, gastos com pessoal, investimentos, liquidez e custo da dívida. Com base neles é atribuída, para cada município, uma pontuação que vai de zero a um e que determina seus respectivos conceitos: A (gestão de excelência), B (boa gestão), C (gestão em dificuldade) e D (gestão crítica)

Segundo o Índice calculado para 2016 (último ano com a informação disponível), o município de Quatro Pontes encontrava-se em uma situação de conceito B (entre 0,6 e 0,8 pontos) classificado como “boa gestão”. Com uma pontuação de 0,7680 o município ocupava a 3º posição do Estado e 30º do país. (FIRJAN/RJ, 2017)

Destaca-se contudo que dos indicadores componentes do índice geral, apenas um – o que refere as receitas próprias, é classificado como de gestão crítica, revelando a importância do município atualizar seu sistema de tributação posto que, conforme já colocado, corresponde a apenas 6% da receita corrente.

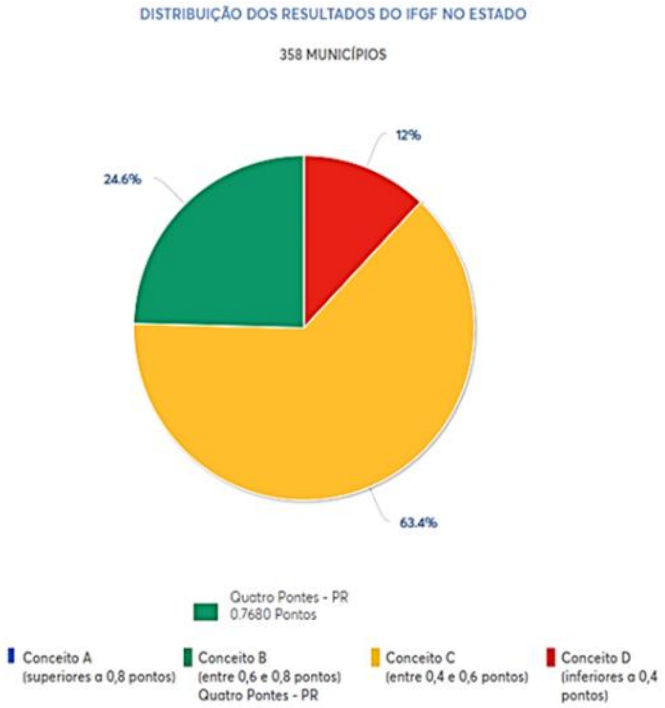
Gráfico 3 - IFGF e componentes



Fonte: FIRJAN/RJ, 2017

No Estado do Paraná 88 municípios atingem este patamar; a maior parcela é classificada como tão distribuídos em maior proporção na categoria C, sendo de menor incidência no Estado os municípios classificados como de gestão crítica. Quatro Pontes insere-se no grupo que recebe conceito B (Boa Gestão), correspondente a 24,6% dos municípios paranaenses, conforme se visualiza no gráfico seguinte

Gráfico 4 - Classificação da Gestão dos Municípios do Paraná



Fonte: FIRJAN/RJ, 2017

Segundo os dados dos anos anteriores, o município tem apresentado um comportamento de altos e baixos do IFGF desde 2006 até 2016, com o melhor ano sendo em 2016. Cabe observar que em todos os anos, com exceção de 2010, o índice teve conceito B. Quanto a receita própria, o município apresenta os piores índices desde 2006, nunca superiores a 0,2995 (alcançado em 2017). Quanto a questão de investimentos, sempre muito comprometidos devido a folha de pagamento comprometendo a possibilidade do município na pavimentação de ruas, construção de escolas, na qualidade dos serviços públicos em geral, o índice tem apresentado conceitos elevados (A) na maioria dos anos, com destaque para 2007, 2008,0 2014 e 2015 com conceito valor máximo de 1,00. O objetivo do IFGF Investimentos é medir a parcela dos investimentos nos orçamentos municipais. Por mais que haja consenso sobre a importância do investimento público municipal, o processo orçamentário é "míope" e atribui excessivo peso ao custo corrente de um projeto, independentemente de seus benefícios futuros, então os investimentos de longo prazo podem enfrentar mais dificuldades políticas para serem aprovados do que projetos de curto prazo (Gobetti 2007). Por isso, estabeleceu-se uma nota de corte para este indicador: para os municípios que investiram mais de 20% da sua RCL foi atribuída nota 1,00. Na leitura dos resultados, quanto mais próximo de 1,00, mais investimentos foram realizados pelas prefeituras. Para o ano base de 2016 o IFGF Investimentos para o município de Quatro Pontes foi de 0,9625 – conceito A. (FIRJAN/RJ, 2017)

Gráfico 5 - Evolução do IFGF geral e por seus componentes - 2006 a 2016

Fonte: FIRJAN/RJ, 2017

2.2.3 AVALIAÇÃO DA LEGISLAÇÃO URBANISTICA MUNICIPAL

Este item trata da avaliação preliminar da legislação urbana vigente hoje no município de Quatro Pontes, tendo por foco principal a Lei 004 de 22 de dezembro de 2008 que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal; e as legislações complementares a este, mais especificamente a Lei 006 de 22 de dezembro de 2008 que dispõe sobre o zoneamento e uso e ocupação do solo juntamente com legislações posteriores que a vieram alterar ou complementar; e a Lei 007 também de 22 de dezembro que dispõe sobre o parcelamento do solo e legislações posteriores que a alteraram ou complementam. Também complementam o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal, a lei do perímetro urbano e os Códigos de Obras e de Posturas que serão alterados, no que for necessário, após a revisão da legislação principal.

As análises que seguem são feitas a partir da leitura crítica da lei considerando estrutura, adequação a legislação federal, clareza e coerência dos conteúdos por elas instruídos e com base nas considerações trazidas pelos gestores nas reuniões realizadas que apontam dificuldades na implementação.

a. Da Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal (Lei 004/2008)

A lei denominada de Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal é dentre este conjunto de leis a que incorpora conceitualmente, as principais alterações introduzidas pela Lei Federal do Estatuto da Cidade. Conforme se pode verificar pela estrutura apresentada na tabela seguinte, é esta lei que estabelece os conceitos e objetivos do desenvolvimento municipal, estabelece sobre conteúdos e instrumentos para a gestão democrática do desenvolvimento urbano e inclui o conjunto dos instrumentos da política urbana a serem utilizados pelo município, elencando os instrumentos de planejamento, jurídicos, urbanísticos com ênfase no instruído pela lei federal. Faz parte também da referida lei, a definição de diretrizes orientadoras das políticas municipais, assim como o planejamento e priorização das ações a serem implementadas, o que constitui o PAI – Plano de Ação e Investimentos.

De modo geral a lei do Plano Diretor se estrutura de forma bastante simplificada de fácil compreensão. São 5 Títulos (conteúdos maiores) divididos em capítulos e seções onde a própria denominação já nos dá uma leitura do que está sendo contemplado. Cabe destacar que a lei do Plano Diretor de Quatro Pontes buscou atender aos conteúdos normativos através de outras leis complementares que, conforme registrado no artigo 4, complementam a Lei do Plano Diretor[2], mais especificamente a lei de Zoneamento e Uso e Ocupação do Solo e a Lei de Parcelamento do Solo.

[2] Lei do perímetro Urbano, Lei do parcelamento do Solo, Lei do Zoneamento, Código de Obras e Código de Posturas

Importante, portanto, neste contexto, realizar uma primeira reflexão em relação aos conteúdos apresentados pela legislação municipal e os exigidos pela lei federal. O quadro seguinte apresenta o sumario dos conteúdos contemplados pela lei do Plano Diretor.

Quadro 1 - Sumario Síntese da Lei Municipal do Plano Diretor do Desenvolvimento Municipal

Estrutura/conteudos da Lei		
TITULO	CAPITULO	SEÇAO
Titulo I- Fundamentaçao	CAP I - Disposiçoes preliminares	
	CAP II- Objetivos Gerais	
TITULO II- Da gestao Democratica da Politica urbana	CAP I - Operacionalizaçao da Gestao democratica	S.I - Conselho de Desenvolvimento Muncipal
		S.II- Processo de Revisao e Atualizaçao do PD
	CAP II- Dos mecanismos do Sistema de Planejamento	S.I- Sistema Único de Informaçoes
		S.II -Da avalaiçao do Sistema de Planejamento
		S.III- Do monitoramento
	CAP-III - Dos Instrumento de democratizaçao da	
Titutlo III- Instrumentos da Politica Urbana	CAP I- Instrumentos de planejamento, juridicos, urbanisticos, tributarios, finaceiros, adminstrativos e regiularizaçao fundiaria	S.I - Do parcelamento, edificalçao compulsoria
		S.II- IPTU Progressivo no Tempo
		S.III- Desapropriaçao Titulos da Divida Publica
		S.IV- Do Consorcio Imobiliario
		S.V- Direito de Preempçao
		S.VI- Da Outorga Onerosa
		S.VII- Operaçoes Urbanas Consorciadas
		S.VIII- Transferencia do Direito de Construir
		S.IX- Direito de Superficie
		S.X- Usucapiao especial urbano
		S.XI- Estudo de Impacto de Vixzinhança
		S.XII- Relatorios Circunstanciados
Titulo IV- Politicas Setoriais	CAP I- Diretrizes Administrativas e Institucionais	
	CAP II- Diretrizes de uso e Ocupaçao do Solo	
	CAP III- Diretrizes do Meio Ambiente	
	CAP IV- Diretrizes Desenvolvimento Economico, Social e Turistico	
	CAP V- Diretrizes p/Infraestrutura urbana e rural	
	CAP VI- Diretrizes Sistema Viario, Transito e Transporte Coletivo	
	CAP VII- Diretrizes para Habitaçao Social	
	CAPVIII - Diretrizes da Saude e Promoçao Social	
	CAP IX - Diretrizes da Educaçao e Cultura	
	CAP X- Diretrizes de lazer e esportes	
	CAP XI- Diretrizes para Segurança Publica.	
TITULO V _ Disposiçoes Finais		
ANEXOS	TAB I- Diretrizes (Areas prioritarias de Açao)	
	TAB II - PAI - Plano de Açao e Investimento	

A Lei Federal nº. 10.257/2001 – Estatuto da Cidade - apresenta em seu artigo 42 o conteúdo mínimo que os planos diretores devem incluir. São eles:

a. a delimitação das áreas urbanas onde poderá ser aplicado o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, considerando a existência de infraestrutura e de demanda para utilização;

b. disposições requeridas pelos arts[3]. 25, 28, 29, 32 e 35 da referida lei ;

c. sistema de acompanhamento e controle.

Posteriormente e complementarmente ao disposto no EC, a Resolução nº 34/2005 do Conselho Nacional das Cidades, em seu artigo 1º, prevê que o Plano Diretor deve ter, como conteúdo mínimo:

- As ações e medidas para assegurar o cumprimento das funções sociais da cidade, considerando o território rural e urbano;
- As ações e medidas para assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana, tanto privada como pública;
- Os objetivos, temas prioritários e estratégias para o desenvolvimento da cidade e para a reorganização territorial do município, considerando sua adequação aos espaços territoriais adjacentes;
- Os instrumentos da política urbana previstos pelo art. 42 do Estatuto da Cidade, vinculando-os aos objetivos e estratégias estabelecidos no Plano Diretor.

É importante ainda ressaltar que a referida Resolução delimita, em seus demais artigos, que as funções sociais da cidade e da propriedade nos planos diretores devem ser definidas a partir da "destinação de cada porção do território municipal, incluindo a indução à ocupação e à utilização dos imóveis urbanos não edificados, subutilizados e não utilizados".

É importante compreender que o foco central do conteúdo mínimo legalmente elencado tem o território como objeto de intervenção, tanto no que se refere a definição dos objetivos e estratégias para e desenvolvimento como na definição dos instrumentos necessários a sua gestão participativa e indutora da ocupação visando a promoção do desenvolvimento sustentável e o cumprimento da função social.

A partir deste apanhado inicial e geral abstrai-se a necessidade de que os planos diretores assumam, no mínimo, o planejamento do uso e da ocupação do território através de: instrumentos estratégicos e normativos e da gestão deste planejamento. Pode-se sintetizar esta competência nas seguintes partes constituintes:

- Visão estratégica do desenvolvimento territorial – objetivos, temas prioritários e estratégias;
- Instrumentos de regulação do parcelamento, uso e ocupação do território;
- Instrumentos estratégicos de gestão territorial (ou instrumentos da política urbana, nos termos do EC);

[3] Disposições requeridas para o exercício do direito de preempção, da outorga onerosa do direito de construir, da permissão para alteração do uso do solo mediante contrapartida, das operações urbanas consorciadas, e da transferência do direito de construir

- Sistema de gestão do planejamento territorial (ou sistema de acompanhamento e controle, nos termos do EC).

Sob este marco referencial, analisa-se mais especificamente os conteúdos da lei 004/2008 - o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal e as duas principais leis complementares: Zoneamento e Uso do Solo, e Parcelamento do Solo de Quatro Pontes, no atendimento destes dispositivos.

Na legislação de Quatro Pontes coube à Lei do Plano Diretor contemplar parcialmente estes conteúdos posto que definiu objetivos gerais do desenvolvimento municipal, estabeleceu um sistema para a gestão territorial e seus instrumentos, identificou e instruiu parcialmente quanto aos instrumentos do Estatuto da Cidade e outros especificados na lei, e estabeleceu um conjunto de diretrizes para as políticas municipais setoriais. Cabe, entretanto, destacar a necessidade de revisão destas diretrizes, posto que muitas são concebidas dentro de uma abordagem bastante pontual, se confundindo com ações especificas que não deveriam ser objeto de lei e sim do planejamento das ações especificas de cada secretaria. Na verdade, este conjunto de diretrizes deveriam estar baseadas em uma concepção mais estratégica do território e do desenvolvimento municipal.

No artigo 11 da atual legislação são elencados de forma bastante genérica os objetivos do desenvolvimento municipal. A falta de visão estratégica na concepção destes objetivos e nas diretrizes das políticas setoriais não alcança constituir-se como base suficiente para orientar o desenvolvimento territorial local de futuro, fragilizando o plano diretor como: "instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana" conforme o define o Estatuto da Cidade (artigo 40). Em não identificar temas prioritários para o desenvolvimento local, nem prioridades da gestão territorial o conjunto de diretrizes e ações propostas se acumulam de tal maneira que fica difícil identificar as necessidades mais imediatas e os caminhos a serem perseguidos e programados para o desenvolvimento que se propõe sustentável e realiza os princípios constitucionais.

Neste contexto, o Plano Diretor constitui-se em instrumento de menor relevância que não alcança explorar seu potencial estratégico orientador da visão de futuro do desenvolvimento territorial e das políticas setoriais, tendo maior efetividade os instrumentos normativos de regulação do uso e ocupação do solo (legislações complementares ao Plano Diretor).

Ainda que o município apresente um macrozoneamento para o território municipal este não está incluído no corpo da lei. Não tendo as conceituações, objetivos e estratégias definidas para as distintas macrozonas acaba por não consolidar tais intenções e a normatização dos instrumentos necessários a sua consecução, as quais resultam expressas apenas no mapeamento (o zoneamento urbano que também deve expressar uma concepção estratégica é matéria de lei complementar avaliada mais adiante).

Ainda no campo da concepção estratégica, o Plano Diretor de Quatro Pontes também é bastante frágil no que diz respeito ao tema dos instrumentos da gestão territorial, ou dos instrumentos da política urbana, nos termos do Estatuto da Cidade. É notória a dificuldade que a maioria dos municípios brasileiros tem tido na adoção dos instrumentos da política urbana, especialmente daqueles que incidem mais fortemente sobre a propriedade. Em função desta dificuldade relacionada ao grau de inovação exigido nas práticas de gestão e às resistências originadas em uma visão mais conservadora/liberal sobre o papel do Estado no planejamento urbano, muitos planos diretores da era pós-EC apenas reproduziram artigos básicos que tratam destes instrumentos. Deixaram de explorar, desta forma, o potencial destes instrumentos e de atender, portanto às exigências estabelecidas pela legislação federal.

Este foi o caso do Plano Diretor de Quatro Pontes. Esta também é uma situação que deve ser revista no âmbito do processo de revisão da lei urbanística. Há de serem identificados àqueles instrumentos mais adequados à realidade local e à capacidade de gestão municipal. Há de serem reforçadas as estratégias para o cumprimento da função social da propriedade para as quais alguns instrumentos são fundamentais.

Similar crítica pode ser feita ao PAI – Plano de Ação de Investimento, que integra a lei municipal do Plano Diretor como anexo. Contendo um conjunto amplo de diretrizes categorizadas a partir da identificação de "24 áreas prioritárias de ação", estas pouco contribuem para a identificação de uma concepção estratégica, a qual deveria ser orientadora na definição das prioridades das ações que o compõe. Ademais, a dinâmica de qualquer cidade é sempre maior do que o que cabe numa legislação. Foi necessário em 2013 inserir alterações nos anexos da Lei do plano diretor que regulamentam o PAI.

Outro aspecto a ser destacado é quanto a pertinência de inclusão do PAI na lei do Plano Diretor, uma vez que este planejamento, por exigência do financiamento estadual (ParanaCidades), deve ser revisado a cada 5 anos. Tal exigência levou o município a aprovar em 2018 novo planejamento dos investimentos municipais com validade de 2 anos. O PD municipal que tem também estabelecido este mesmo prazo de revisão (5 anos) ocorre somente agora o que gera uma incompatibilidade entre o anexo original e o recentemente aprovado. Por certo diretrizes e temas prioritários orientadores da elaboração do PAI, após revistos, deverão integrar o Plano Diretor, mas quanto ao planejamento das ações, estas deverão ser debatidas quanto a pertinência da sua inclusão na lei.

Ainda no campo da concepção estratégica, o Plano Diretor de Quatro Pontes também é bastante frágil no que diz respeito ao tema dos instrumentos da gestão territorial, ou dos instrumentos da política urbana, nos termos do Estatuto da Cidade. É notória a dificuldade que a

maioria dos municípios brasileiros tem tido na adoção dos instrumentos da política urbana, especialmente daqueles que incidem mais fortemente sobre a propriedade. Em função desta dificuldade relacionada ao grau de inovação exigido nas práticas de gestão e às resistências originadas em uma visão mais conservadora/liberal sobre o papel do Estado no planejamento urbano, muitos Planos Diretores da era pós-EC apenas reproduziram artigos básicos que tratam destes instrumentos. Deixaram de explorar, desta forma, o potencial destes instrumentos e de atender, portanto às exigências estabelecidas pela legislação federal.

Este também foi o caso do Plano Diretor de Quatro Pontes. Esta é uma situação que deve ser revista no âmbito do processo de revisão da lei urbanística. Há de serem identificados aqueles instrumentos mais adequados à realidade local e à capacidade de gestão municipal. Há de serem reforçadas as estratégias para o cumprimento da função social da propriedade para as quais alguns instrumentos são fundamentais.

b. Da Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo e Lei do Parcelamento do Solo

Em relação a Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo (lei 006/2008) é importante destacar primeiramente que esta sofreu um conjunto de alterações desde a sua aprovação que necessitam ser inseridas nesta revisão. As principais alterações ocorridas tratam dos seguintes aspectos:

- Lei complementar 11/2010 que amplia o perímetro urbano do município acrescentando novas áreas à Zona de Ocupação Orientada e Zona de Incentivos à industrialização;
- Lei complementar 13/2012 que altera o anexo IV – Mapa de Zoneamento;
- Lei complementar 17/2015 que introduz novas alterações nos Anexos IV – Mapa de Zoneamento e Anexo II - Parâmetros de Uso e Ocupação do Solo.
- Lei complementar 22/2017 – que altera Anexo II – Parâmetros de Uso e Ocupação do Solo.

Ademais, foram aprovadas neste período duas outras leis referentes ao uso industrial: a Lei Complementar 12/2011 que dispõe sobre benefícios concedidos ao Parque Industrial I e II; e a Lei Complementar 14/2012 que dispõe sobre a implantação de condomínios industriais.

No que se refere ao atendimento das diretrizes estabelecidas na legislação federal do EC visualiza-se que a lei incorpora adequado referencial conceitual aos objetivos da lei e do ordenamento territorial, entretanto está bastante desarticulada da aplicação dos instrumentos indutores da ocupação referenciados na lei do Plano Diretor. O zoneamento urbano não faz referências as intenções estratégicas da gestão do solo urbano pela carência desta na lei do Plano Diretor. Deveriam ser caracterizadas, por exemplo, as zonas prioritárias para ocupação de vazios urbanos com a definição de estratégias e aplicação dos instrumentos do cumprimento da função

social; poderiam ter sido estabelecidas áreas de interesse do município para a implantação de equipamentos e/ou incremento das áreas públicas ou de lazer, onde poderia ser aplicado o instrumento do direito de preempção, entre outros temas e estratégias. Outorga onerosa, transferência de potencial construtivo, operações urbanas consorciadas são instrumentos com potencial de utilização que estão previstos na lei do Plano Diretor, sem uma concepção estratégica para sua aplicação.

Mas há que se destacar que apesar destas lacunas na definição de estratégias de gestão e aplicação dos instrumentos do EC o município vem, através da legislação do parcelamento do solo, ordenando a expansão da malha urbana de forma continua, sem gerar grandes vazios e/ou periferização e setores carentes. O problema maior tem sido minimizar efeitos da especulação que tem gerado grande número de lotes vagos. O debate sobre todos estes aspectos deverá ser promovido na sequência, na próxima fase do trabalho, onde será revisado/estabelecido o modelo urbano de ocupação territorial.

De forma mais especifica, alguns pontos da lei de uso e ocupação do solo são destacados na sequência como forma de exemplificar pontos preliminarmente identificados que necessitam revisão. O tipo de alteração na lei vigente deverá ser definido em conjunto com a equipe municipal podendo incluir nova redação, inclusões de temas e conteúdos faltantes, exclusão de matéria não pertinente; reordenação de artigos. Por ora destaca-se:

1- A lei pode ser melhorada na estrutura e na clareza dos conteúdos apresentados. Na parte inicial – seção II (das definições) inclui temas que não competem a lei em análise, enquanto outros não são abordados. Conceitos mais gerais poderiam ser incluídos na forma de glossário (no início ou final da lei, embora ainda exista outro anexo ao final), conferindo maior clareza da parte normativa. Os conceitos podem ser formulados de forma mais clara e objetiva; alguns estão misturados.

2- Ainda em relação as definições/conceitos o § 2º (dos índices urbanísticos) sugere-se uma revisão criteriosos pois misturam-se conteúdos, definições confusas, definições que pertencem a legislação do parcelamento do solo, entre outros aspectos;

3- Nas definições dos usos, zonas e atividades ocorrem as principais indefinições e inadequação da lei. A classificação das atividades tem como finalidade embasar um sistema que identifique quais são permitidas, permissíveis e proibidas em cada zona estabelecida pelo zoneamento. Desta forma as categorias utilizadas para a definição das zonas devem ter relação com esta classificação. A definição das atividades também pode ser simplificada e corrigida em muitos aspectos. Por exemplo: habitação não necessita de todas aquelas divisões, poderia ser somente unifamiliar e multifamiliar; comercio deveria ser classificado em varejista e atacadista pois são

atividades com impactos distintos na estrutura urbana e vizinhança. Igualmente para a indústria – já deveria aparecer classificada conforme inciso III do artigo 38;

4- Nas regras relacionadas ao uso do solo ocorrem as maiores ausências, insuficiências e/ou inadequação da lei. A principal crítica a ser feita na classificação das atividades e relação com o uso do solo pode ser resumida no fato desta classificação ter sido feita a partir da função "atividade" e não do seu impacto no contexto urbano. Sugere-se preliminarmente: (i) a reclassificação das atividades conforme seu potencial impacto e porte; (ii) a definição de um gradiente de miscigenação; (iii) e a reclassificação das zonas de uso segundo padrões/patamares de miscigenação. As atividades são classificadas, segundo seu potencial poluidor pela legislação ambiental vigente, e segundo o porte e potencial de impacto urbano. . Podem também ser estabelecidos distintos instrumentos de análise para avaliação do impacto urbano das atividades permitidas.

5- A lei também não apresenta com clareza os procedimentos de aprovação/licenciamento. O artigo 9 faz alguma referência, mas com limitações para o entendimento, e ausências de procedimentos importantes (não faz referência ao licenciamento ambiental como etapa da aprovação/fornecimento de licença; não refere instrumentos de análise das atividades permitidas segundo o grau de impacto urbano, horários de funcionamento.... Apenas no artigo 16 fica estabelecido EIV para instalações de obras ou atividade de grande impacto urbano.

Na avaliação da Lei Complementar do Parcelamento do Solo (Lei 007/2008) também alterações foram feitas, mas em menor proporção. Apenas duas alterações são registradas:

- Lei complementar 10/2010 que altera o inciso XVI do artigo 5º referente às áreas onde não é permitido o parcelamento do solo reduzindo a área mínima para 15.000m²;
- E as alterações ocorridas no Anexo II da Lei de Zoneamento – uma vez que altera os parâmetros de uso e ocupação do solo onde constam também os paramentos do parcelamento.

Como se pode verificar a lei do parcelamento do solo está bem mais consolidada no município, sofrendo menos alterações. Pode-se deduzir que responde de forma mais efetiva as demandas públicas, não podem ser classificados como de domínio público e da sociedade. Entretanto, algumas questões relativas a conteúdo, forma e clareza também podem ser apontadas:

1- Em relação a forma e clareza a mesma ponderação pode ser feita: em muitos dos conceitos e normas ali instruídos existe confusão de conceitos, mal redação, repetições e contradições; e deverão ser revisados. Alguns exemplos desta avaliação: Vias de circulação é uma expressão que engloba ruas e avenidas: bosques podem ser de domínio privado ou público; a função social de um

bosque pode ser garantida por instrumentos de gestão urbana. Se confere maior clareza utilizando-se, por exemplo, conceitos já sedimentados por legislação federal; (lotes; arruamento...)

2- Igualmente podemos apontar a redação do artigo 3º que veda o parcelamento do solo em determinadas situações. Esta vedação está consolidada na legislação federal. Desta forma – em relação as situações que tem a mesma intencionalidade da lei federal, sugere-se igual redação; nas situações especificas da norma municipal, como a redação do artigo 4º sugere-se revisão por falta de clareza. Destaca-se a importância desta norma municipal – já consolidada na sociedade, que tem permitido a expansão ordenada da malha urbana. Estas medidas de controle foram debatidas e propostas no projeto de lei federal que propõe atualizar a lei de parcelamento do solo (lei de responsabilidade territorial) cuja tramitação esta adiada. Mas muitos municípios incorporaram estas e outras regras na sua legislação. Tendo legitimidade por serem mais restritivas que a lei federal vigente.

3- Outras questões devem ser debatidas quanto a sua necessidade: Por exemplo: porque equipamentos em zonas industriais? (artigo 9º). Qual a necessidade dos artigos 11 e 12, por exemplo, que delimitam de igual forma o parcelamento do solo para fins industriais pelo Poder Público? A normatização dos condomínios fechados normalmente se recomenda estar fora da lei do parcelamento do solo; mas também cabe avaliar se é uma necessidade local, se é de interesse público sua execução. Por outro lado, situações de regulamentação podem se fazer necessárias no âmbito municipal. Sabe-se que cabe ao loteador destinar parte da gleba para a implantação do sistema de circulação (vias públicas), de equipamento urbano (equipamentos públicos de abastecimento de água, serviços de esgotos, energia elétrica, coletas de águas pluviais, rede telefônica e gás canalizado) e comunitário (equipamentos de educação, saúde, cultura, lazer e similares), bem como espaços livres de uso público. A localização das áreas destinadas aos equipamentos urbanos e comunitários e áreas livres de uso público podem ser indicadas pelo Município durante o processo de aprovação do projeto de loteamento (Lei 6.766/79, art. 6).

4- A classificação e hierarquia do sistema viário, conforme já mencionado no capítulo anterior deverá ser revisada em função do modelo urbano a ser proposto na próxima etapa. Igualmente deverá ser reviso os parâmetros de ocupação e do parcelamento do solo em função do modelo urbano e das hierarquias viárias. Também cabe avaliar se estabelecer medidas e gabaritos quando se exige a continuidade da malha está adequado.

Por fim, conforme já referido, esta é uma análise preliminar que deverá ser aprofundada na continuidade do trabalho junto com a equipe técnica municipal e visando melhor entendimento dos procedimentos, dos parâmetros estabelecidos e dos conteúdos considerados mais pertinentes pela localidade.

Em termos mais gerais cabe algumas considerações mais pontuais referidas pelo diagnóstico ambiental realizado. As recomendações mais relevantes e de contexto mais global foram inseridas no item que trata da temática. Mas algumas recomendações de caráter mais pontual podem ser bastante relevantes e ficam aqui registradas para compor o debate da legislação. Tais são as recomendações do relatório:

- a Lei Complementar nº 004/2008 que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Quatro Pontes, de acordo com o planejamento da época de sua elaboração, não computou o projeto de esgotamento sanitário enquanto prioridade, constando como uma meta para longo prazo. Todavia, decorridos um horizonte de 10 anos, o respectivo ainda consta enquanto planejamento ao invés de materialidade, ampliando o espectro do problema;
- a Lei de Parcelamento do Solo de 2008 não traz diretrizes específicas que tangenciam à obrigatoriedade da implantação de fossas sépticas nos lotes (Artigos 28 e 33 da Lei Complementar nº 007/2008 que dispõe sobre o parcelamento do solo no município de Quatro Pontes e dá outras providências). Assim também a mesma Lei Complementar não dispõe de diretrizes acerca do licenciamento ambiental e da implantação de tratamento dos efluentes industriais na Seção III que trata dos parcelamentos para fins industriais;
- em relação a drenagem urbana é importante que se assegure que o Parágrafo 3º do Artigo 28 da Lei Municipal Complementar nº 007/2008[4] seja cumprido nos ritos de aprovação dos projetos de loteamentos: "Todas as vias do loteamento deverão ser arborizadas de acordo com as espécies e diretrizes do órgão competente, <u>sendo uma árvore por lote</u> (grifo nosso)".

[4] Lei complementar nº 007/2008 – Dispõe sobre o parcelamento do solo no município de Quatro Pontes e dá outras providências

3 LEITURA PARTICIPATIVA

Na elaboração da Revisão do Plano Diretor de Quatro Pontes a etapa denominada "Leitura Participativa" busca-se reconhecer e entender os problemas e as virtudes da cidade, a partir da percepção dos seus próprios moradores e agentes da produção e consumo da cidade.

De acordo com o documento *Plano Diretor Participativo - guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos* – editado pelo Ministério das Cidades em 2005

> *"... diferente do processo tradicional de construir diagnósticos, a atividade de* ***ler a cidade*** *não é leitura exclusiva de especialistas, e pressupõe olhares diversos sobre uma mesma realidade".*

Com os objetivos traçados a equipe da Latus Consultoria em conjunto com representantes Gestores e da Comunidade de Quatro Pontes, planejou e realizou três encontros com os moradores da cidade denominados Oficinas Comunitárias, sendo dois encontros com moradores da Zona Rural e um com os moradores da Zona Urbana.

Nas reuniões comunitárias, além da realização da dinâmica de debates apresentada a seguir, aplicou-se um questionário com perguntas objetivas e dissertativas sobre temas como infraestrutura, saúde, educação e lazer, e onde também foi indagado sobre principais temáticas e questões de interesse da região.

Decidiu-se ainda por incluir na leitura participativa o encontro realizado com a Comissão de Acompanhamento – fórum formado por representantes da organização social e gestores municipais que integram o Conselho do Plano Diretor, acrescidos de outras representações consideradas significativas para participar do debate da cidade.

Para as oficinas rurais e urbana se estabeleceu preliminarmente o seguinte roteiro de trabalho:

I. Apresentação dos objetivos da Oficina e da importância da Revisão do Plano Diretor para a cidade;

II. Apresentação dos principais conteúdos relacionados ao crescimento e desenvolvimento municipal e características da região onde se realiza a reunião (rural/urbana);

III. Reflexão, manifestação e registro dos participantes sobre características positivas e negativas do município e sua gestão, e sugestão de melhorias;

IV. Discussão dos pontos citados, de maior relevância;

V. Entrega de questionário aos presentes para preenchimento e entrega local;

Para a reunião com Comissão de Acompanhamento seguiu-se outra sistemática. Primeiramente foi apresentado aos presentes os objetivos e metodologia adotada para reunião. Foram distribuídas cartelas para o registro pessoal de cada participante seguindo os mesmos questionamentos das reuniões comunitárias. Após, a dinâmica estabelecida foi de apresentação verbal das questões registradas por cada participante seguida do debate entre os presentes.

Os conteúdos debatidos em cada reunião realizada são apresentados nas atas seguintes. A síntese das principais contribuições do processo participativo vem na sequência, onde se apresenta a sistematização dos questionários e breve síntese que organiza as contribuições segundo as temáticas destacadas.

3.1 REUNIÕES COMUNITÁRIAS

3.1.1 REUNIÃO DAS COMUNIDADES LINHA SÃO JOSE E ENTORNO

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Aos vinte e um dias do mês de maio do corrente ano foi realizada no salão comunitário da Linha São Jose a primeira reunião comunitária da área rural no processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Quatro Pontes. O encontro faz parte da metodologia proposta para a revisão do Plano Diretor que propõe o debate com agentes locais e comunidades.

A reunião teve início com a fala de abertura do Vice Prefeito e Secretário da Administração Sr. Tiago Hansel, que agradecendo a presença de todos os presentes passou a explicar brevemente sobre a finalidade e necessidade da revisão do Plano Diretor vigente. Apresentando a equipe municipal que desenvolve os trabalhos, destacou entre outros pontos a importância da etapa que dá início ao debate com o morador de Quatro Pontes passando a palavra à equipe local.

A Sra. Sirlei Wickert, Secretaria de Gabinete e Planejamento, também agradeceu a presença explicando que esta reunião ocorre dentro da etapa da Leitura Comunitária, onde serão ouvidos também as comunidades rurais de Flor da Serra e entorno e a comunidade urbana. Apresentou ainda a Cartilha que estava sendo distribuída, comentou sobre o Espaço do Plano Diretor no site da Prefeitura onde todas as informações produzidas estão sendo disponibilizadas e passou a palavra para a consultoria iniciar os trabalhos.

A representante da Latus Consultoria – Arq. Jacqueline faz breve explanação sobre o que é o Plano Diretor, destaca a importância da participação de todos nas etapas do diagnóstico e das propostas, fala sobre o objetivo da reunião que nesta etapa é ouvir as comunidades sobre problemas da cidade e da região em que moram, e também sobre as demandas e expectativas das comunidades locais para a Quatro Pontes do futuro. Apresenta alguns dados da área rural do

município para fomentar o debate; da ênfase a questão do macrozoneamento que traz novos usos para o rural junto aos corredores de desenvolvimento, e passa a palavra aos participantes.

A grande maioria dos participantes se manifestou. As principais questões e comentários trazidos pelos presentes foram as seguintes:

1- Preocupação com a **cadeia sucessória das terras**: o tema foi apresentado e comentado por parte dos presentes. A tendência é o deslocamento dos proprietários mais idosos ou quando da aposentadoria para a cidade. Particularmente para as pequenas propriedades a continuidade da produção familiar se inviabiliza pela divisão da terra, trazendo questões como a incorporação de áreas de produção diversificada para as monoculturas e contribuindo para a concentração da terra;

2- Outra questão levantada neste mesmo sentido foi de que, aos poucos, a área rural do município que hoje contribui em muito para **o alimento da cidade vai aos poucos sendo transformado em outros usos** e na produção de grande escala (os grãos); a questão climática também contribui, não raras vezes para a perda da safra;

3- Também foi trazido ao debate a questão da **modernização das atividades da agropecuária** o que acabou com a demanda de mão de obra para o trabalho nas propriedades, levando ao aumento da população urbana. É pequeno o emprego no rural, e quando necessário, é de difícil contratação;

4- Foi comentado sobre as **dificuldades do pequeno produtor** – dificuldades na mão de obra, o enfrentamento dos dilemas da cadeia sucessória; e até mesmo o menor valor do produto (recebe menos do que o grande produtor...)

5- A população entende **oportuno e necessário a vinda de industrias para o município para a geração de empregos e novas oportunidades para os filhos**;

6- Tema bastante debatido foi a **espera/expectativa de construção de unidades habitacionais**. Foi realizado cadastramento para o acesso ao financiamento do MCMV Rural que não se viabilizou. A renda das famílias não permitiu o enquadramento no programa gerando frustração das expectativas não realizadas;

7- **O acesso aos serviços da prefeitura foi avaliado favoravelmente** – especialmente saúde, educação e transporte escolar, e as atividades de lazer e cultura realizadas. De forma geral a manutenção das estradas vem atendendo a demanda (apenas um proprietário comentou ao contrário e foi mapeada a área de acesso mais precário) mas existe forte **pressão para a realização da pavimentação asfáltica**,

8-Em relação a cidade (área urbana) **foi sugerido que não se aprovem novos loteamentos ou que o executivo controle o número de lotes adquiridos por um proprietário** (concentração da terra urbana) para evitar que os lotes fiquem vazios e abandonados;

9- Foi **solicitada a continuidade ações de apoio ao pequeno produtor pelo Executivo;** ações que contribuam para o incentivo a permanência dos filhos do pequeno produtor; apoio e capacitação nas questões da sucessão familiar, a manutenção das estradas com boa qualidade;

10- O **acesso ao financiamento para a construção de casas para os filhos** ficou novamente registrada como uma demanda;

11- Sugeriu-se **explorar belezas naturais e promover turismo valorizando trilhas, caminhadas ecológicas, rotas de bicicleta...**.

Ao final, também foi entregue um questionário para os participantes da reunião responderem, os quais serão sistematizados junto ao demais. De forma geral os presentes se manifestaram bastante satisfeitos com a atividade sugerindo que a prefeitura retomasse as antigas reuniões que realizava com a presença das diversas secretarias.

A reunião foi encerrada pela responsável representante da prefeitura municipal Sra. Sirlei, em torno das 16:30hs.

3.1.2 REUNIÃO DAS COMUNIDADES DE FLOR DA SERRA E ENTORNO

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Aos vinte e dois dias do mês de maio do corrente ano foi realizada no salão comunitário da Linha Flor da Serra a segunda reunião comunitária da área rural no processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Quatro Pontes. O encontro faz parte da metodologia proposta para a revisão do Plano Diretor que propõe o debate com agentes locais e comunidades.

A reunião teve início com a fala da representante da Prefeitura Municipal, Sra. Sirlei Wickert, Secretaria de Gabinete e responsável pela coordenação do Plano Diretor, agradecendo a presença de todos e explicando sobre os objetivos da reunião. Explicou que esta reunião ocorre dentro da etapa da Leitura Comunitária, onde já foi ouvida aas comunidades da Linha São Pedro e entorno e será ouvida a comunidade urbana. Apresentou ainda a Cartilha que estava sendo distribuída, comentou sobre o Espaço do Plano Diretor no site da Prefeitura onde todas as informações produzidas estão sendo disponibilizadas e passou a palavra para a consultoria iniciar os trabalhos.

A representante da Latus Consultoria – Arq. Jacqueline, fez breve explanação sobre o que é o Plano Diretor, destacando a importância da participação de todos nas etapas do diagnóstico e das propostas que ocorrerá na sequência do processo. Explicou sobre a sistemática da reunião e seu objetivo principal, que é ouvir as comunidades sobre problemas da cidade e da região em que moram, e também sobre suas demandas e expectativas para a Quatro Pontes do futuro. Apresentou alguns dados da área rural do município para fomentar o debate dando destaque a questão do macrozoneamento que traz novos usos para o rural junto aos corredores de desenvolvimento, e

aspectos levantados que colocam o município em situação bastante favorável considerados os indicadores sócio econômicos.

Durante a explanação já ocorreram algumas manifestações e ao final a palavra foi passada para os presentes. As principais questões e comentários trazidos pelos presentes foram as seguintes:

1- O Secretário de Desenvolvimento, Sr. Rudi, comentou sobre o macrozoneamento manifestando preocupação quanto a denominação da **Macrozona de Manejo Controlado que pode desestimular o investimento e a produção na área**, argumentando que igualmente qualquer atividade que venha a ser aí realizada necessitara do licenciamento ambiental garantindo a preservação sempre que necessária.

2- Foi colocado ainda por outro participante que **a legislação estadual é bastante rigorosa e que já há o cuidado com o Meio Ambiente,** inclusive pelas ações em andamento de recuperação da vegetação junto as nascentes.

3- Outro tema trazido ao debate foi em relação **a suinocultura e produção de galináceos e as questões ambientais.** Foi apontado **dificuldades/morosidade na relação com o Instituto Estadual para liberação de ampliações e obras**.

4- Igualmente neste setor, **foi trazida a questão da sucessão e êxodo da população rural**. Foi colocado que as famílias buscam a melhoraria da qualidade de vida especialmente para os seus filhos, preparando-o para outras atividades. A aposentadoria/envelhecimento dos produtores também é motivo da transferência da moradia para a cidade.

5- Também foi mencionada a **necessidade de aumento da produtividade do pequeno produtor** e neste sentido, a importância da **manutenção e melhoria das ações de apoio hoje existentes** da Prefeitura e da Emater. **Estrada, energia elétrica, infraestrutura em geral e subsídios.**

6- Em relação a **mão de obra e emprego** foi comentado que cerca de 50% da população trabalhadora de Flor da Serra **trabalha nos municípios vizinhos**. A mecanização e tecnologia mudou o trabalho rural, que não necessita mais de mão de obra. A questão de **moradia foi trazida novamente destacando a falta de acesso ao financiamento popular** para segurar mão de obra no município – tanto para a moradia na área rural como na urbana.

7- Atividades de **capacitação e qualificação para os jovens para melhor inserção no mercado de trabalho** do município.

8- Algumas **demandas em relação a melhoria das estradas, ao transporte escolar**, foram apontadas.

Também neste setor foi entregue um questionário para os presentes responderem ao final da reunião. As respostas serão sistematizados junto aos demais. A reunião foi encerrada pela Secretária de Gabinete, Sra. Sirlei, as 16 horas.

3.1.3 REUNIÃO DAS COMUNIDADES URBANAS E LINHA ITA

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Aos vinte e três dias do mês de maio do corrente ano foi realizada na Casa da Cultura a terceira reunião comunitária do processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Quatro Pontes, abrangendo os setores urbanos e o terceiro setor rural. O encontro faz parte da metodologia proposta para a revisão do Plano Diretor que propõe o debate com agentes locais e comunidades.

A reunião contou com a participação do Prefeito Municipal Sr. João Laufer que abriu o evento saudando os presentes e agradecendo a participação. O Sr. prefeito fez breve explanação sobre o processo em andamento destacando a importância da participação da sociedade para se alcançar um Plano Diretor adequado às necessidades do município. Falou também da necessidade de fortalecer e definir estratégias para o desenvolvimento municipal, destacando a importância da instalação de novas indústrias no município. Passando a palavra para a equipe de trabalho a Sra. Sirlei, Secretaria de Gabinete e responsável para coordenação do processo de revisão do PD pela prefeitura municipal que explicou sobre os objetivos da reunião. Fez referências ao processo já realizado e em andamento e comentou sobre o Espaço do Plano Diretor no site da Prefeitura onde todas as informações produzidas estão sendo disponibilizadas, comentou sobre a cartilha distribuída e passou a palavra para a consultoria iniciar os trabalhos.

A representante da Latus Consultoria – Arq. Jacqueline, fez breve explanação sobre o que é o Plano Diretor, destacando a importância da participação de todos nas etapas do diagnóstico e das propostas que ocorrerá na sequência do processo. Explicou sobre a sistemática da reunião e seu objetivo principal, que é ouvir as comunidades sobre problemas da cidade e da região em que moram, e também sobre suas demandas e expectativas quanto a Quatro Pontes do Futuro. Explicou sobre a metodologia que será utilizada com a distribuição de cartelas onde todos deverão registrar suas contribuições respondendo as perguntais finais que serão apresentadas. A alteração de método foi avaliada pela consultoria e coordenação do Plano entendendo mais adequado pelo pequeno número de participantes do início da reunião.

Na sequência a arquiteta apresentou alguns dados sobre o crescimento do município, a disponibilidade de área para futuros loteamentos e lotes vagos existente no atual perímetro urbano projetando espaço suficiente para crescimento nos próximos 30 anos. Apresentou também sobre o macrozoneamento que traz novos usos para o rural junto aos corredores de desenvolvimento como

áreas de instalação de indústrias, e falou ainda dos aspectos levantados que colocam o município em situação bastante favorável considerados os indicadores sócio econômicos.

Finalizou colocando três questões para serem respondidas e apresentadas verbalmente pelos presentes com o objetivo de orientar os debates e manifestações. A primeira pergunta refere aos problemas de Quatro Pontes, a segunda às qualidades (potencialidades) de Quatro Pontes; e a terceira ao que poderia ser feito para melhorar.

As principais questões trazidas pelos participantes são sistematizadas por semelhança de tema, na sequência.

1- Em relação aos problemas foram destacados:

(i) Infraestrutura e Serviços Público: abastecimento d'agua deficitário, falta de espaços para o lazer das famílias; falta de segurança na área rural;

(ii) Gestão e Uso do Solo: falta de moradias para populações de menor renda; o preço do lote urbanizado e das glebas com potencial de loteamento; crescimento horizontal (pouca verticalização); expansão da cidade quando ainda existem muitos terrenos vazios na malha urbanizada; loteamentos que não são liberados;

(iii) Planejamento: falta planejamento para a demanda de loteamentos; descontinuidade das políticas a cada governo; precisa planejar melhor os investimentos (exemplo escola);

(iv) Desenvolvimento: Falta de mão de obra capacitada / pessoas que vem para Quatro Pontes com pouca formação; falta empregos para a população local.

2- Aspectos positivos e potencialidades destacadas:

(I) Qualidade de Vida: cidade limpa e boa para morar, cidade segura, povo ordeiro: boa e diversidade da gastronomia;

(ii) Localização estratégica: facilidade de acesso e potencial de crescimento econômico /corredor de desenvolvimento;

(iii) Infraestruturas e Serviços Público: escola e atividades culturais e esportivas, amplo atendimento - de jovens aos idosos; serviços prestados na área da saúde e fornecimento remédios; coleta de lixo (inclusive entulhos e podas); ruas as faltadas em toda cidade;

3-O que pode ser melhorado:

(i) Fortalecimento da Identidade local; (potencial território e cultura)

(ii) Infraestruturas e Serviços Público: capacidade de fornecimento de energia elétrica e manutenção das redes; Iluminação pública com Led; solução para esgoto sanitário e distribuição da água; melhoria das estradas rurais com pavimentação asfáltica; pavimentação também das estradas secundarias (asfalto ou pedra irregular); Implantação do Hospital; aumento da capacidade das escolas (vem aumentando demanda)

(iii) **Uso e Gestão do Solo:** setorização das atividades industriais segundo tipo de indústria (zoneamento); -liberação dos loteamentos/condomínios, aumento da oferta de lotes para população de menor renda; mais áreas de lazer;

(iv) **Desenvolvimento:** valorização das belezas naturais e atividades culturais/promoção do turismo rural; Incentivo a instalação de novas indústrias para promover maior oferta de empregos na cidade; incentivo ao agricultor (com subsidio), capacitação para o produtor rural;

3.2 REUNIÃO COM AGENTES PÚBLICOS E SOCIAIS

3.2.1 REUNIÃO COM COMISSAO DE ACOMPANHAMENTO

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Aos vinte e três dias do mês de maio do corrente ano foi realizada na sala de reunião da Secretaria de Ação Social da Prefeitura de Quatro Pontes, a reunião com o Conselho do Plano Diretor e Comissão de Acompanhamento no processo de revisão do Plano Diretor Municipal. O encontro faz parte da metodologia proposta para a revisão do Plano Diretor que propõe o debate com agentes institucionais e da sociedade civil organizada.

A reunião foi aberta pela Secretária de Gabinete e Planejamento e responsável pela coordenação do Plano Diretor, Sra. Sirlei Wickert, que agradeceu a presença de todos destacando a importância dos distintos setores ali presentes contribuírem para o diagnóstico que está sendo realizado. Em seguida, passou a palavra para a arquiteta representante da consultoria contratada.

A arquiteta explicou primeiramente sobre a sistemática da reunião e seu objetivo principal, que é ouvir representações dos gestores, das instituições e da sociedade civil organizada, sobre problemas da cidade e sua gestão, e também sobre demandas e expectativas para o futuro de Quatro Pontes. Explicou rapidamente sobre a metodologia a ser utilizada propondo a distribuição de cartelas onde todos deverão registrar e posteriormente apresentar contribuições conforme perguntais orientadoras apresentadas ao final da exposição.

Na sequência a arquiteta apresentou alguns dados sobre o crescimento do município, a disponibilidade de área para futuros loteamentos e lotes vagos existente no atual perímetro urbano, projetando espaço suficiente para crescimento nos próximos 30 anos. Apresentou também sobre o macrozoneamento e zoneamento atual e da demanda recente por novas instalações industriais que requerem novos setores urbanos. Falou ainda dos aspectos levantadas que colocam o município em situação bastante favorável, considerados os indicadores sócio econômicos, sua localização estratégica, e as condições adequadas do sitio físico, revelando condições bastante favorável ao crescimento e desenvolvimento.

Finalizou colocando as três questões a serem respondidas: (i) Quais são os problemas de Quatro Pontes?; (ii) O que você considera bom (potencialidades) em Quatro Pontes?; (iii) O que pode ser feito para melhorar?

Após o registro, cada participante fez o relato e argumentação das questões consideradas de maior destaque havendo espaço para contribuições e debate dos demais presentes. As principais questões trazidas pelos participantes são sistematizadas por semelhança de tema, na sequência.

1- Em relação aos problemas os principais destaques foram:

(i) Planejamento e gestão: Falta de visão estratégica de curto, médio e longo prazo para o planejamento municipal; diretrizes de desenvolvimento fundadas em interesses momentâneos; falta de continuidade das políticas e na implementação das diretrizes de desenvolvimento estabelecidas;

(ii) Estrutura administrativa e legislação: Estrutura física insuficiente em várias áreas; legislação desatualizada e falta de métodos e instrumentos administrativos mais eficazes; falta de técnicos em alguns setores (agricultura); insuficiência nos instrumentos de tributação para maior controle da especulação imobiliária (IPTU progressivo, valor venal do imóvel desatualizado/cadastro imobiliário);

(iii) Desenvolvimento econômico: pouco diversificação das atividades produtivas; foco atual do desenvolvimento somente na agricultura; insuficiência dos outros setores; desenvolvimento industrial deve ser sustentável (pode trazer problemas sociais/vinda de população que não se insere no mercado de trabalho);

(iv) Processo de ocupação / gestão e uso do solo: Grande parcela de lotes vagos na malha urbana consolidada; demanda por novos condomínios; pressão para expansão do perímetro urbano; elevado valor do lote urbanizado e da gleba com potencial de urbanização; mercado especulativo e a especulação na produção por condomínios; abandono e falta de limpeza áreas vazias; falta de áreas de lazer; terrenos junto ao rio vagos e grandes; falta de cuidado nas áreas de mata; limitações no zoneamento atual (falta de definição para áreas industriais e comerciais (?), burocracia para instalação de empresas; falta de regulamentação para uso industrial e distribuição das empresas);

(v) Saneamento básico: intermitência no abastecimento d'água; redes de distribuição antigas de baixa capacidade; falta de definição quanto ao sistema de esgoto/avaliar solução adequada (redes separador + ETE; fiscalização da limpeza das fossas sépticas); lixo no rural sem atendimento (setores); falta de capacitação para a separação do lixo; lixo nas margens dos córregos

(vi) Mobilidade e trânsito: precariedade da sinalização viária; problemas de visualização em cruzamento (arvores); falta padronização das calçadas; necessidade do contorno viário/trânsito pesado; trechos de estradas rurais sem pavimentação, acessibilidade universal; falta de

estacionamento nos postos de saúde; transtornos nos horários de entra e saída nas escolas; estacionamento nos 2 lados da rua em pontos de concentração (pico) de trânsito; insegurança ciclistas no trânsito;

(vii) **Problemas sociais**: falta de policiamento; insegurança por maus hábitos/crianças e pedestres não utilizam as calçadas; preocupação com possibilidade de aumento das situações de drogadição e situações de pobreza (população transitória ou que virão ao município em busca dos novos empregos); falta moradia para locação; falta moradia para população de mais baixa renda...

2- Aspectos positivos destacados:

(i) **Qualidade de vida e do ambiente:** local tranquilo e ordeiro; lotes limpos e cuidados, calçadas de boa qualidade;

(ii) **Administração**: comprometimento dos funcionários/gestores; facilidade para efetivar mudanças na gestão (ambiente propicio); projetos diversos em busca de recursos e em execução; ações e políticas de proteção do meio ambiente/revitalização das nascentes, coleta seletiva (programa Itaipu);

(iii) **Desenvolvimento Econômico**: potencial para o fortalecimento da agroindústria; potencial para industrialização; potencial cidade de prestação de serviços (polo mecânico/maquinas); Potencial lazer e turismo: ecoturismo; ciclovias, rotas naturais, gastronomia, agroindústrias; Bom poder aquisitivo da população (atrativo para novos investimentos); localização – eixo de desenvolvimento; fluxo escoamento centro-oeste e sul); proximidade com biopark; nova rodovia; busca de novas empresas pelo governo

(iv) **Ocupação/uso do solo**: uso misto do centro urbano; lotes existentes para absorver população; investimentos de empresas (industrias, edifícios, casas); aspectos físicos do território (área plana e bem localizada, hidrografia/nascentes)

3- O que pode ser melhorado

(i) **Administração:** necessidade de atualização da legislação e dos métodos; treinamento continuado (do pessoal administrativo; fiscalização amparada na legislação; legislação objetiva e simplificada; limites legislação atual (lei de limpeza de lotes; IPTU progressivo /cobrança somente após 5 anos); atualização código tributário; atualização da planta de valores;

(ii) **Desenvolvimento:** incentivos a agroindústria; agregar valor ao produto local do setor primário; melhor aproveitamento da localização/estratégias de desenvolvimento econômico (metrópole Toledo); induzir industrialização com desenvolvimento sustentável; ampliar atividades econômicas (pensar juventude / o que fazem); fomento a geração emprego/articulação com empreendedores na instalação e promoção de capacitação (oferta de emprego adequada a mão de obra local);

(iii) **Uso do solo**: reconhecimento das empresas já fortemente instaladas; estabelecer regras para a instalação de novas empresas; lotes vagos/potencial de uso para ampliar espaços verdes; não autorizar novos condomínios; taxação dos vazios, mais rigor na aplicação imposto progressivo; notificação e multa para limpeza do lote (ou prefeitura realiza e cobra); não implantar industrias no lado norte (ventos predominantes).

(iv) **Meio ambiente, cultura e lazer**: incentivos ambientais; continuidade na ação de recuperação das nascentes e mata ciliar; controle da erosão com plantio adequado; criação viveiro municipal; implantação do lago municipal; retomar/fortalecer identidade local (cultura alemã); potencializar localidades e ambiente natural com vocação de lazer e turismo;

(v) **Saneamento básico:** ampliar rede de distribuição de água; coleta seletiva; composteira lixo orgânico e resíduos construção civil (são nicho de mercado), na drenagem urbana obrigação de reter a água dentro do lote; Implantação de rede de esgoto e definição administrativa para saneamento: autarquia municipal ou passar para estado

(vi) **Mobilidade e espaço urbano**: logística para circulação de veículos de grande porte; aterramento rede elétrica; não permitir estacionamento de caminhões e maquinas pesadas nas vias urbanas; revitalização da sinalização viária; garagens para veículos e maquinas públicas; padronização das calçadas e promoção da acessibilidade universal;

3.3 LEITURA DE SINTESE DAS REUNIÕES REALIZADAS

O conjunto das contribuições obtidas neste processo de debates junto as comunidades e Conselho Gestor são importantes referenciais para a complementação da leitura realizada no âmbito técnico incorporando a percepção de quem produz e consome o espaço territorial e as políticas públicas. Além das contribuições acima registradas o questionário aplicado após as reuniões, embora seus limites enquanto pesquisa de pequena abrangência, traz conteúdos e percepções de setores representativo da população rural, mais especificamente da comunidade da Linha são Jose e da Linha Flor da Serra.

Nesta intenção cabe trazer uma breve síntese dos dados obtidos através do questionário.

Em relação às qualidades conferidas ao município de Quatro Pontes que o torna bom local para viver tem maior destaque: (i) a localização junto a importantes vias e cidades citada por 55% dos pesquisados; (ii) a oferta de serviços públicos de qualidade, também citada por 50% dos pesquisados;(iii) e a oferta de áreas de cultivo citada por41%.

Nos destaques referentes aos problemas de Quatro Pontes o resultado foi bastante diversificado. Os pesquisados apontaram a carência de empregos como um dos principais problemas em 50% dos questionários; pavimentação ruim em 27% dos questionários; e em menor

proporção a falta de áreas de lazer, problemas de segurança, proximidade das lavouras (agrotóxicos e pecuária), a falta de transporte coletivo, questões relacionadas ao lixo, entre outras.

A avaliação dos serviços pública e infraestrutura instalada foi avaliada em quase 40% dos questionários como ótimo e bom; quase igual proporção não respondeu a este campo (32%). Como regular foram apontados em baixa proporção (de 9 a 14%) os serviços de saúde, transporte público, abastecimento de agua e lixo; como ruim e péssimo com somente uma manifestação (4,5%) os serviços de energia elétrica e iluminação pública, drenagem, esgoto sanitário e novamente saúde.

Quanto aos temas prioritários para o Plano Diretor as principais pontuações foram registradas para o eixo do Desenvolvimento Rural (50%), a Industria, Comercio e Serviços (36%) e o eixo de Infraestrutura, serviços e equipamentos (27%).

Os questionários também levantaram recomendações: As principais propostas dos pesquisados foram:

- melhorias na manutenção das estradas rurais (especialmente as secundarias, e em áreas de morros)
- maior controle sobre a liberação de novos condomínios urbanos (legalizar condomínios já encaminhados e não abrir novos, estabelecer um prazo para não aprovar novos loteamentos/condomínio (10 anos), criar lei municipal para controle da especulação com lotes urbanos).
- continuidade dos incentivos dados ao produtor; promover incentivo a permanência dos filhos de agricultores na área rural (programas específicos para crianças e adolescentes); acesso ao financiamento mais barato, acesso ao financiamento habitacional.
- promoção do turismo : caminhos ecológicos em torno do arroio; ciclovia turística no rural, valorização das belezas naturais e locais de interesse....
- identificação dos acessos às comunidades
- verificar impactos/prejuízos para o desenvolvimento do macrozoneamento rural na identificação da macrozona de manejo controlado;

No que se refere às reuniões realizadas podemos identificar os principais problemas, as potencialidades do município e as propostas sugeridas pelo conjunto dos agentes e que apontam para possíveis eixos de atuação estratégica do Plano Diretor visando a promoção do desenvolvimento municipal sustentável, melhorias da qualidade de vida da população urbana e rural, estruturação territorial e ocupação urbana; e na gestão administrativa municipal.

O quadro seguinte organiza as avaliações do conjunto dos agentes públicos e sociais por temáticas separando aspectos positivos (potenciais) e negativos. As proposições serão trabalhadas na próxima etapa dos trabalhos.

Quadro 2 - Síntese da Leitura Participativa – Aspectos Positivos e Negativos

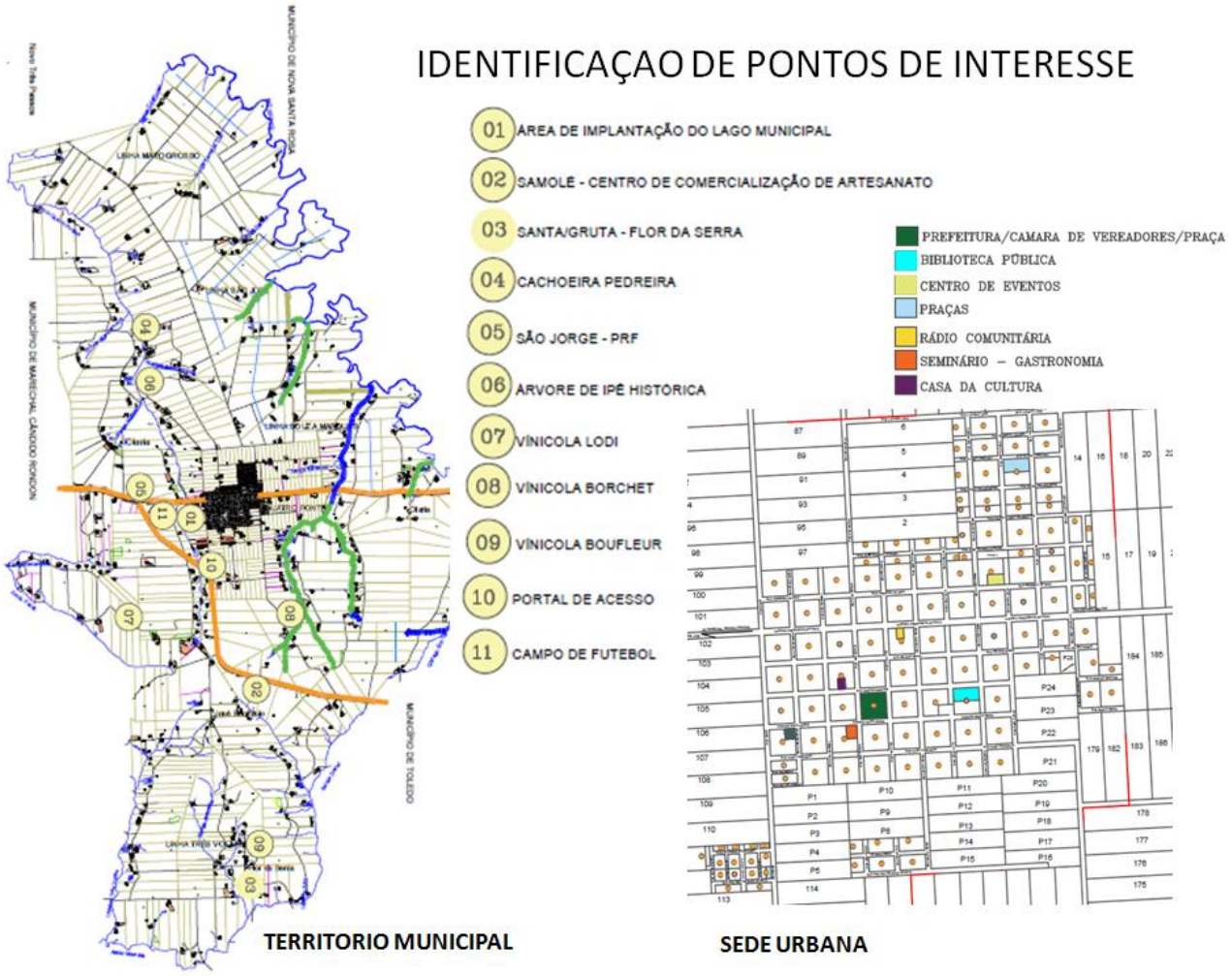
CAMPO DE ATUAÇÃO	ASPECTOS POSITIVOS	ASPECTOS NEGATIVOS
Desenvolvimento Econômico e Social (Desenvolvimento Sustentável)	▪ localização estratégica do município (potencial de crescimento) ▪ incentivo a instalação de novas indústrias (emprego); ▪ continuidade das ações de apoio ao pequeno produtor; ▪ povo trabalhador, ordeiro e de bom poder aquisitivo; ▪ qualidades do território físico e da infraestrutura disponível; ▪ potencialidades para diversificação: agroindústria, industrialização, prestação de serviços (polo mecânico), lazer e turismo (ecológico, rural, de eventos, gastronomia...). ▪ qualidade de vida, do ambiente natural e do ambiente construído...	▪ sucessão das terras/divisão propriedade rural; perda da produção rural; ▪ esvaziamento população rural / envelhecimento da população; ▪ falta de apoio/ capacitação/ alternativas para o jovem rural; ▪ necessidade de diversificação das atividades econômicas/ falta de empregos; ▪ falta de alternativas de acesso à moradia no rural (filhos) e no urbano (novos empregos); ▪ pouca qualificação da mão de obra para inserção no mercado local e regional; ▪ energia elétrica para atendimento da demanda futuros empreendimentos;
Ocupação e Uso do Solo	▪ potencial de crescimento vertical; ▪ organização social para a produção de lotes/condomínios; ▪ cidade mista (atividades próximas); ▪ malha urbanizada continua (sem grandes vazios); ▪ lotes existentes para absorver crescimento da população; ▪ investimento do setor privado (industrias, edifícios, loteamentos...); ▪ aspectos físicos do território urbano favoráveis à ocupação; ▪ ações de recuperação ambiental: plantio vegetação nas nascentes e fundos de vale...	▪ lotes vazios x pressão por ampliação do perímetro (expansão da malha); ▪ valorização da terra urbanizada e com potencial de urbanização (especulação); ▪ demora na liberação dos pedidos de aprovação de loteamentos; ▪ falta de regulamentação da distribuição das atividades (incômodos/impactos ambientais); ▪ falta de áreas de lazer; ▪ falta de regulação clara para novos empreendimentos e industrial; ▪ áreas públicas recebidas no parcelamento do solo inadequadas a demanda do município; ▪ legislação e órgão ambiental estadual – morosidade na liberação atividades/empreendimentos;
Estruturação: Equipamentos e Serviços Público	▪ qualidade e disponibilidade da água; ▪ qualidade do atendimento das políticas e equipamentos de educação e saúde; ▪ qualidade do sistema viário: pavimentação, calçadas, gabarito das vias, drenagem... ▪ técnicas adequadas para a pavimentação das vias rurais; ▪ coleta de lixo e programas de reciclagem; ▪ recente adesão ao consorcio/destinação final do lixo;	▪ manutenção da qualidade da água (fossas e agricultura); ▪ inadequação de trechos antigos de rede de água e da captação por alguns poços; ▪ indefinição sobre sistema de esgotamento sanitário; ▪ indefinição sobre municipalização ou repasse ao estado dos sistemas de água e esgoto; ▪ insuficiente coleta de lixo no rural; ▪ problemas de estacionamento nas vias; desregulamentação p/horários de pico; ▪ trânsito pesado circula no meio urbano;

Gestão, Planejamento e Estrutura Administrativa.	▪ ambiente administrativo favorável a mudanças necessárias / modernização; ▪ comprometimento dos gestores e funcionários; ▪ projetos diversos em andamento e para busca de recursos; ações e políticas de proteção ao meio ambiente em parceria com Itaipu;	▪ falta de visão estratégica no planejamento (curto, médio e longo prazo); ▪ falta de continuidade dos governos (políticas e estratégias do desenvolvimento); ▪ estrutura física e carência de quadros técnicos em alguns setores; métodos e instrumentos administrativos desatualizados; legislação desatualizada;

Elaboração: Latus Consultoria

Foi por fim viabilizado um mapeamento de especificidades territoriais (locais e empreendimentos) apontadas durante as reuniões realizadas e/ou de conhecimento dos gestores que poderão vir a configurar oportunidades para o desenvolvimento turístico e de lazer.

Figura 23 - Oportunidades territoriais para o Fomento ao Turismo



Fonte: PMQP

4 EIXOS PRIORITÁRIOS PARA O DESENVOLVIMENTO E REVISÃO DA LEGISLAÇÃO

Considerado o conjunto de informações e análises realizadas nos dois documentos que compõem a leitura técnica e a leitura participativa já se pode destacar alguns elementos que deverão compor as prioridades do desenvolvimento futuro de Quatro Pontes, os quais orientarão a revisão da legislação vigente.

Do diagnóstico técnico, as questões da localização privilegiada; dos aspectos do território físico que não representam limitações significativas a ocupação e uso; da adequada estruturação viária do município e área urbana; da qualidade das políticas setoriais e equipamentos com capacidade e qualidade de atendimento da demanda atual; da avaliação da existência de uma gestão pública proativa, que realiza projetos e busca recursos; da verificação de potenciais reais que apontam para a diversificação econômica que hoje se funda especialmente na agropecuária; e com o levantamento de indicadores de desenvolvimento e de qualidade de vida que colocam o município em situação também privilegiada, bastante acima das medias regional e estadual; são indicadores que apontam inicialmente para a identificação de um quadro bastante favorável ao desenvolvimento local. Aspectos positivos e potenciais que o município de Quatro Pontes apresenta hoje.

Por outro lado, algumas questões que advém tanto da leitura técnica como da leitura participativa apontam por onde deverão estar os cuidados para que este crescimento ocorra de forma sustentável, econômica, social e ambientalmente. Necessidade de melhoria das estruturas e gestão do saneamento básico, com ênfase na definição de soluções para esgotamento sanitário e manutenção da qualidade e capacidade de vazão da água; instrumentos e mecanismos de gestão do solo mais adequados ao controle da ocupação futura do território minimizando a subutilização e expansão da malha urbana que hoje se da de forma bastante adequada; políticas focadas no desenvolvimento social quando do aumento da população externa em busca dos novos empregos gerados pelo desenvolvimento industrial futuro; instrumentos e métodos para a modernização e readequação das estrutura administrativa que se complexifica num quadro de desenvolvimento; são temas que devem orientar o debate da próxima etapa no sentido de viabilizar adequadas condições institucionais e estruturais para a promoção deste desenvolvimento futuro.

Podemos observar, ao longo dos temas elencados em seus aspectos positivos e negativos, que estes se repetem, numa abordagem similar, as vezes complementar, as vezes até de maneira

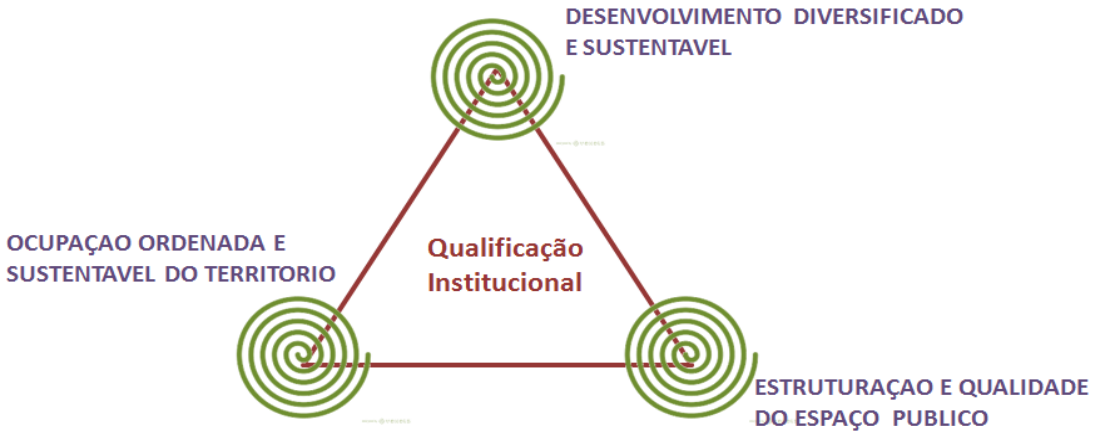
contraditória. Mas acabam por caracterizar campos de atuação, eixos prioritários identificados para o desenvolvimento territorial de Quatro Pontes.

De forma inicial propomos agrupar estas temáticas em torno de quatro eixos estratégicos (ou campos de atuação) para a promoção do desenvolvimento futuro de Quatro Pontes, as quais deverão pautar os debates das duas próximas etapas do trabalho – a definição das diretrizes, estratégias de ocupação e gestão territorial e propostas; e a revisão da legislação vigente. São os seguintes os campos de atuação identificados:

- Questões relacionadas ao DESENVOLVIMENTO: necessidade de diversificação da economia e promoção do desenvolvimento sustentável (potencialidades levantadas) ;
- OCUPAÇÃO ORDENADA E SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO: definição estratégica da ocupação territorial e para o uso do solo privado; e prioridade para o saneamento básico
- ESTRUTURAÇÃO E QUALIDADE DO ESPAÇO PÚBLICA – sistema viário/mobilidade, áreas verdes e de lazer, equipamentos...
- Qualificação institucional (entendida como atividade meio para a consecução dos demais).

Em torno destes quatro eixos serão organizadas as propostas já obtidas e realizado debate final sobre o desenvolvimento futuro e legislação de Quatro Pontes. A figura seguinte expressa graficamente a interdependência destes quatro campos que será estruturadora na revisão da legislação e formulação do PAI.

Figura 24 - Campos de Atuação (eixos estratégicos) do Desenvolvimento Futuro de Quatro Pontes



Elaboração: Latus Consultoria

5 RELATÓRIO DAS ATIVIDADES REALIZADAS

A Fase II - Parte II que corresponde a finalização do diagnóstico – Leitura integrada da Realidade Municipal foi desenvolvida através de um conjunto de reuniões realizadas com equipes municipais e visitas às Secretarias para entrevistas com gestores responsáveis pelas pastas; e as reuniões comunitárias (participativas). Foi também realizada a Audiência Pública que leva o diagnóstico ao conhecimento da sociedade.

Apresentam-se na sequência as listas de presença, fotos e material de apresentação das reuniões participativas (as atas compõem o relatório) e entrevistas com gestores; e o registro da atividade de Audiência Pública contendo lista de presenças, apresentação e fotos.

5.1 REGISTRO DAS REUNIÕES DA LEITURA PARTICIPATIVA

5.1.1 LISTA DE PRESENÇA REUNIÃO COMUNITARIA LINHA SÃO JOSE

Revisão 2019

Plano Diretor Municipal

Quatro Pontes

LOTUS
CONSULTORIA, PESQUISA E ASSESSORIA DE PROJETOS LTDA.

REVISÃO DE PLANO DIRETOR MUNICIPAL - MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES /PR

DATA /HORA: 21/05/2019 LOCAL: Pavilhão Comunitário São José

PAUTA: Reunião Comunitária Linha São José, Souza, Nova Gramado

NOME:	TELEFONE/EMAIL:	REPRESENTAÇÃO:
Luana B. Tonadlu	3279 8116 luanabautl@hotmail.com	Eng Civil
JALDELINE	51-98446 6074	LOTUS
Marlene Hoffmann	99934 4545	Linha São José
Deborah Hoffmann	99906 3455	Linha São José
Seli Natter Hoffmann	99974 2530	Linha São José
Rosimar M. Hoffmann Menin	3279 1180	Linha São José
D. Natter	99 92 2530	Dr. Natter
Mario Diedrich	20-371-055-07	São José
Joanir Brand	99102 8948	São José
Anna Maria Simioni	99140 3618	São José
Eleuza Ayell	99940.2609	São José
Claudio Bernardi	98827 1598	Comuna Municipal
Claudemir Klath	98144 9872	São José
Reinaldo Jose Voigt	99959 4084	São José
Thalita Voigt	99742 2742	São José Vitorino
Pedro Metz	99921 9158	Dep. Engenharia

Revisão 2019

Plano Diretor Municipal

LOTUS

CONSULTORIA, PESQUISA E ASSESSORIA DE PROJETOS LTDA.

Quatro Pontes

REVISÃO DE PLANO DIRETOR MUNICIPAL - MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES /PR

DATA /HORA: 21/05 - 14hs LOCAL: PAV. COMUNITÓRIO SÃO JOSÉ

PAUTA: REUNIÃO COMUNITÁRIA - LINHA SÃO JOSÉ

NOME:	TELEFONE/EMAIL:	REPRESENTAÇÃO:
Divaru Pletsch	9 9908-3805	Gabinete
Darci José h. Bonfleal	999454381	Departamento Esporte e Cultura
Tiago Fernando Manzel	45 995078609	- Vice Prefeito
Sirlei Wiebert	99955-7006	Prefeitura
Adriana Wiebert Bregoli	991392966	Prefeitura

5.1.2 LISTA DE PRESENÇA REUNIÃO COMUNITARIA LINHA FLOR DA SERRA

Revisão 2019

Plano Diretor Municipal

Quatro Pontes

LATUS
CONSULTORIA, PESQUISA E ASSESSORIA DE PROJETOS LTDA.

REVISÃO DE PLANO DIRETOR MUNICIPAL - MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES /PR

DATA /HORA: 22/05 14hs

LOCAL: SALÃO COMUNITÁRIO LINHA FLOR DA SERRA

PAUTA: EXPECTATIVAS E DEMANDAS LOCAIS PARA PDM.

NOME:	TELEFONE/EMAIL:	REPRESENTAÇÃO:
JACQUELINE	051.98446.6074	LATUS
WILSON L. RIEGER	(43) 99800-2187 WAIS	
Ari Ino Gilbert	99955 4991	
GIANPEI BOBEK	98848-8467	Ter. Agricola
Rudi Kuhs	99998-0297	
[illegible]	99970 [illegible]	
[illegible]	99113 2044	Secretário 12º Hobras
[illegible]		
Marcio [illegible]	98821 5598	Câmara de Vereadores
[illegible]		Fiscal Obras / Vereador
G. Olmar Inácio Klein		G. Olmar Z. Klein
[illegible]	99805 5814	
Ivalirma Keilah	98805 6750	
Marlo Modelmann Domit	99940 4735	
Clemilce Motolano	9-9921 9559	Sec. Desenv. Social
[illegible]	99397-0379	Sec. Desenvolv. Social

Revisão 2019

Plano Diretor Municipal

LOTUS
CONSULTORIA, PESQUISA E ASSESSORIA DE PROJETOS LTDA.

Quatro Pontes

REVISÃO DE PLANO DIRETOR MUNICIPAL - MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES /PR

DATA /HORA: 22/05 14h.

LOCAL: SALÃO COMUNITÁRIO FLOR DA SERRA

PAUTA:

NOME:	TELEFONE/EMAIL:	REPRESENTAÇÃO:
Fátima Borth	(45) 99955-2736	Sec. Desenv. Social
Sonia T. Wickert	(45) 99955-7006	Gabinete - Prefeitura
Araceli Sauchert	(45) 99158 5573	Secretaria Educação Cultura e Esportes
Adriana L. Bugeli	(45) 99139 2966	Prefeitura

Revisão 2019

Plano Diretor Municipal

LATUS
CONSULTORIA, PESQUISA E ASSESSORIA DE PROJETOS LTDA.

Quatro Pontes

REVISÃO DE PLANO DIRETOR MUNICIPAL - MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES /PR

DATA /HORA: 23/05 - 19:30hs LOCAL: CASA DE CULTURA

PAUTA: REUNIÃO COMUNITARIA - URBANA

NOME:	TELEFONE/EMAIL:	REPRESENTAÇÃO:
JACQUELINE MENEGASSI	51-98416-6074	LATUS
Sirlei Nylend Wichert	99955-7006	Prefeitura - Gabinete
Pedrinho Jonell	99978-4451	Câmara
Edilson V. Reinke	99811792	
Marcio Birkreuer	99851 3224	
Schuito G. Bongkuszmurski	98808-2215	Educação
ARACELI BASPO TAUCHERT	991585573	Secr. Educação, Cultura e Esportes
Silverio Serrien	988220170	Comércio
Arno Paulo Geimling	3279-13-60	Arno Paulo Geimling
Noeli Beatriz Radtke	998038346	Esporte - Associação - Vilas
Daniel Radtke	045 988262377	
Alberto Finelli	32791371	
NELDA S. MATHAUS	999789275	ITA
Alcione C. Thomas	988063390	Sangel Fundo
Armando Geimling	988164636	
Alberto Thomas	3279 1058	Centro

Revisão 2019

Plano Diretor Municipal

LATUS

CONSULTORIA, PESQUISA E ASSESSORIA DE PROJETOS LTDA.

Quatro Pontes

REVISÃO DE PLANO DIRETOR MUNICIPAL - MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES /PR

DATA /HORA: 23/05 - 19:30 LOCAL: CASA CULTURA

PAUTA: REUNIÃO COMUNITÁRIA - URBANA

NOME:	TELEFONE/EMAIL:	REPRESENTAÇÃO:
Meiza Reichert	99932823 6	Clube de Mães -> Itá
Maliza Benk Muller	988199661	
ADRIANA LORMEN BACCCA.	99134-0994	INDÚSTRIA
Dr. GELMIR LUIZ BRESOLIN	9.98129817	ASSEMBLEIA DE DEUS.
Marco A. [illegible]	99997 0377	
Lucio [illegible]	981299662	condomínio São João

5.1.4 LISTA DE PRESENÇA REUNIÃO COMISSAO DE ACOMPANHAMENTO

Revisão 2019

Plano Diretor Municipal

Quatro Pontes

latus

CONSULTORIA, PESQUISA E ASSESSORIA DE PROJETOS LTDA.

REVISÃO DE PLANO DIRETOR MUNICIPAL - MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES /PR

DATA /HORA: 23/05 - 08:30h

LOCAL:

PAUTA: REUNIÃO CONSELHO - COMISSÃO ACOMPANHAMENTO

NOME:	TELEFONE/EMAIL:	REPRESENTAÇÃO:
Adriana Brugnari	99139 2966	Prefeitura
Sirlei M. Wickert	99955-7006	Gabinete Prefeitura
Marcelo Schaeffer	98807 6155	Sec. Meio Ambiente
Alberson [illegible]	3279 8116	Engenharia
Luiz Paulo Benedetti	99905-5069	Sec. Finanças
Juliano Lang	58814 8878	CONTADOR
Louis R. Kuhnen	99134 1624	AGRO PRECUARIA
Reinaldo Marchan		FISCAL OBRAS / VEREADOR
Gianoreli Dutek	99828 8407	Pet. Agricola
Rudi Evans	99998-0287	DES. ECONÔMICO
Bruna [illegible]	3279 8116	Engenharia
Giovani Marian Garcia	99984-0450	PETRAN
Luiz Henrique Bueno Filho	99920 5620	Sinc. Pão Fornecedor
Márcia C.H. Souza	99908-7872	Márcia Souza
Odair [illegible]	99997-0373	Adm. Social
Adrian Fernando Reitz	3254-8116	Dep. Engenharia

23/05/2019 - REUNIÃO CONSELHO-COMISSÃO.

Nair Lermen 32791206

Lauciane D.S. Gerhard 999320111 - Assistência Social

Fátima Borth 99955-2736 - Assist Social

Luiz Nelson Kraemer. 3279-8138 - Assistente Administrativo.

5.1.5 REGISTRO FOTOGRÁFICO REUNIÕES PARTICIPATIVAS

Reunião Comunitária Rural – Flor as Serra

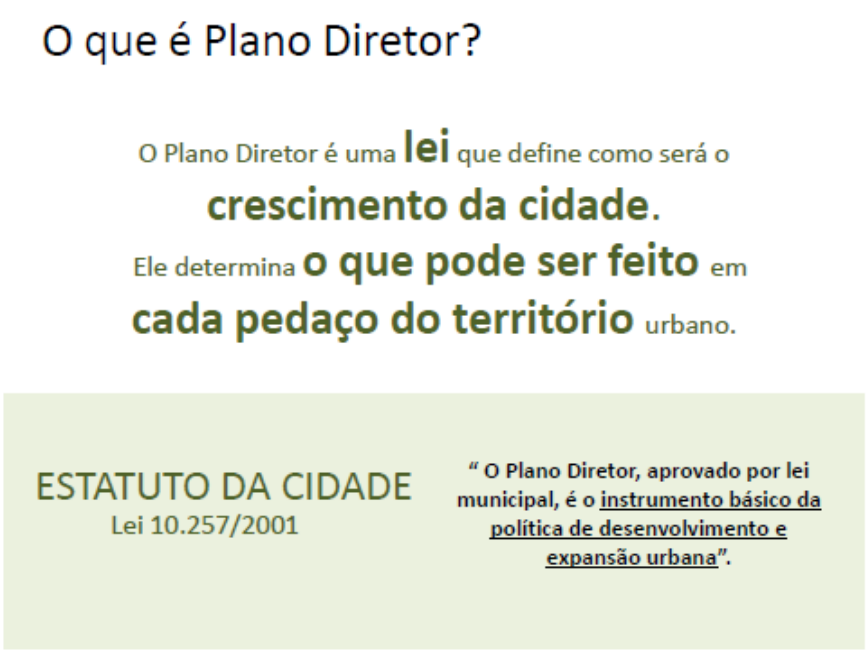
Reunião Comunitaria Sede Urbana

Reunião Participativa Comissão de Acompanhamento

Registro: Latus consultoria

5.1.6 APRESENTAÇÕES REUNIÕES PARTICIPATIVAS

REUNIÃO COMUNIDADES RURAIS:



Porque precisamos?

Para **planejar o futuro** da cidade

Para superar os problemas estabelecendo orientações para suas soluções...

Para valorizar seus potenciais e os elementos que são importantes para a sociedade...

Para orientar seu crescimento e fazer com que o território seja ocupado de forma equilibrada, justa e sustentável...

Para reservar áreas para lazer e para os equipamentos de saúde, educação ...

Para garantir a preservação dos seus bens ambientais e culturais

Como deve ser feito?

Para que o Plano Diretor contemple as expectativas da população, sua elaboração deve ser **feita de forma participativa** contemplando todos os segmentos da sociedade e construindo um **Pacto Social** .

Um Projeto de Cidade
construído por técnicos, gestores e pela sociedade:
Um Pacto Social

Informações+expectativas+demandas

Leitura Técnica
+
Leitura Comunitária

Proposições

O objetivo da reunião

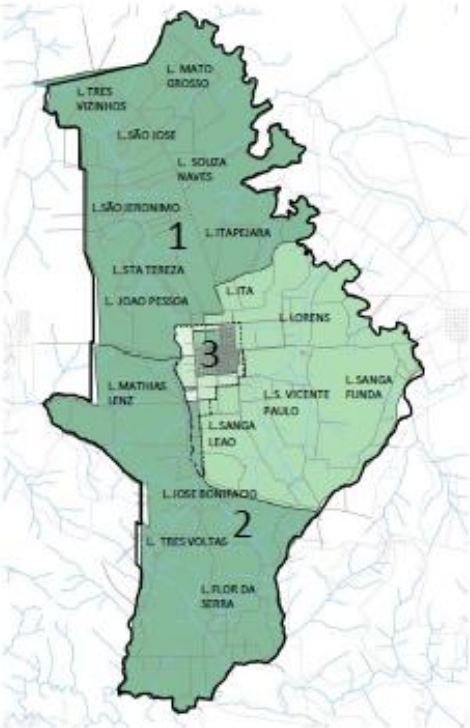
Leitura Comunitária

2 Reuniões Comunitárias na zona Rural

1 Reunião Comunitária na Área Urbana

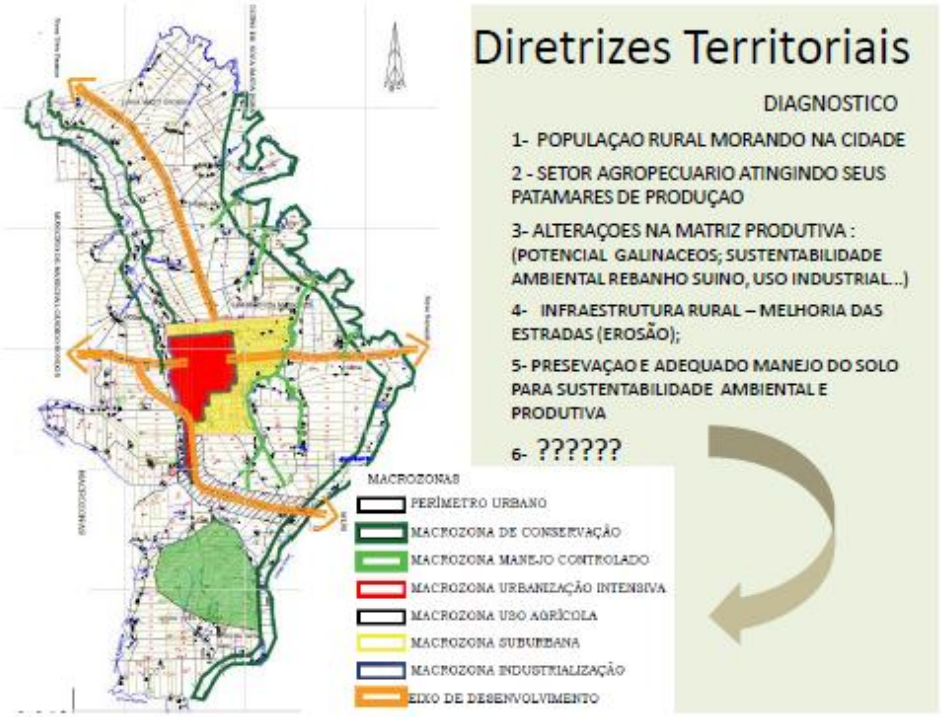
1 Reunião c/Agentes do Desenvolvimento

Aplicação de Questionários



Aspectos físico-ambientais
Áreas/Locais Valor Ambiental
Limitações Ambientais

Estruturação
Rede Viária
Equipamentos
Agua/Saneamento
Marechal Rondon
Toledo
EQUIPAMENTOS
LIMITE MUNICIPAL


Diretrizes Territoriais
DIAGNOSTICO
1- POPULAÇAO RURAL MORANDO NA CIDADE
2 - SETOR AGROPECUARIO ATINGINDO SEUS PATAMARES DE PRODUÇAO
3- ALTERAÇOES NA MATRIZ PRODUTIVA : (POTENCIAL GALINACEOS; SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL REBANHO SUINO, USO INDUSTRIAL...)
4- INFRAESTRUTURA RURAL – MELHORIA DAS ESTRADAS (EROSÃO);
5- PRESEVAÇAO E ADEQUADO MANEJO DO SOLO PARA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E PRODUTIVA
6- ??????
MACROZONAS
PERÍMETRO URBANO
MACROZONA DE CONSERVAÇÃO
MACROZONA MANEJO CONTROLADO
MACROZONA URBANIZAÇÃO INTENSIVA
MACROZONA USO AGRÍCOLA
MACROZONA SUBURBANA
MACROZONA INDUSTRIALIZAÇÃO
EIXO DE DESENVOLVIMENTO

Desenvolvimento Sustentável: O que voce espera para o Futuro

QUESTIONÁRIO

1) O que faz de Quatro Pontes uma cidade BOA DE SE VIVER, na sua opinião?
(MARQUE NO MÁXIMO 3 ITENS):

a. ( ) a localização da cidade, próxima a importantes vias estaduais e cidades;
b. ( ) a segurança urbana;
c. ( ) a tranquilidade dos bairros;
d. ( ) a oferta de infraestrutura básica como: água, energia, saneamento, etc.
e. ( ) a oferta de áreas de lazer, praças e parques públicos;
f. ( ) a oferta de serviços municipais de qualidade como: educação e saúde;
g. ( ) a oferta de emprego;
h. ( ) a oferta de moradia;
i. ( ) a oferta de áreas de cultivo;
j. ( ) o transporte público;
k. ( ) o sistema viário;
l. ( ) o comércio;
m. ( ) outros motivos. Quais? _____
_____
_____

2) Quais são os principais PROBLEMAS de Quatro Pontes, na sua opinião?
(MARQUE NO MÁXIMO 3 ITENS):

a. ( ) carência de locais de trabalho que ofereçam emprego aos moradores;
b. ( ) falta de áreas de lazer ou para prática de esportes;
c. ( ) falta de infraestrutura e/ou saneamento;
d. ( ) alagamentos, enchentes;
e. ( ) lixo, falta de limpeza, falta de manutenção;
f. ( ) falta de transporte coletivo;
g. ( ) falta de transporte escolar;
h. ( ) falta de escolas ou postos de saúde;
i. ( ) pavimentação ruim, buracos, falta de calçadas;
j. ( ) trânsito intenso de veículos pesados;
k. ( ) violência, assaltos, etc;
l. ( ) proximidade com lavouras, agrotóxicos, atividades pecuaristas;
m. ( ) outros. Quais? _____
_____
_____

QUESTIONÁRIO

3. Avalie como é a infraestrutura e serviços no seu bairro quanto a disponibilidade de equipamentos:

	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo
a- Esgotamento Sanitário	☐	☐	☐	☐	☐
b- Agua	☐	☐	☐	☐	☐
c- Energia Elétrica / Iluminação Publica	☐	☐	☐	☐	☐
d- Drenagem	☐	☐	☐	☐	☐
e- Recolhimento e Destino do Lixo	☐	☐	☐	☐	☐
f- Educação	☐	☐	☐	☐	☐
g- Saúde	☐	☐	☐	☐	☐
h- Lazer	☐	☐	☐	☐	☐
i- Comunicação	☐	☐	☐	☐	☐
j- Transporte Publico	☐	☐	☐	☐	☐

4- Quais os temas são mais importantes para serem tratados no âmbito do Plano Diretor ? (numere suas 2 prioridades)

Desenvolvimento Municipal	☐	Meio Ambiente e Saneamento	☐
Estruturação Urbano e Rural	☐	Sistema Viário e Mobilidade	☐
Habitação e Questão Fundiária	☐	Gestão do solo	☐

5- Voce gostaria de sugerir algumas propostas para o futuro do município de Quatro Pontes e para seu Plano Diretor?

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

OBRIGADO pela presença!!!

PREFEITURA MUNCIPAL DE QUATRO PONTES

PLANO DIRETOR MUNICIPAL

ELABORADO POR:

CONTATO
(51) 98416-6074
laus@latus.com.br
www.latus.com.br

APRESENTAÇÃO REUNIÃO COMUNIDADE URBANA:

O que é Plano Diretor?

O Plano Diretor é uma **lei** que define como será o **crescimento da cidade.** Ele determina **o que pode ser feito** em **cada pedaço do território** urbano.

ESTATUTO DA CIDADE
Lei 10.257/2001

" O Plano Diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana".

Porque precisamos?

Para **planejar o futuro** da cidade

Para superar os problemas estabelecendo orientações para suas soluções...

Para valorizar seus potenciais e os elementos que são importantes para a sociedade...

Para orientar seu crescimento e fazer com que o território seja ocupado de forma equilibrada, justa e sustentável...

Para reservar áreas para lazer e para os equipamentos de saúde, educação ...

Para garantir a preservação dos seus bens ambientais e culturais

Como deve ser feito?

Para que o Plano Diretor contemple as expectativas da população, sua elaboração deve ser **feita de forma participativa** contemplando todos os segmentos da sociedade e construindo um **Pacto Social** .

O objetivo da reunião

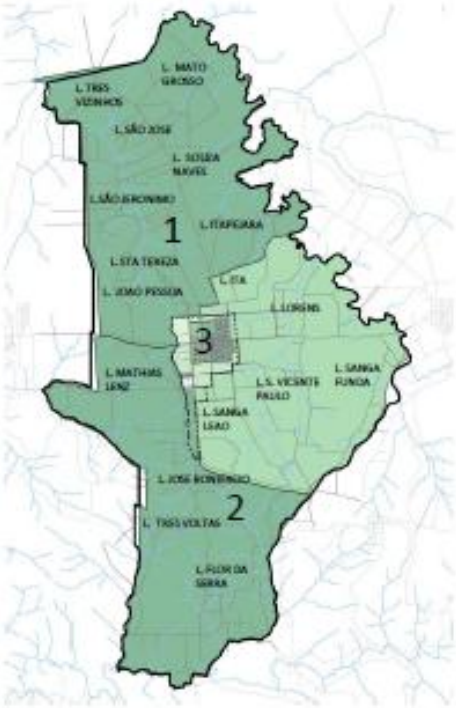
Leitura Comunitária

2 Reuniões Comunitárias na zona Rural

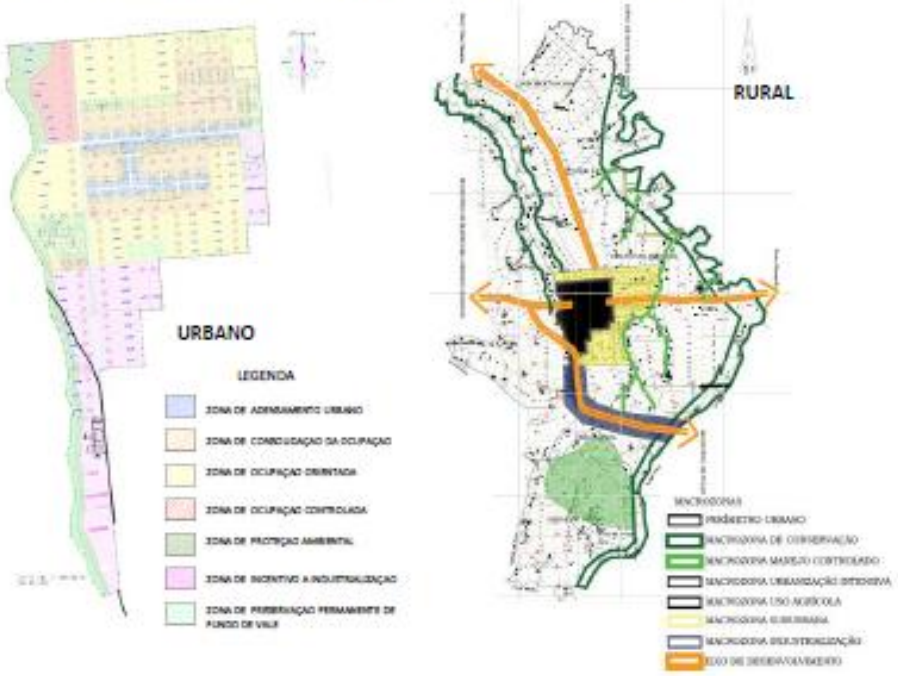
1 Reunião Comunitária na Área Urbana

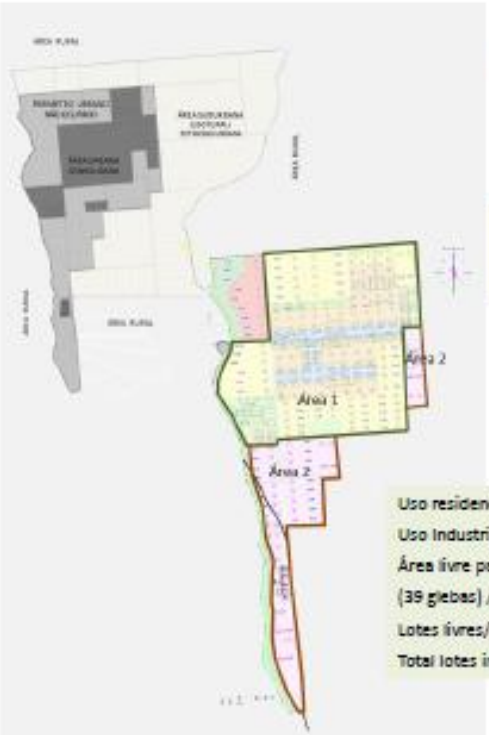
1 Reunião c/Agentes do Desenvolvimento

Aplicação de Questionários



USO E OCUPAÇAO DO SOLO – ZONEAMENTO E MACROZONEAMENTO



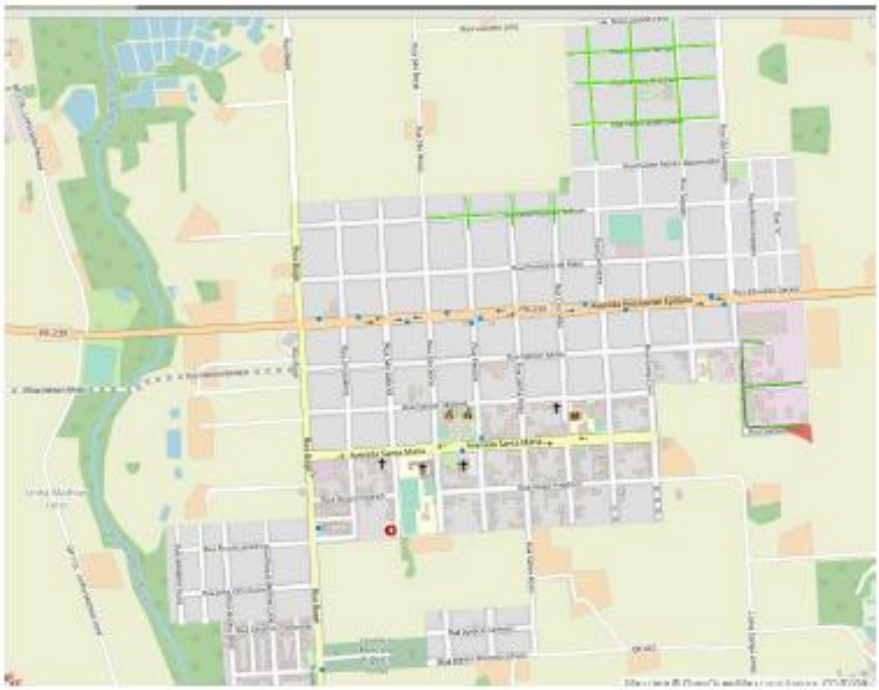


Capacidade de adensamento do perímetro urbano

Mantida a tendências atual, o atual perímetro urbano comporta crescimento populacional e demais atividades para além do ano de 2040 (nos últimos 5 anos foram edificadem media 42 unidades /ano)

Uso residencial (Área 1) = 269 ha
Uso Industrial (Área 2) = 98 ha
Área livre para parcelamento = 142 ha
(39 glebas) / Estimativa = 2.100 lotes
Lotes livres/área consolidada = 700 lotes
Total lotes implantados = 1.960 uso residencial

Qualidade de vida na área urbana
Acesso aos serviços urbanos:
- Infraestrutura urbana,
- Serviços e equipamentos públicos,
- Acesso a educação, saúde, assistência social...
- Saneamento e meio ambiente,
- Comercio e serviços (privado)
- Trabalho...
USO INSTITUCIONAL / PRAÇAS
EIXOS MISTOS/COMERCIO
USO INDUSTRIAL IMPLANTADO
APARTAMENTOS (LOCALIZAÇAO APROXIMADA/SETOR CENSITARIO)



Desenvolvimento Sustentável: O que voce espera para o Futuro

OBRIGADO pela presença!!!

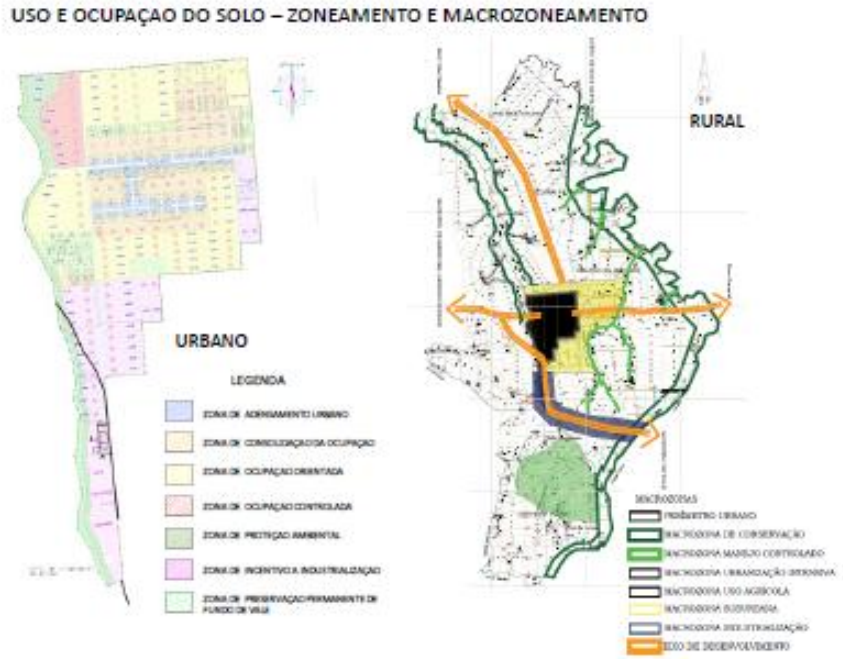
PREFEITURA MUNCIPAL DE QUATRO PONTES

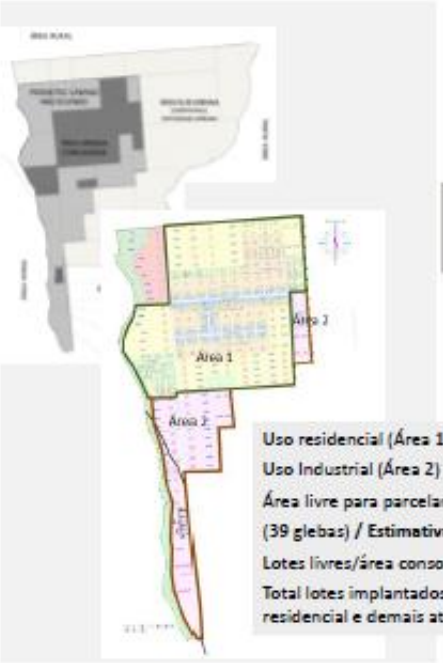
PLANO DIRETOR MUNICIPAL

ELABORADO POR:

CONTATO
(51) 98416-6074
laus@latus.com.br
www.latus.com.br

APRESENTAÇÃO COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO:





Capacidade de adensamento do perímetro urbano

Mantida as tendências o atual perímetro urbano comporta crescimento populacional e demais atividades para além do ano de 2040 (nos últimos 5 anos foram edificadas em media 42 unidades /ano; e estima-se capacidade de adensamento de cerca de 2100 lotes só **para uso residencial)**) (próximos 50 anos)

Uso residencial (Área 1) = 269 ha

Uso Industrial (Área 2) = 98 ha

Área livre para parcelamento = 142 ha

(39 glebas) / **Estimativa = 2.100 lotes**

Lotes livres/área consolidada = 700 lotes

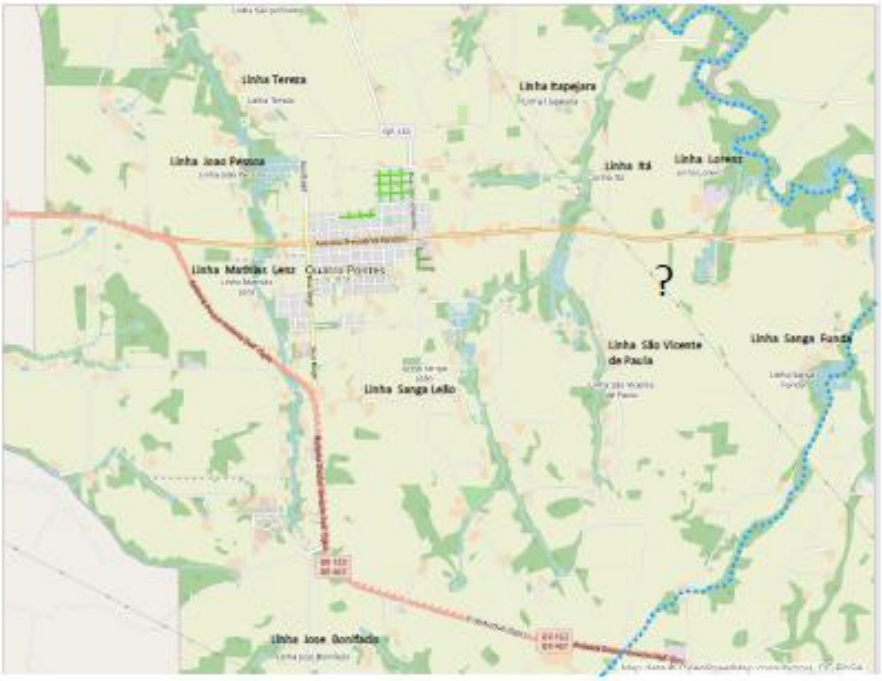
Total lotes implantados = 1.960 em área de uso residencial e demais atividades (exceto industrial)

PDM - MACROZONEAMENTO

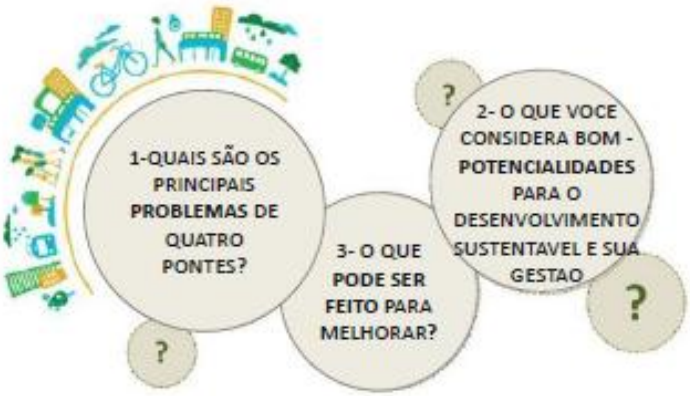
Estabelece uma **"Macrozona de Industrialização"** e define principais eixos viários de acesso ao município como **"Eixos de Desenvolvimento"**

Estabelece as **"Macrozonas de Conservaçao com manutenção das APPs do Arroio Quqtro Pontes, Arroio Guaçu e Sanga Funda"**

Estabelece uma **Macrozona de Manejo Controlado** em território de maior fragilidade ambiental

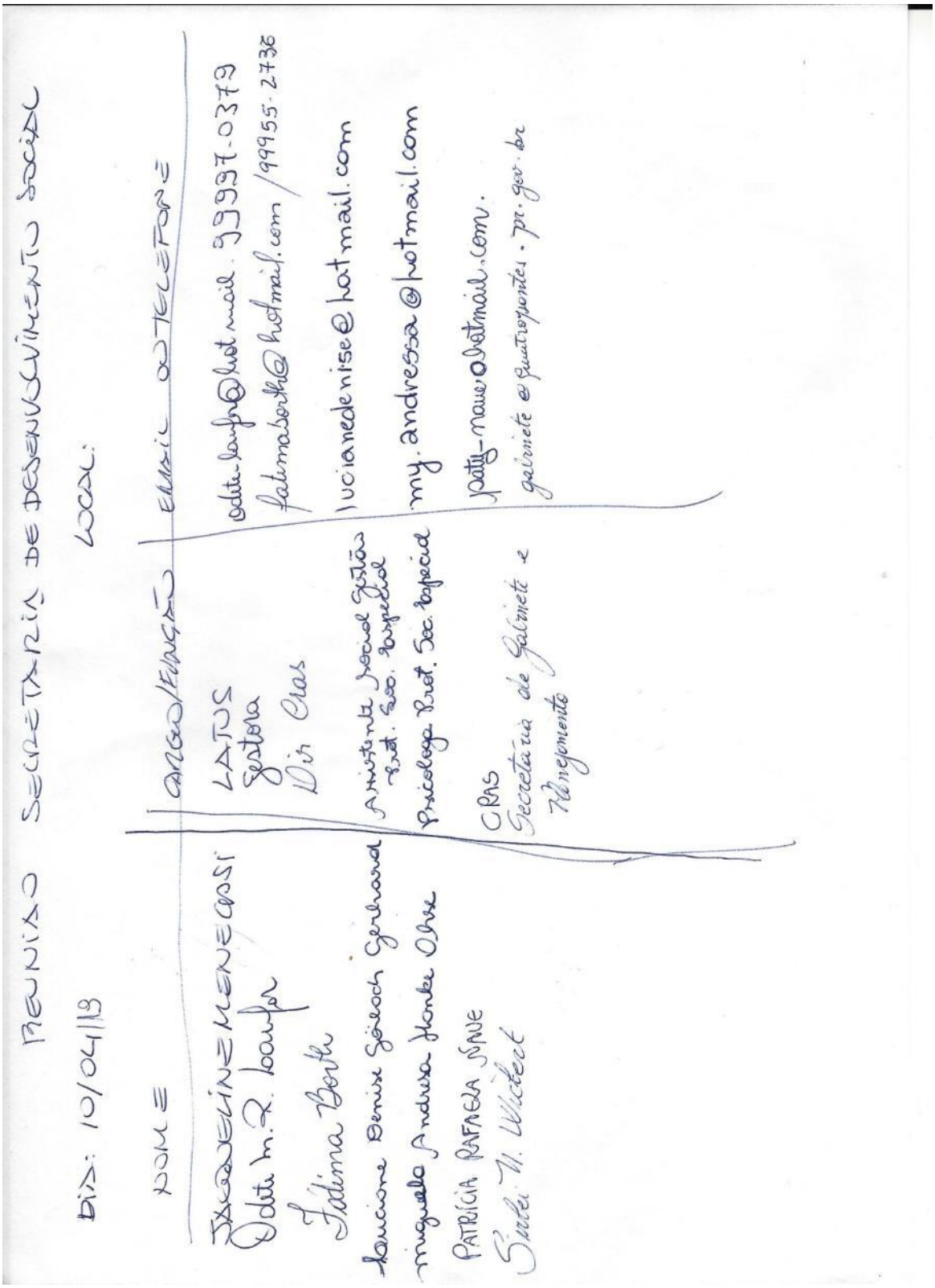


Desenvolvimento Sustentável: Quais os temas prioritários para o desenvolvimento e gestão de Quatro Pontes no PD



5.2 REGISTRO DAS REUNIÕES SECRETARIAS

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL



REUNIÃO SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

DIA: 10/04/13 LOCAL:

NOME	ORGÃO/FUNÇÃO	EMAIL OU TELEFONE
Jacqueline Menegassi	LATUS Gestora	odete.lourenço@hotmail.com 99997-0379
Odete M. R. Lourenço	Dir Cras	fatimaborth@hotmail.com /99955-2736
Fátima Borth	Assistente Social Gestão Prot. Sec. Especial	luciane denise@hotmail.com
Luciane Denise Gerhardt	Psicóloga Prot. Sec. Especial	my.andressa@hotmail.com
Miguelão Andressa Honke Olsse	CRAS Secretária de Gabinete e Planejamento	patty_mauro@hotmail.com.
PATRÍCIA RAFAELA MAUE		gabinete@quatroportas.pr.gov.br
Sandra M. Wieczerak		

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

REUNIÃO SECRETARIA SAÚDE

DIA 10/04 LOCAL: SECRETARIA SAÚDE

NOME	FUNÇÃO	TELEFONE
Dirce M. Francoeur	Assistente Adm.	98803 9320
Aldiva Oliveira	Diretora Centro Saúde	9-9845-8279
Moises J. [illegible]	SMS	9 99970377
Sirlei M. Wickert	Secretária Gabinete e Planejamento	99955-7006
JACQUELINE	LATOS	

Revisão 2019

Plano Diretor Municipal

Quatro Pontes

LATUS

CONSULTORIA, PESQUISA E ASSESSORIA DE PROJETOS LTDA.

REVISÃO DE PLANO DIRETOR MUNICIPAL - MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES /PR

DATA /HORA:

LOCAL:

PAUTA: Reunião Secretaria Educação, Cultura e Lazer

NOME:	TELEFONE/EMAIL:	REPRESENTAÇÃO:
Ana Elaine Kreischer	51 - 98416 6074	LATUS
Dari José h. Bonfiolli	45 99945438 1	
Arcadi Basso Bauchert	45 - 99138 5573	Sec. Educação Cult. Esportes

5.3 REGISTRO DA AUDIENCIA PÚBLICA

5.3.1 MEMÓRIA DE REUNIÃO

Aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas e trinta minutos, na Câmara de Vereadores do Município de Quatro Pontes, teve início a segunda Audiência Pública do processo de revisão do Plano Diretor Municipal com o objetivo de dar conhecimento e debater o Diagnóstico da Realidade Municipal realizado pelas equipes municipais e consultoria contratada com a participação de demais agentes privados, sociedade civil organizada e comunidades. O evento teve início com a abertura realizada pela Sra. Secretaria de Gabinete e Planejamento Municipal, Sra. Sirlei Wickert que agradecendo a presença de todos resgatou o trabalho já realizado apresentando os objetivos do evento em curso. Na sequência passou a palavra para a representante da empresa contratada, Arq. Jacqueline, que deu início ao trabalho de apresentação do diagnóstico.

Tendo por referência a apresentação que acompanha este relato, a arquiteta organizou sua fala em 4 momentos: (i) resgate da metodologia e processo: (ii) a leitura técnica realizada; (iii) a leitura participativa; (iv) e os temas preliminarmente identificados como prioritários.

A apresentação transcorreu sem questionamentos, e ao final, apesar de ter sido passada a palavra aos presentes para questionamentos, complementações e/ou oposição ou desacordo ao apresentado, não houve manifestações. A arquiteta destacou que a etapa de propositiva que vai estabelecer os novos conteúdos do plano diretor e legislações complementares inicia com base nesta formulação inicial dos temas prioritários.

A Sra. Secretária indagou novamente aos presentes quanto ao apresentado e sem manifestação, passou à atividade subsequente programada.

Segue lista de presenças e registro fotográfico.

Revisão 2019

Plano Diretor Municipal

LATUS
CONSULTORIA, PESQUISA E ASSESSORIA DE PROJETOS LTDA

Quatro Pontes

REVISÃO DE PLANO DIRETOR MUNICIPAL - MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES

DATA /HORA: 05/08/2019 19:30 horas LOCAL: Quatro Pontes, Camara de Vereadores

PAUTA: Segunda Audiência Pública da Revisão do Plano Diretor

NOME:	TELEFONE/EMAIL:	REPRESENTAÇÃO:
Luana Da Tenzolen	3279-8116	Eng Civil - Prefeitura
Adriana K. Bugoski	9139 2966	Prefeitura
Rosa Maria Sulzbach	988076055	Prefeitura
[illegible] Wiebert	99955-7006	Prefeitura
Mauro Bernardi	988281598	Câmara De Vereadores
Odetin R Lauer	99937 0379	Gestora
Fátima Borth	99955-2736	Assistencia Social
Lucio Friderel	2379.1023	Conselheira
Necio Muller	988199661	Condomino São João
Melissa Borth Muller	988 199661	Condominio São João
Rosana Stolte	99846 6946	Cond. São João
Pedrinho Vanelli	99978.4451	Câmara de Vereadores
Selso Franzoni	99936 9009	" Vereador
Alberto Finck	3279 1371	Agricultor
Rudi Kuss	9998-0387	Prefeitura
Jaime L Vendrey	98831-8113	Linha São João

Revisão 2019

Plano Diretor Municipal

LATUS

CONSULTORIA, PESQUISA E ASSESSORIA DE PROJETOS LTDA

Quatro Pontes

REVISÃO DE PLANO DIRETOR MUNICIPAL - MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES

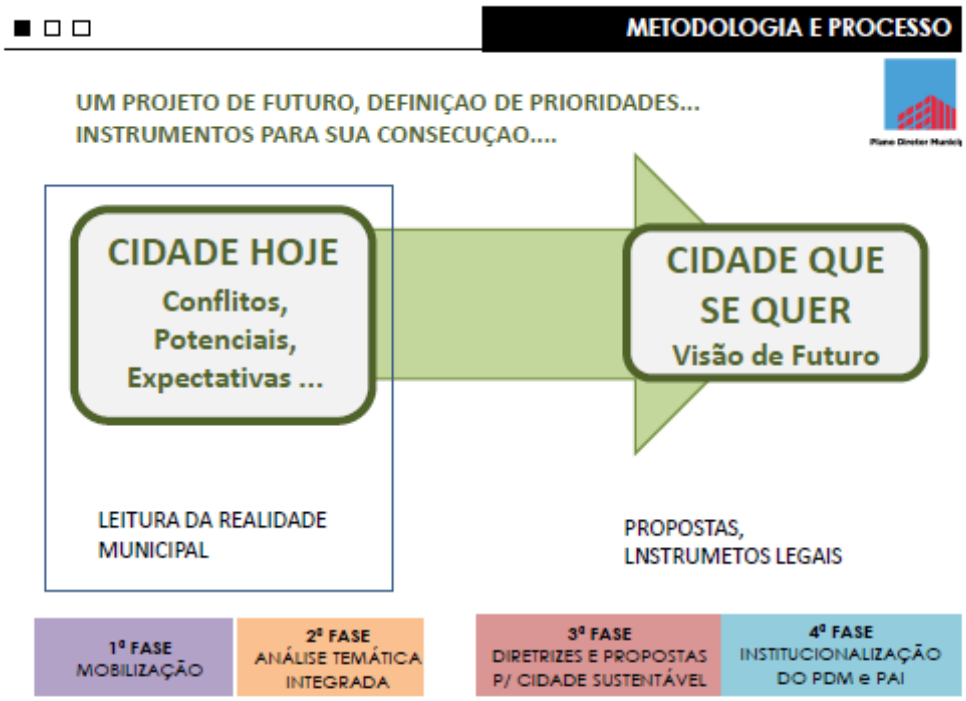
DATA /HORA: 05/08/2019 17:30 horas LOCAL: Auditório Câmara de vereadores

PAUTA: Segunda Audiência Pública no Processo do Plano Diretor

NOME:	TELEFONE/EMAIL:	REPRESENTAÇÃO:
César Seidel	(45) 9137-0692	Vereador
DANIEL S. K. HAUERROTH	99970 1750	comunidade
Nerio José Brill	99107 6079	comunidade
Domitilio S. Bresolin	99111 2340	Comunidade de Comércio
Jorge Brum	988041 5738	Joyce Brum
[illegible]	(45) 99946820	[illegible]
[illegible]	999959313	[illegible]
GELMIR BRESOLIN	998129817	[illegible]
[illegible]	991133044	VIAÇÃO E OBRAS
GUSTAVO BORCHERT	45 9 9990 - 8842	VEREADOR
Solange Jardes Ferreira	999701769	Vereadora
Silvia Roldan	998055814	finanças
Marcelo [illegible]	999321330	AGRICULTOR SOUZA NAVES
[illegible]	98817-2740	Prefeitura
Fernanda Juna	99831-1185	Comunidade
JULIANE DINIZ	—	LATUS

5.3.3 REGISTRO FOTOGRÁFICO

5.3.4 APRESENTAÇÃO


METODOLOGIA E PROCESSO
UM PROJETO DE FUTURO, DEFINIÇAO DE PRIORIDADES...
INSTRUMENTOS PARA SUA CONSECUÇAO....
CIDADE HOJE
Conflitos,
Potenciais,
Expectativas ...
CIDADE QUE SE QUER
Visão de Futuro
LEITURA DA REALIDADE MUNICIPAL
PROPOSTAS,
LNSTRUMETOS LEGAIS
1ª FASE
MOBILIZAÇÃO
2ª FASE
ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA
3ª FASE
DIRETRIZES E PROPOSTAS P/ CIDADE SUSTENTÁVEL
4ª FASE
INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDM e PAI

LEITURA DA REALIDADE MUNICIPAL - DIAGNOSTICO
1
LEITURA TÉCNICA P/ EIXOS TEMÁTICAS
2
LEITURA PARTICIPATIVA
3
ANALISE INTEGRADA
QUESTÕES PRIORITÁRIAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E PARA A LEGISLAÇÃO

LEITURA DA REALIDADE MUNICIPAL

1. LEITURA TECNICA

- Desenvolvimento Sócio - Econômico e Inserção Regional
- Aspectos do Ambiente Natural e Saneamento Básico
- Uso Do Solo e Estruturação Urbano- Rural
- Capacidades Institucional

Latus

Quatro Pontes

I. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONOMICO E INSERÇAO REGIONAL

DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

UMA REGIAO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO – RMT
UMA LOCALIZAÇAO PRIVILEGIADA EM EIXO DE POTENCIAL DIVERSIFICAÇAO

Quatro Pontes se insere em uma região de desenvolvimento crescente – a RMT, e em uma localização privilegiada junto a importantes rodovias de acesso regional e local. As rodovias BR163/PR467 e PR239 que interligam os municípios de Marechal Candido Rondon e Toledo atravessam o município de Quatro Pontes no sentido leste a oeste, configura-se como potencial eixo de desenvolvimento regional..

INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO-RMT

- Ocupa a 5ª (quinta) colocação em contribuição no PIB Estadual (3,8%)
- Tem a maior Produção Agropecuária contribuindo com 8,1% do VAB Agropecuário do Estado
- O PIB per capita corresponde a R$ 34.750,00, o 2º maior dentre as regiões. Perde somente para RMC (R$42.536,00)
- No período 2002-2016 a RMT praticamente manteve-se neste posto, de 2º maior PIB per capita alternando, em poucos períodos, com Londrina e Cascavel.

DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

PERFIL ECONOMICO MUNICIPIO e INSERÇAO REGIONAL

Quatro Pontes vem se destacando por apresentar **indicadores de desenvolvimento** bastante positivos, situando-se acima das médias estadual e regional.

O PIB PERCAPITA de Quatro Pontes, ocupa a sexta posição dentre os 18 munícipio da RMT, com **renda per capita** correspondente a R$ 39.848,00. Está acima das medias da região (R$ 39.188,00) e do estado do Paraná (R$ 35.726,00).

A população desocupada correspondia, em 2010, a menos de 1% da PEA. No período de dez anos (2008-2018) foram acrescidas 276 vagas no mercado de trabalho.
O GRAU DE FORMALIZAÇÃO DOS OCUPADOS cresceu para 73,5% em 2010.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Quatro Pontes é 0,791 (2010), o que situa o município na faixa de Alto Desenvolvimento Humano. O município **ocupa a terceira colocação no ranking estadual e a primeira colocação na RMT..**

A dimensão que mais contribui para o IDHM do município foi Longevidade, com índice de 0,838, seguida de Renda, com índice de 0,790, e de Educação, com índice de 0,748. Na ultima década (2010) o indicador que apresentou maior crescimento foi a renda e na anterior (2000) foi educação.

O indicador de maior evolução 91-2010 foi educação que passou de 0,273 para 0,784. A educação é um quesito importante para se destacar posto que depende diretamente das políticas publicas

DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

IPDM – ÍNDICE IPARDES DE DESEMPENHO MUNICIPAL

Quatro Pontes (0,7662) ocupa a 3º posição no ranking dos municípios da Região Metropolitana de Toledo ficando atrás de Palotina (0,8092) e Toledo (0,7978). Consideradas as três dimensões que compõem o índice apresenta o melhor desempenho municipal na dimensão Saúde (0,8916), seguida da dimensão Educação (0,8799). O pior desempenho do município é na dimensão Emprego, Renda e Produção Agropecuária (0,5271).

Localidade	IPDM		Emprego -Renda		Educação		Saúde	
	2010	2015	2010	2015	2010	2015	2010	2015
Toledo	0,7406	0,7978	0,648	0,662	0,7963	0,8912	0,7774	0,8401
Quatro Pontes	**0,7003**	**0,7662**	**0,5319**	**0,5271**	**0,7947**	**0,8799**	**0,7742**	**0,8916**
Marechal C. Rondon	0,6765	0,764	0,5759	0,5956	0,7554	0,876	0,6982	0,8204

OBS: na dimensão Emprego, Renda e Produção Agropecuária as variáveis relacionadas ao salário médio, ao emprego formal e à renda da agropecuária

ESTRUTURA FUNDIARIA/ ESTRUTURA PRODUTIVA

PEQUENAS E MEDIAS PROPRIEDADES

Segundo IBGE (2017) são 9.338.526 ha, em 365 estabelecimentos agropecuários.

UTILIZAÇÃO DA TERRA	
Lavouras	
Permanentes	79 estabelecimentos
Temporárias	284 estabelecimentos
Área para cultivo de flores	5 estabelecimentos
Pastagens	
Naturais	159 estabelecimentos
Plantadas em boas condições	136 estabelecimentos
Plantadas em más condições	1 estabelecimento
Matas ou florestas	
Naturais	17 estabelecimentos
Naturais destinadas a preservação permanente ou reserva legal	153 estabelecimentos
Florestas plantadas	9 estabelecimentos

PRINCIPAIS LAVOURAS

SOJA, MILHO, TRIGO, MANDIOCA... .

PECUÁRIA

BOVINO, SUINOS, GALINACEOS ....

MACROZONEAMENTO

Estratégias Territoriais p/o Desenvolvimento

Na avaliação dos gestores a agricultura já está no seu ápice. Talvez maior desenvolvimento poderá ser sustentado pelo aumento da pecuária/rebanhos, especialmente galináceas que trazem menor impacto que suínos. A piscicultura, também pode ser fomentada.

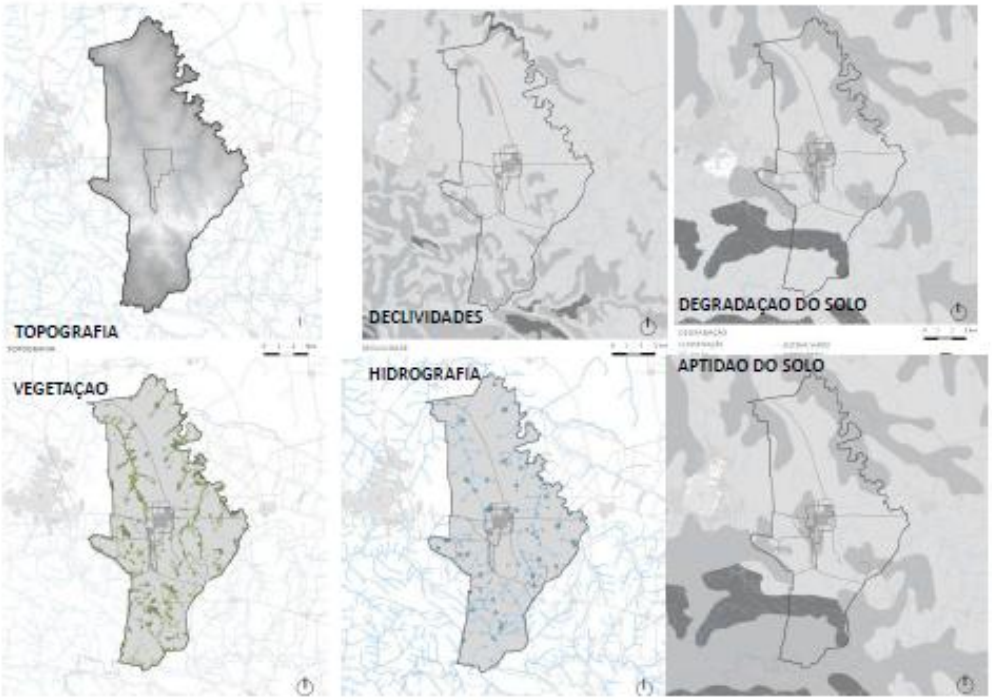
O número de unidades locais (empresas) obtidos junto ao Cadastro Central de Empresas (IBGE 2016) aponta 220 unidades locais que mantém 1.099 pessoas ocupadas. Destas, 833 são assalariados, com uma média salarial de 2,2 salários mínimos.

As principais atividades dos empreendimentos são: Indústria da transformação (39), comércio e reparação de veículos (54), transporte e armazenagem (36), construção (5), atividades profissionais técnicas e científicas (5), administrativas (10), educação, saúde, artes, cultura e lazer (12) entre outros.

Um comparativo entre as empresas de 2010 e as de 2016 demonstra reduções, mas uma maior diversificação – aparecem atividades relacionadas a informação e comunicação, atividades financeiras, atividades imobiliárias, entre outras.

No setor industrial Quatro Pontes está apostando em estratégias junto a empresas multinacionais que demandam por terras urbanas, no eixo de desenvolvimento Marechal-Toledo. E também no fortalecimento do empreendedorismo local, com propostas de incubadores e estratégias e incentivo a qualificação do produto local.

II. ASPECTOS DO AMBIENTE NATURAL E SANEAMENTO BASICO



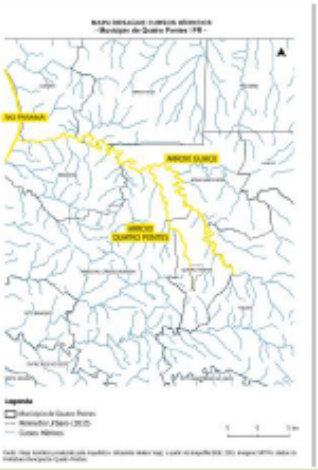
Principais Fontes – ITCG (Inst.de Terras Cartográficas e Geológicas do Paraná),PMQP e SICAR

Os mapeamentos realizados apontam para SITUAÇÃO EXTREMAMENTE FAVORÁVEL para toda a região onde se insere Quatro Pontes. No município verificou-se:

- solos férteis, pouco degradados, menor incidência de setores com solo mais sujeito aos processos erosivos;
- relevo com ondulações suaves, declividades predominantes que variam de 0 e 10% e algumas situações de declividades 10 a 20%;
- vegetação nativa e APPs protegidas OU EM RECUPERAÇÃO (apesar do processo de ocupação inicial que promoveu o desmatamento), estão sendo promovidas políticas intensas de recuperação das matas ciliares e preservação das nascentes (Itaipu);
- disponibilidade de recursos hídricos onde os recursos hídricos superficiais AINDA são classificados como de qualidade adequada, nascentes em grande parte preservadas, e disponibilidade de recursos subterrâneos;

Apesar da situação favorável há que se destacar SITUAÇÕES DE MANEJO INADEQUADO DO SOLO nas práticas agropecuárias e no uso do solo urbano que já apresentam impactos:

- citadas as situações de plantio inadequado (monocultura) e necessidade de retomada do plantio direto;
- preocupação quanto ao impacto de atividades potencialmente poluidoras (criação de suínos);
- a insuficiência de drenagem nas estradas de interior/minimizar processos erosivos,
- na área urbana, a insuficiência de infraestruturas para adensamento em maior escala (necessidade de avaliação do atual sistema sanitário (fossas sépticas) e seu impacto no sistema de abastecimento de água (subterrâneas).

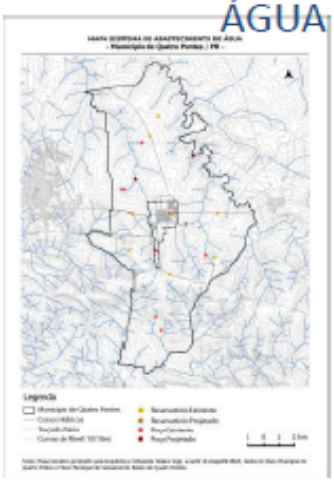


CONDIÇÕES HÍDRICAS PODEM SER FORTEMENTE AFETADAS EM NÍVEL REGIONAL

A Bacia do Paraná 3, é explorada intensamente pela AGRICULTURA mecanizada, o que pode vir a representar um problema regional caso essas atividades não possuam os cuidados necessários para a conservação e manutenção do ambiente.

Demais fatores de contribuição à contaminação e poluição das águas: SANEAMENTO DEFICIENTE, REDUÇÃO DE MATAS CILIARES E DESCARTE INADEQUADO DE RESÍDUOS.

ABASTECIMENTO ÁGUA



BACIA HIDROGRÁFICA PARANA 3

SISTEMA AQUIFERO SERRA GERAL

BOA QUALIDADE DAS AGUAS

+

CAPACIDADE RECARGA

100% da água captada e distribuída para a população (tanto pelo serviço municipalizado de águas como pelas associações de moradores rurais) são provenientes de fontes subterrâneas.

O PMS aponta para a deficiência de vazão de algumas fontes do abastecimento, para a reservação insuficiente às demandas de consumo, assim como para a baixa qualidade de algumas águas captadas.

ESGOTAMENTO SANITARIO

A sede do município não possui sistema de esgotamento sanitário. As economias tratam o esgoto doméstico através de SISTEMAS DE FOSSA SÉPTICA E SUMIDOURO INDIVIDUAIS. Quando há necessidade de LIMPEZA da fossa, o LODO GERADO ENCAMINHADO P/TRATAMENTO a partir de lagoas no município de Marechal Cândido Rondon.

73% das economias possuem fossa séptica, 27% FOSSA SÉPTICA, FILTRO ANAERÓBIO SEGUIDO DE SUMIDOURO. Destes, 85% não realizam limpeza das suas fossas e 79% possuem caixa de gordura antes do lançamento do esgoto (PMSB)

SERVIÇOS REALIZADOS PELO MUNICIPIO. NECESSIDADE DE DEFINIÇAO QUANTO AO SISTEMA A SER ADOTADO E MUNICIPALIZAÇAO EFETIVA OU REPASSE AO ESTADO.

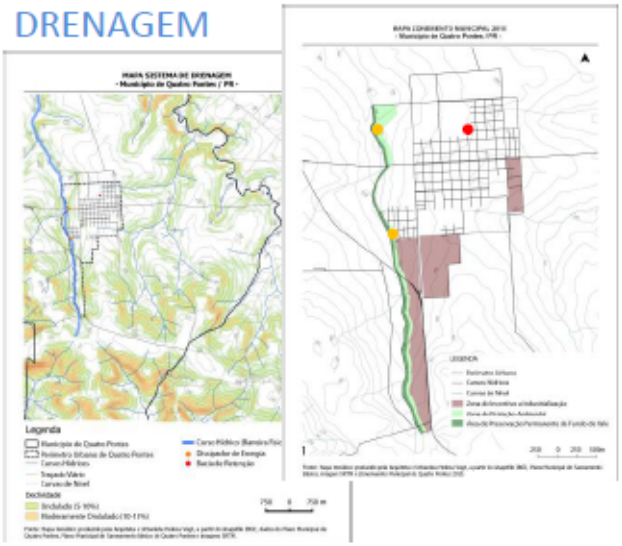
O PMSB (2016) propõe a implantação de redes de esgotamento sanitário com ligações domiciliares, estações elevatórias e unidades de tratamento de esgoto na área urbana do município, e para as propriedades rurais, tratamento individual

Recomenda-se a elaboração de um ESTUDO DE CONCEPÇÃO DO SISTEMA. É possível que em algumas áreas urbanas seja possível permanecer com sistemas individuais p/período mais longo de tempo.

Recomenda-se debater possibilidades efetivas de municipalização do sistema agua e esgoto

- realizar censo das fossas/sumidouros individuais p/avaliação de correlação com sistema abastecimento de água
- Avaliação e revisão do sistema tarifário (sustentabilidade financeira) e das reais possibilidades de financiamento .

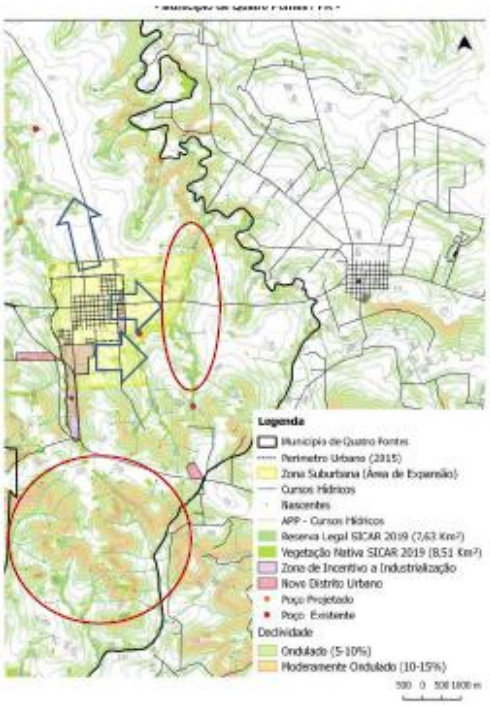
DRENAGEM



Na área urbana o Arroio Quatro Pontes fica sujeito à interferências de municípios a montante. Toda a impermeabilização ocorrida na bacia de contribuição poderá ocasionar acréscimo de vazões de escoamento superficial resultando em extravasamento.

O Plano Diretor de 2008 aponta a necessidade de ampliar a oferta de áreas de recreação, esporte e lazer, através da implantação de parques públicos, **incorporando as áreas sujeitas e alagamentos com vistas à preservação ambiental.**

De igual importância são as **áreas de preservação permanente ao longo de todos os córregos do município,** uma vez que suas funções primordiais são garantir áreas para retenção das águas da chuva e proporcionar certa segurança quando do extravasamento das vazões de escoamento pela calha dos respectivos canais.



APPs Recursos Hídricos:
corpos hídricos estreitos /largura mínima de preservação permanente de 30 metros para cada lado da calha; além do raio de 50 metros no entorno das suas nascentes.

APPs de Altitudes/Declividades:
o município não possui ÁPPs por existência de altitudes/declividades

APPs Vegetação:
Informações do SICAR. Maior incidência Território Rural

EIXOS DE EXPANSAO URBANA

Ao Norte – situação mais favorável
Ao Leste – possível, evitando chegar ao limite do arroio
A Oeste – inadequado /o arroio constitui-se barreira física
Ao Sul – inadequado pela porção de maior incidência de preservação e por ser território a montante

toda a expansão urbana reflete em maiores percentuais de solo impermeabilizado, reduzindo, por consequência, a capacidade de recarga do aquífero.

Quatro Pontes

III. USO DO SOLO E ESTRUTURAÇAO URBANO E RURAL

USO SO SOLO – DIVISAO TERRITORIAL

AREA URBANA (3,45 km²)

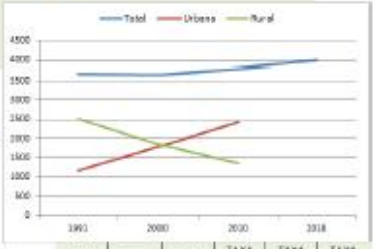
AREA RURAL (111,94 km²)
(inclui a suburbana)

USO E OCUPAÇAO SOLO – TERRITORIO URBANO

CRESCIMENTO POPULACAO:

CRESCIMENTO DOMICILIOS:

1991	2000	2010	
	605	891	47% (286)



	1991	2000	2010	TAXA 91-00	TAXA 00-10	TAXA 91-10
Urbana	1158	1794	2617	55%	46%	116%
Rural	2589	2052	1966	-16%	-4%	-46%

MAPA PERIMETRO URBANO

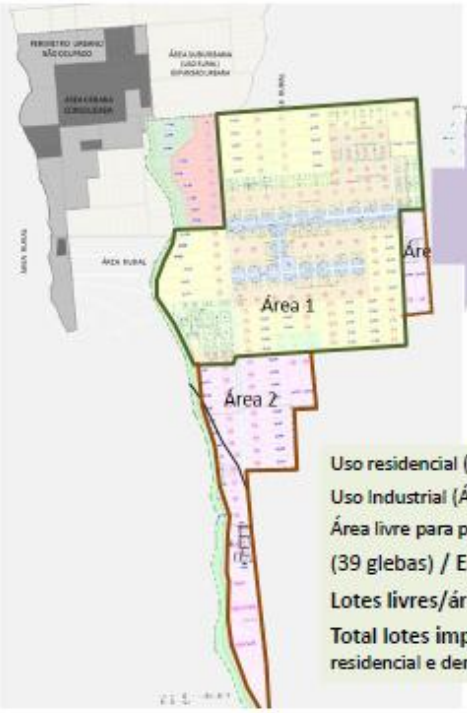
TOTAL DE TERRENOS URBANOS: 2.054
Total construídos: 1.251
Total Vagos: 803 (39%)
Lístados Centro + loteamentos: 700 (34%)
DEMANDA 2020= 1337
DEMANDA 2030 = 2.004

EVOLUÇAO DA OCUPAÇAO URBANA

LOTEAMENTOS APROVADOS (2014 a 2018):
Quintas do Sol (195/305 lotes???)
Lot. Social (49 lotes)
Jardim Primavera II (58 lotes)
Residencial Imperatriz (57 lotes)

EDIFICAÇOES :
De 2014 a 2018 foram construídas 209 novas unidades (33031m²/ media 160m² unidade)

PERIMETRO URBANO :
32 chácaras na zona de ocupação orientada
+ 700 lotes não edificados (centro e loteamentos)



Capacidade de adensamento do perímetro urbano

Mantida as tendências o atual perímetro urbano comporta crescimento populacional e demais atividades para além do ano de 2040.

nos últimos 5 anos foram edificadas em media 42 unidades /ano; e estima-se capacidade de adensamento do atual perímetro de cerca de 2100 lotes **só para o uso residencial**

Uso residencial (Área 1) = 269 ha

Uso Industrial (Área 2) = 98 ha

Área livre para parcelamento = 142 ha

(39 glebas) / Estimativa = 2.100 lotes

Lotes livres/área consolidada = 700 lotes

Total lotes implantados = 1.960 em área de uso residencial e demais atividades (exceto industrial)

ESTRUTURAÇAO NA AREA RURAL

Asfalto Rural

1- Sanga Leão (recape em licitação-trechos 1 e 2)

2- Em aprovação no MC

Pavimentação em aprovação de financiamento

1. Linha Água Verde
2. Flor da Serra
3. Linha João Pessoa
4. Linha Prolong. Luciano Lenz
5. Linha Sanga Funda
6. Linha Sanga Leão – trecho 3
7. Linha São João
8. Linha Souza Naves
9. Linha Tereza

PAVIMENTAÇAO
Principal Demanda

PROJETO SEDE ASSOCIAÇAO MORADORES

Em 2010 apenas 36% da população d Quatro Pontes morava na área rural. Mantida esta taxa hoje estima-se cerca de 1.400 pessoas nesta condição. Sem consolidação de núcleos urbanos, o atendimento dos serviços se dá na cidade .

ESTRUTURAÇAO NA AREA URBANA

O acesso aos serviços e equipamentos urbanos é, de forma geral, avaliado como adequado para a demanda e quanto a distribuição espacial. As áreas de saúde e educação tem ótima avaliação;

O serviço de atendimento e promoção de lazer e cultura igualmente é bem avaliado – mas carece de praças e locais de lazer;

A estrutura viária e de calçadas é de boa qualidade e vem sendo melhorada (projetos e obras). Sempre que uma via recebe melhorias na pavimentação é também melhorado o passeio publico

IBEU – INDICE DE BEM ESTAR URBANO

D1	D2	D3	D4	D5	IBEU	Ranking IBEU
0,997	0,993	0,968	0,589	0,795	0,868	742º

COMPONENTES IBEU:
D1 – Mobilidade Urbana
D2 – Condições Ambientais
D3 – Condições Habitacionais
D4 – Serviços Coletivos Urbanos
D5 – Infraestrutura Urbana

MELHORIAS VIARIA:
- recapeamento asfáltico dos trechos da rua São Leopoldo;
- requalificação e asfaltamento da rua Nelson Minks.

D4- Serviços Coletivos Urbanos (atendimento adequado água, esgoto, energia elétrica e lixo)

EQUIPAMENTOS – PROJETOS E OBRAS...

EQUIPAMENTOS DE INTERESSE FOMENTO AO TURISMO

Em Execução- Mini Arena na Praça

Projeto Pronto Atendimento

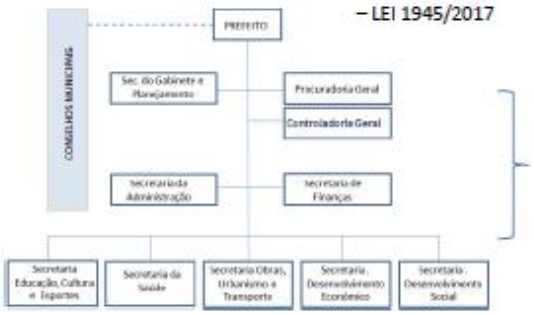
IDENTIFICAÇAO DE PONTOS DE INTERESSE

01 AREA DE IMPLANTAÇÃO DO LAGO MUNICIPAL
02 GANGLE - CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ARTESANATO
03 SANTA GRUTA - FLOR DA SERRA
04 CACHOEIRA PEDREIRA
05 SÃO JORGE - PRF
06 ARVORE DE IPE HISTORICA
07 VINICOLA LODI
08 VINICOLA BORCHET
09 VINICOLA BOUFLEUR
10 PORTAL DE ACESSO
11 CAMPO DE FUTEBOL

POTENCIAL INTERESSE PARA O FOMENTO AO TURISMO

IV. CAPACIDADE INSTITUCIONAL

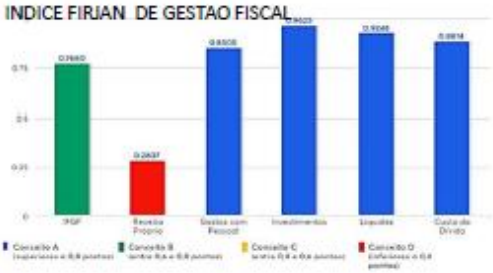
ESTRUTURA ADMINISTRATIVA
– LEI 1945/2017



- Rever principalmente fluxos, interfaces entre secretarias e distribuição do pessoal

- Composição e Papel do Conselho do PD

INDICE FIRJAN DE GESTAO FISCAL



Capacidade de Arrecadação e investimentos

- 24% muncipios do PR tem conceito B; nenhum tem A
- Pior Desempenho = Receita Própria

REUNIAO COMUNIDADES RURAIS

COMUNIDADE SÃO JOSE/ENTORNO

- questão da cadeia sucessória das terras
- estratégias de manutenção do território para a produção agropecuária (perda para outras atividades);
- Dificuldades do pequeno produtor/ continuidade das ações de apoio do Executivo
- Necessária a diversificação / industrias (geração de empregos/oportunidades para os filhos)
- Espera das unidades habitacionais (acesso ao financiamento)
- Demanda p/pavimentação asfáltica; demandas pontuais/trechos especificos;
- Preocupação com lotes vagos no urbano;
- Potencialidades das belezas naturais - promover turismo rural (trilhas, caminhadas ecológicas, rotas bicicleta...)

COMUNIDADE FLOR DA SERRA/ENTORNO

- Cadeia sucessória e esvaziamento rural;
- legislação estadual e órgão ambiental rigor na aplicação da lei/morosidade na liberação de obras;
- A Macrozona de Manejo Controlado- pode limitar (?) o investimento e a produção local;
- Aumento da produtividade do pequeno produtor/importância da manutenção e melhoria das ações de apoio da Prefeitura e Emater
- Falta de moradia/dificuldade de acesso ao financiamento popular (para segurar mão de obra no município
- Atividades de capacitação e qualificação dos jovens para melhor inserção no mercado de trabalho do município.
- Demandas pontuais em relação a melhoria das estradas e transporte escolar

REUNIAO COMUNIDADES RURAIS

COMUNIDADE FLOR DA SERRA E ENTORNO

COMUNIDADE SÃO JOSE E ENTORNO

TEMAS RELACIONADOS AO **DESENVOLVIMENTO:** Sucessão da terra, apoio ao pequeno produtor, estratégias de manutenção do território/atividade rural ; capacitação e qualificação do jovem;

TEMAS RELACIONADOS A **ESTRUTRAÇAO E SERVIÇOS:** Pavimentação asfáltica; pavimentação trechos específicos, melhoria do transporte escolar (pontual)

TEMAS RELACIONADOS A GESTAO DO SOLO : Preocupação com vazios na cidade; demanda por moradia/financiamento; rigor legislação ambiental ;

RESPOSTAS QUESTIONARIOS

- localização - importantes vias e cidades;
- oferta de serviços públicos de qualidade;
- oferta de áreas de cultivo.

- carência de empregos
- pavimentação ruim
- falta de áreas de lazer
- segurança

A avaliação dos serviços público e infraestrutura instalada foi avaliada em 40% dos questionários como ótimo e bom; quase igual proporção não respondeu a este campo (32%).

COMUNIDADES URBANA E LINHA ITA

PONTOS NEGATIVOS

- **Infraestrutura e Serviços Público**: abastecimento d'agua deficitário, falta de espaços para o lazer das famílias; falta de segurança na área rural;
- **Gestão e Uso do Solo**: falta de moradias para populações de menor renda; o preço do lote urbanizado e das glebas com potencial de loteamento; crescimento horizontal (pouca verticalização); expansão da cidade quando ainda existem muitos terrenos vazios na malha urbanizada; loteamentos que não são liberados
- **Planejamento**: falta planejamento para a demanda de loteamentos; descontinuidade das políticas a cada governo; precisa planejar melhor os investimentos (exemplo escola)
- **Desenvolvimento**: Falta de mão de obra capacitada / pessoas que vem para Quatro Pontes com pouca formação; falta empregos para a população local

PONTOS POSITIVOS

- **Qualidade de Vida**: cidade **limpa e boa** para morar, cidade **segura, povo ordeiro**: diversidade e qualidade da **gastronomia;**
- **Localização estratégica**: facilidade de **acesso** e **potencial de crescimento econômico** /corredor de desenvolvimento
- **Infraestrutura e Serviços Público**: escola e atividades culturais e esportivas, amplo atendimento - de jovens aos idosos; serviços prestados na área da saúde e fornecimento remédios; coleta de lixo (inclusive entulhos e podas); ruas as faltadas em toda cidade;

REUNIAO COMISSÃO ACOMPANHAMENTO

PLANEJAMENTO E GESTÃO:
Falta de visão estratégica; falta de continuidade das políticas e implementação das diretrizes

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E LEGISLAÇÃO:
Estrutura física , carência de quadros técnico; métodos e instrumentos administrativos inadequados, legislação desatualizada,

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:
pouco diversificação das atividades produtivas (foco principal na agricultura); burocracia para instalação de empresas; falta de regulamentação uso industrial e emprendimentos/localização

OCUPAÇAO E USO DO SOLO:
Lotes vagos; pressão para expansão do perímetro; especulação/valor da terra (lote urbanizado/gleba com potencial de urbanização); falta de áreas de lazer; falta de definição para áreas industriais e comerciais

SANEAMENTO BÁSICO:
Agua: Intermitência abastecimento; redes de distribuição antigas; Esgoto: falta de definição quanto a solução mais adequada; limpeza das fossas; Lixo no rural com falta de atendimento (setores); capacitação para a separação;

MOBILIDADE E TRANSITO:
Sinalização; anel de contorno/transito pesado; pavimentação estradas rurais; calçadas/ acessibilidade universal; conflito estacionamento ruas, insegurança ciclistas;

PROBLEMAS SOCIAIS:
falta de policiamento; insegurança pedestres não utilizam as calçadas; falta moradia para locação; falta moradia para população baixa renda, .

REUNIAO COMISSÃO ACOMPANHAMENTO

QUALIDADE DE VIDA E DO AMBIENTE:
local tranquilo e ordeiro; lotes limpos e cuidados, calçadas de boa qualidade;

ADMINISTRAÇÃO:
comprometimento dos funcionários/gestores; ambiente favorável para efetivar mudanças na gestão; projetos diversos (busca de recursos/em execução); ações e políticas de proteção do meio ambiente (revitalização das nascentes, coleta seletiva/programa Itaipu);

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:
- Potencial: fortalecimento da agroindústria; industrialização; cidade de prestação de serviços (polo mecânico/maquinas); lazer e turismo: (ecoturismo; ciclovias, rotas naturais, gastronomia); agroindústrias;
- Bom poder aquisitivo da população (atrativo para novos investimentos);
- Localização – eixo de desenvolvimento/fluxo escoamento produção centro-oeste; proximidade com biopark; nova rodovia;
- Fomento novas empresas pelo governo

OCUPAÇÃO/USO DO SOLO:
Uso misto do centro urbano; lotes existentes para absorver população; investimentos do setor privado (industrias, edifícios, casas); aspectos físicos do território (área plana, bem localizada, recursos hidricos)

AS TEMATICAS SE REPETEM DE DISTINTAS FORMAS, MAS COM ABORDAGEM SIMILAR / COMPLEMENTAR E PODEM SER AGRUPADAS;

(I) Questões relacionadas ao DESENVOLVIMENTO: necessidade de diversificação da economia e promoção do desenvolvimento sustentável ;

(II) OCUPAÇÃO ORDENADA E SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO - uso estratégico do solo privado e prioridade para o saneamento básico

(III) ESTRUTURAÇÃO e Qualidade do Espaço e Equipamentos Publico – sistema viário, mobilidade, áreas verdes e de lazer, equipamentos

(IV) Qualificação institucional

Revisão 2019

Plano Diretor Municipal